

IV JORESP - Jornada Regional de Educação Sexual do Paraná
II CISEX - Colóquio Internacional de Sexualidades da UENP



29/10 até 01/11
2014

ANAIS 2014

CAMPUS JACAREZINHO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - UENP

Reitora

Profa. Ma. Fátima Aparecida da Cruz Padoan

Diretor do *Campus* Jacarezinho

Prof. Dr. Fábio Antonio Neia Martini

Coordenador Geral

Prof. Mateus Luiz Biancon

Coordenador de Imagens e Multimídia

Prof. Luis Carlos Pontes

Coordenador do Comitê Científico

Prof. Luiz Fabiano Zanatta

Comitê Científico e Comissão Organizadora

Prof. Everton Ribeiro

Prof. Marcos Hoffmann

Comissão Organizadora

Prof. Dr. Maurício Saliba

Prof. Dr. Jorge Sobral da Silva Maia

Prof. Dr. Fernando Emmanuel Gonçalves Vieira

Profa. Dra. Luciana Brito

Prof. Dr. Ricardo Desidério da Silva

Rosa Vita

Suelene Manfré

Luan Oliveira

APOIO

UENP - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ

LEPEC - LABORATÓRIO DE ENSINO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA



APRESENTAÇÃO

A Universidade Estadual do Norte do Paraná, *Campus Jacarezinho*, Centro de Ciências Humanas e da Educação, apresenta os **Anais** da JORESP – Jornada Regional de Educação Sexual do Paraná e CISEX – Colóquio Internacional de Sexualidades da UENP.

"O JORESP/CISEX é um evento bianual promovido para o debate e discussões relacionados às diversas temáticas da Educação das Relações de Gênero e em Sexualidade e a Formação de Educadoras/es – Inicial e Continuada, bem como a apresentação de trabalhos acadêmicos. Em sua primeira edição, a JORESP de 2008, com a temática "*Desmistificando tabus e preconceitos*", abriu caminhos tanto para a comunidade acadêmica quanto pra toda a sociedade fazendo com que a UENP se tornasse referência sobre a temática em todo o norte do Paraná. Em sua segunda edição, o JORESP de 2010, com a temática "*Gênero e diversidade sexual na escola*" proporcionou a compreensão das questões relacionadas ao ser homem e mulher, as relações de gênero em nossa sociedade, o sexismo, a homofobia e orientação afetivo e sexual, temas inseridos em toda sociedade e de fundamental discussão em instituições que trabalham com a Educação. E na sua terceira edição, em 2012, a JORESP foi realizado junto com o I Colóquio Internacional de Sexualidades da UENP, recebendo o Professor Eládio Sebastian Heredero, da Universidad de Alcalá, Madrid, Espanha, que apresentou a *Caminhada da Educação Sexual e as Políticas Públicas Educacionais* em Sexualidade e Relações de Gênero na Espanha."

Apresentamos às/aos participantes e toda comunidade científica acesso aos trabalhos apresentados na quarta edição da JORESP e primeira edição da CISEX da UENP bem como toda a programação ocorrida em 2014.



PROGRAMAÇÃO

Dia 29 de outubro (Quarta-feira)

MANHÃ

CRENCIAMENTO

Local: Prédio PDE – Campus de Jacarezinho – UENP
Horário: 08h às 17h

APRESENTAÇÃO E EXPOSIÇÃO DE PÔSTERES

Local: Hall do Auditório do Prédio PDE – *Campus* Jacarezinho
Horário: 08h às 12h

TARDE

EXPOSIÇÃO

Local: Centro Cultural Prof. Isidoro Selonk
Horário: 14h
Nome da apresentação: Sexualidades: retratos da diversidade
Profa. Dra. Adenize Franco – UENP Prof. Me.
Mateus Luiz Biancon – UENP

OFICINAS

Local: Salas do cursos de Ciências Biológicas e Matemática do CCHE
Horário: 15h às 18h

NOITE

CERIMÔNIA DE ABERTURA

Local: CAT – Conjunto Amador de Teatro
Horário: 19h30min às 20h

APRESENTAÇÃO CULTURAL I

Local: CAT – Conjunto Amador de Teatro
Horário: 20h
Ballet – Cia Ballet de Londrina
Nome da apresentação: Dueto do balé "... À Cidade"
Coreografia e Direção: Leonardo Ramos
Bailarinos: Claudio de Souza e Marciano Boletti
Produção: Danieli Pereira
Realização: FUNCART – Fundação Cultural Artística de Londrina

Palestra I

Local: CAT – Conjunto Amador de Teatro
Horário: 20h15 às 21h
Tema: Transexualidade e transfobia: Uma viagem solitária
Palestrante: João W Nery

COFFEE BREAK / SESSÃO DE AUTÓGRAFOS DO JOÃO W. NERY / LANÇAMENTO E EXPOSIÇÃO DE LIVROS



CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Local: CAT – Conjunto Amador de Teatro

Horário: 21h30min às 22h40min

Tema: La cuerpa lesbiana como resistencia política ante el modelo médico hegemónico

Palestrante: Profa. Dra. Patricia Karina Vergara Sánchez, UAM, México

JANTAR DE ABERTURA DO IV JORESP E II CISEX/UENP (por adesão)

Dia 30 de outubro (Quinta-feira)

MANHÃ

COMUNICAÇÕES ORAIS

Local: Prédio PDE – CJ – UENP

Horário: 08h às 10h

COFFEE BREAK

PALESTRA II

Local: Prédio PDE – CJ – UENP

Horário: 10h15min às 11h15min

Tema: A Metade da Laranja?

Palestrante: Ana Cristina Canosa – Apresentadora do quadro “Família pede socorro” do Programa Eliana do SBT

PALESTRA III

Local: Prédio PDE – CJ – UENP

Horário: 11h15min às 12h

Tema: Gênero e sexualidade nos discursos midiáticos

Palestrante: Prof. Me. Ricardo Desidério – UNESP

TARDE

MESA REDONDA

Local: Prédio PDE – CJ – UENP

Horário: 14h às 15h30min

Tema: Olhares plurais para as questões da sexualidade

Participantes: Prof. Dr. José Roberto da Silva Brêtas – UNIFESP

Prof. Me. Luiz Fabiano Zanatta – UENP

Profa. Dra. Mary Neide Damico Figueiró – UEL

Prof. Me. Mateus Luiz Biancon – UENP

Mediação: Profa. Dra. Annecy Tojeiro Giordani – UENP

MINICURSO I

Local: Prédio PDE – CJ – UENP

Horário: 16h às 18h

Tema: Arte e feminismo lésbico na América Latina

Palestrantes: Profa. Dra. Patricia Lessa – UEM e Profa. Dra. Patricia Karina Vergara Sánchez – UAM, México



NOITE

APRESENTAÇÃO CULTURAL II

Local: CAT – Conjunto Amador de Teatro

Horário: 19h30min às 20h

Circo / Trupe Volare Tecido Marinho – Welyton Renan Bispo da Silva

Wallace Rhuan Bispo da Silva

Duo Acrobático – Welyton Renan Bispo da Silva

Patricia Kostecki Santos

Duo Aéreo Lira – Patricia Kostecki Santos

Rafaela Oliveira

MESA REDONDA

Local: CAT – Conjunto Amador de Teatro

Horário: 20h às 21h

Tema: Olhares plurais para as questões de gênero

Participantes: Profa. Dra. Eliane Rose Maio – UEM

Profa. Me. Eliane Tortola – UEM

Profa. Me. Crishna Mirella de Andrade Correa – UEM

Mediação: Prof. Dra. Adenize Franco – UENP

COFFEE BREAK

APRESENTAÇÃO CULTURAL III

Local: CAT – Conjunto Amador de Teatro

Horário: 21h15min

Tango/Zouk fusion

Nome da apresentação: “Apenas corpos”

Dançarinas(o): Bruna Honorato, Danilo Schuenck e Eliane Tortola

MESA REDONDA

Local: CAT – Conjunto Amador de Teatro

Horário: 21h30min às 22h40min

Tema: Jovens protagonistas na prevenção DST/AIDS

Participantes: Dr. Jan Walter Stegmann

Rosa Vita de Almeida

Secretaria de Estado da Saúde do Paraná

Coordenação Estadual DST/HIV/AIDS/HEPATITES

Mediação: Profa. Dra. Priscila Carozza Frasson Costa - UENP

Dia 31 de outubro (Sexta-feira)

MANHÃ

COMUNICAÇÕES ORAIS

Local: Prédio PDE – CJ – UENP

Horário: 08h às 12h

TARDE

LANÇAMENTO DO DOCUMENTÁRIO MORADA TRANSITÓRIA



Local: Anfiteatro do CCHE/CLCA
Horário: 14h às 16h
Palestrante: Profa. Laysa Machado

PALESTRA IV

Local: Anfiteatro do CCHE/CLCA
Horário: 16h15min às 18h
Tema: Aborto: um tema para ser pensado, sobretudo, nas universidades
Palestrante: Profa. Dra. Mary Neide Damico Figueiró

NOITE

PALESTRA V

Local: CAT – Conjunto Amador de Teatro
Horário: 19h30min às 20h30min
Tema: A influência das disfunções sexuais masculinas e femininas na dinâmica do casal
Palestrante: Sexóloga Carla Cecarello

PALESTRA VI

Local: CAT – Conjunto Amador de Teatro
Horário: 20h30min às 21h30min
Tema: Laicidade e direitos sexuais no Brasil
Palestrante: Profa. Dra. Tatiana Lionço

MONÓLOGO – MORADA TRANSITÓRIA

Local: CAT – Conjunto Amador de Teatro
Horário: 21h30 min
Tema: Travestilidade, transexualidade e Instituições excludentes
Participantes: Laysa Machado e Márcio Ramos
Iluminação: Gednilson Freitas

COFFEE BREAK / NOITE DE AUTÓGRAFOS / EXPOSIÇÃO DE LIVROS

Dia 01 de novembro (Sábado)

PREMIAÇÃO DOS TRABALHOS

AVALIAÇÃO DO EVENTO

ENTREGA DOS CERTIFICADOS

ENCERRAMENTO

Local: Anfiteatro do CCHE/CLCA
Horário: 08h às 12h



SUMÁRIO

Afonso Antonio Machado,	20
Ana Beatriz Baggio Almeida,	125
Ana Paula Meda,	115
André de Souza Santos,	15-16-17
André Luis Aroni,	20
Andressa Carniello Mendonça,	12
Bruna Larissa Ramalho Diniz,	11
Camila Macedo Guastaferrero,	23
Carla Simone Silva,	125
Cláudia Ramos de Souza Bonfim,	13-14-15-16-17-18
Dieine Ariane Silva,	15
Eduardo Benez,	17
Eligelcy Augusta Lima,	13
Fabiana Aparecida de Carvalho,	11
Fernanda Eda Paz Leite,	19
Fernanda Fochi Nogueira Insfran,	16
Franciele Monique Scoptec dos Santos,	110
Gilclécia Oliveira Lourenço,	88
Graziéli Cristina Basso,	14
Guilherme Bagni,	20
Heitor Messias Reimão de Melo,	69-120
Jéfferson Balbino,	78
José Roberto da Silva Brêtas,	34
Julio Cezar Pereira Araújo,	16
Jurandir Ferreira de Paiva Júnior,	48-101-115
Kauan Galvão Morão,	20
Kécia Priscilla Palombello Magalhães,	17
Livia Borghi Possetti,	34
Luana Marcia Oliveira Billerbeck,	125
Marcelo Maia Cirino,	11
Marco Antonio Turatti Junior,	18
Marcos Antonio Hoffmann Nunes,	108
Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas,	88
Maria Cristina Simeoni,	48-101
Maria Iolanda de Oliveira,	125
Maria Sylvia de Souza Vitalle,	23
Mario de Souza Martins,	17
Mirielly Ferraça,	120
Patrícia Lessa dos Santos,	19
Pauline Bitzer Rodrigues,	61
Paulo Augusto Costa Santos,	13
Paulo Veiga Junior,	12
Reginaldo Aparecido Coutinho,	61

**IV JORESP – Jornada Regional de Educação Sexual do Paraná
II CISEX – Colóquio Internacional de Sexualidades da UENP
29, 30 e 31 de outubro e 01 de novembro de 2014**



Ricardo Delgado Marques, 88
Ricardo Desidério Silva, 20
Rodrigo Pedro Casteleira, 110
Rovana França de Oliveira, 14
Tamires Tolomeotti Pereira, 11
Vivian de Oliveira, 20
Wesley Henrique Bueno de Camargo, 20
Yeda Alves, 18



RESUMOS



EIXO TEMÁTICO: DIVERSIDADE CULTURAL

CORPOS ABJETOS: O QUE ESCAPA AO OLHAR DA ANATOMIA BIOLÓGICA

Tamires Tolomeotti Pereira (UEM)
tamires_tolomeotti@hotmail.com

Fabiana Aparecida de Carvalho (UEM)
facarvalho@uem.br

RESUMO: A pedagogia cultural dos livros didáticos é produzida em processos socialmente demarcados amparada pela fragmentação, pela corporeidade destituída de identificações, identidades e de pertencimentos culturais, que deleta e deixa outras corporeidades relegadas à invisibilidade. Objetivo: a presente pesquisa, ainda em fase inicial, problematiza as representações e os significados de corpo e corporeidade veiculados por artefatos construídos e disseminados socialmente, contrapondo a visão dos livros didáticos a outras pedagogias culturais. Metodologia: O presente trabalho se norteia pelos pressupostos da pesquisa qualitativa e pelos referenciais dos Estudos Culturais em Educação e em Ciências. Resultados e Discussão: Até o presente foram feitos levantamentos bibliográficos que apontam a exclusão, em livros didáticos, dos corpos “diferentes e (ind)diferenciados” - portadoras/es de necessidades especiais, idosas/os, tatuadas/os, obesas/os, LGBTTT’s, entre outras/os - que são relegados discursivamente ao campo da abjeção. O abjeto se relaciona a todos os tipos de corpos e vidas cujas materialidades não são consideradas importantes, perturba e desestabiliza a identidade determinada, o sistema e a ordem. Conclusão: São excluídas as materialidades, vivências e sentidos dos corpos que são históricos, discursivos, desestabilizadores, livres de convenções orgânicas e discursivas. Portanto, possibilidades para outros (re)conhecimentos, significados e compreensões que não são ditadas pelo anato-poder mas, sim, pela diversidade de formas de viver a vida.

EIXO TEMÁTICO: EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA A SEXUALIDADE

SEXUALIDADE NA ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DE UMA OFICINA PEDAGÓGICA SOBRE SEXUALIDADE NO ENSINO MÉDIO

Bruna Larissa Ramalho Diniz (UEM)
brunabiodiniz@hotmail.com

Marcelo Maia Cirino (UEL)

RESUMO: A escola destaca-se entre os principais grupos de referência no âmbito da Educação para a Sexualidade, uma vez que um dos seus principais objetivos é formar indivíduos responsáveis, críticos e reflexivos. O papel da Educação para a Sexualidade vai além da redução



da gravidez precoce e do índice de doenças sexualmente transmissíveis (DST), devendo ser realizada a fim de contribuir para o desenvolvimento integral da personalidade do aluno e, conseqüentemente, para sua qualidade de vida. Dessa forma, a inclusão de conteúdos relacionados com a Educação para a Sexualidade foi uma das propostas da Oficina Pedagógica “A hora H para se falar em sexo”, tendo em vista as dúvidas mais frequentes dos alunos de Ensino Médio de uma escola estadual de Maringá. A Oficina Pedagógica foi elaborada e aplicada pelos graduandos do 5º ano de Ciências Biológicas da UEM, de modo a respeitar a concepção contemporânea de Sexualidade, num enfoque mais amplo e abrangente que envolveu discussões no âmbito biológico, social, cultural e emocional. A participação dos alunos foi significativa e o resultado alcançado foi bastante positivo, evidenciando que trabalhos como esse são importantes, pois mesmo tratando-se de atividades pontuais, abrem espaço para que a sexualidade seja inserida no contexto escolar, mostrando-a de uma forma mais ampla do que geralmente acontece nas aulas de Ciências e Biologia.

ANÁLISE DE RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA SOBRE SEXUALIDADE

Andressa Carniello Mendonça (UEM)
dessa_came@hotmail.com

Paulo Veiga Junior (UEM)

RESUMO: O ambiente escolar oferece uma grande oportunidade para discussão, formação e reflexão sobre a temática sexualidade. Trabalhos educativos referentes ao tema ainda são insuficientes pois há um grande número de jovens e adolescentes que adquirem doenças e infecções venéreas, além da ausência da problemática de relações de gênero. O trabalho consiste em uma oficina sobre sexualidade, ministrada em um Colégio Estadual no município de Maringá-PR, direcionada a estudantes de ensino fundamental, cujo objetivo foi a análise de uma dinâmica conhecida como “Farol”, em que as/os estudantes puderam julgar pontos/temas em ordem de dificuldade dentro do tema sexualidade: pontos/temas difíceis (representada pela cor vermelha de um farol de trânsito), pontos/temas medianos (representados pela cor amarela de um farol de trânsito) e pontos/temas mais fáceis de discutir (representado pela cor verde). Observou-se no farol vermelho assuntos como masturbação feminina, aborto e identidade sexual e de gênero. Em nível mediano, os métodos contraceptivos, sexo anal e DST’s. Em nível de dificuldade baixa, principalmente gravidez e primeira relação sexual. Essas dificuldades observadas podem ser justificadas por esses assuntos ainda serem tratados como tabu, pela falta de discussão no espaço escolar, pela desconexão do conhecimento científico x cotidiano, além de valores culturais e religiosos, confirmando a necessidade de esclarecimentos e reflexões sobre a temática.



A SEXUALIDADE DE PESSOAS PARAPLÉGICAS E O PODER DO MAIS PODEROSO ÓRGÃO DO SER HUMANO

Eligley Augusta Lima (FacDomBosco)

Paulo Augusto Costa Santos (FacDomBosco)

Cláudia Ramos de Souza Bonfim (FacDomBosco)

RESUMO: A presente pesquisa é qualitativa e de caráter bibliográfico com aporte de pesquisa de campo através de um questionário dissertativo aplicado para uma pessoa paraplégica. Fundamenta-se especialmente em Nunes, Diniz entre outros teóricos que abordam a temática. Objetiva-se compreender as possibilidades de prazer sexual vivenciado por pessoas paraplégicas. Questiona-se: como é a vivência da sexualidade erótica de uma pessoa paraplégica? Busca-se refletir sobre a maneira de vivenciar a sexualidade das pessoas paraplégicas e apontar a necessidade de superação dos preconceitos e estigmas do desenvolvimento de sua sexualidade. Conclui-se, que em uma sociedade que historicamente vive uma sexualidade erótica genitalista necessitamos desmistificar a ideologia do ato sexual e do prazer focado apenas nas genitálias. Através dos dados coletados podemos afirmar quem, o maior órgão sexual e mais potente é a psique, a mente. E a pessoa paraplégica vive sua sexualidade especialmente fazendo uso deste, que é o maior e mais poderoso órgão sexual. Mesmo com suas limitações físicas podem sentir prazer em plenitude quando consegue superar os paradigmas impostos pela sociedade, ultrapassando os limites do corpo e da mente.

SEXUALIDADE NA TERCEIRA IDADE: ASPECTOS FISIOLÓGICOS E VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE

Paulo Augusto Costa Santos (FacDomBosco)

Eligley Augusta Lima (FacDomBosco)

Cláudia Ramos de Souza Bonfim (FacDomBosco)

RESUMO: A presente pesquisa é qualitativa e bibliográfica-explicativa, fundamentando-se em Bortolotti, Risman e Oliveira, entre outros. Objetiva-se apontar os principais tabus e preconceitos que ainda limitam a vivência da sexualidade na terceira idade e como os aspectos fisiológicos modificam esta vivência. Questiona-se: O que realmente é sexualidade? Até que ponto os aspectos fisiológicos limitam na vivência da sexualidade? Conclui-se que, ainda hoje, a visão reducionista, genitalista e meramente biológica da sexualidade dissemina preconceitos que limitam a vivência da sexualidade das pessoas da terceira idade, reduzindo assim suas possibilidades sexuais, afetivas e eróticas ao considerá-las como pessoas assexuadas. Estes tabus e preconceitos enraizados na sociedade leva a pensar que a sexualidade pertence à juventude, reduzindo sua vivência na terceira idade ao amor platônico, à disfunção ou à abstinência sexual, relegando e ignorando que podemos viver uma sexualidade ativa, ainda que, de forma diferente, porém, não menos prazerosa. Ainda que nesta fase, ocorra um processo de envelhecimento corporal que traz mudanças fisiológicas, estas alterações não as impedem de viver prazerosamente suas sexualidades.



EIXO TEMÁTICO: FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES NA EDUCAÇÃO SEXUAL

A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE

Rovana França de Oliveira (FacDomBosco)
ro_cp16@hotmail.com

Cláudia Ramos de Souza Bonfim (FacDomBosco)

RESUMO: A presente pesquisa possui caráter qualitativo-bibliográfico. Fundamenta-se especialmente em Nunes, Felipe, Louro, entre outros autores que abordam o tema. Objetiva-se compreender a importância do conhecimento sobre a sexualidade infantil para que os docentes possam contribuir para o desenvolvimento integral da criança, sem reprimir suas manifestações naturais mas desmistificando preconceitos e tabus. Define-se como questão norteadora: O conhecimento sobre sexualidade infantil pode contribuir para que o docente possa lidar com sexualidade da criança de maneira qualitativa nas Instituições de Educação Infantil de forma a contribuir para o seu pleno desenvolvimento? Considerando que a educação escolar deve visar a formação integral do aluno e a formação de pessoas emancipadas, porque muitos docentes ainda não contemplam esta temática em sua prática pedagógica? Considera-se ao final deste estudo, que o conhecimento sobre sexualidade de grande parte dos docentes da Educação Infantil ainda é limitado à visão médica-biologista. Isso se deve primeiramente à educação sexual familiar que tiveram e, em especial, por esta temática não ter sido contemplada em sua formação docente. A falta de conhecimento faz com que muitos educadores desconsiderem a temática por não compreenderem sua importância para o desenvolvimento integral da criança.

INFÂNCIA E SEXUALIDADE AO LONGO DA HISTÓRIA: CONTRIBUIÇÕES PARA O PLENO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Graziéli Cristina Basso (FacBomBosco)

Cláudia Ramos de Souza Bonfim (FacDomBosco)

RESUMO: A pesquisa é de abordagem qualitativa e de caráter bibliográfico, com aporte de pesquisa de campo, utilizando como instrumento de coleta de dados, questionários dissertativos. O trabalho é fundamentado especialmente em Ariés, Nunes, Silva e Bonfim, entre outros autores que abordam a temática. Objetiva-se compreender a importância atribuída à sexualidade na infância e como a criança foi tratada no decorrer da história buscando verificar se no século XXI elas possuem melhores condições para desenvolverem suas sexualidades. Questiona-se: qual a importância da sexualidade para o pleno desenvolvimento infantil? Ainda buscaremos esclarecer uma questão secundária que está assim definida: Como era tratada a infância no período medieval e no Brasil colonial? Considera-se que embora a sociedade esteja em constante evolução, e o conceito de infância tenha mudado ao longo do tempo, as crianças ainda hoje não possuem condições plenas para o seu desenvolvimento,



pois muitos adultos ainda possuem preconceito com a sexualidade infantil e acabam por considerar a criança assexuada, deixando de orientá-las adequadamente e contribuir para o positivamente para sua formação integral. A sexualidade é fundamental para o pleno desenvolvimento infantil, porém, ainda hoje, algumas pessoas não possuem essa consciência, pela falta de conhecimento muitas acabam por associar sexualidade apenas ao sexo.

FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA: LIMITES PEDAGÓGICOS

Dieine Ariane Silva (FacDomBosco)

Cláudia Ramos de Souza Bonfim (FacDomBosco)

RESUMO: O presente estudo é qualitativo-bibliográfico. Apontar os principais fatores que levam os docentes à não compreenderem a importância da educação sexual na escola. Fundamenta-se especialmente em Bonfim, Nunes e Figueiró, entre outros. Questiona-se: Por que os professores desconsideram a abordagem da temática da sexualidade na escola? Considera-se que, muitos docentes não tratam da temática em sala de aula, principalmente por não obterem em sua formação docente e continuada o conhecimento para abordar o assunto. Aponta-se a necessidade de que os cursos de Licenciatura e Pedagogia possuam em sua matriz curricular disciplinas que possam fornecer-lhes embasamentos teóricos e práticos para que possam desenvolver intervenções pedagógicas capazes de contribuir para o desenvolvimento da sexualidade.

CORPO, INFÂNCIA E SEXUALIDADE: PARA O LIMIAR DE UMA NOVA FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO

André de Souza Santos (FacDomBosco)

Cláudia Ramos de Souza Bonfim (FacDomBosco)

RESUMO: O presente trabalho é de abordagem qualitativa e caráter bibliográfico. Objetivou-se compreender como Corpo, Infância e Sexualidade que estão em constante mudança de concepção de acordo com o momento histórico sócio cultural, influenciaram e influenciam em nossas relações sociais e especificamente dentro da escola. Fundamentou-se especialmente em Ariès, Bonfim, Figueiró, Freud, Nunes, Soares entre outros estudiosos que abordam a temática.

A questão norteadora do estudo buscou responder de que forma o entendimento sobre Corpo, Infância e Sexualidade pode realmente contribuir para a realização de um ensino mais humanizado e emancipador. Em busca de resoluções, inicialmente apresentou-se os conceitos de Corpo, Infância e Sexualidade; categorias fundamentais ao entendimento do estudo. Posteriormente, procurou-se analisar as concepções históricas de cada tema, de maneira a relacioná-las em cada período histórico; averiguar como Religião, Filosofia, Medicina e Família influenciaram no entendimento desses elementos e demonstrar como o entendimento destes adentram o ambiente escolar e como se manifestam. Ao final do estudo pode-se considerar que o entendimento sobre as temáticas propostas como objetos de análise, torna-se



indispensável ao educador que deseja verdadeiramente conduzir seu ensino de maneira humanizada e emancipadora. Corpo, Infância e Sexualidade encontram-se intrinsecamente ligados em qualquer espaço, como em âmbito escolar, e nesse sentido, uma educação realmente formativa perpassa pela compreensão destes.

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: DESAFIOS PEDAGÓGICOS

André de Souza Santos (FacDomBosco)

Cláudia Ramos de Souza Bonfim (FacDomBosco)

RESUMO: O presente trabalho é de abordagem qualitativa e caráter bibliográfico. Objetivou-se compreender como a disciplina de Educação Física influencia as relações de gênero no âmbito escolar. Fundamenta-se especialmente em Louro, Altmann, Grif, Nunes, Freire, entre outros estudiosos que abordam a temática. A questão norteadora do estudo busca responder se a disciplina de Educação Física contribui para a consolidação ou para a superação dos preconceitos de gênero na escola. Para desvendarmos essa pergunta inicialmente conceitua-se educação, dimensão de gênero e sexualidade, categorias necessárias para o entendimento deste estudo. Posteriormente, apresenta-se um breve histórico da Educação Física e suas tendências no ambiente escolar. Aborda-se ainda a Educação Física escolar e o gênero, onde busca-se apontar as influências na construção das relações de gênero no ambiente escolar. Ao final do estudo considera-se que, a Educação Física Escolar pode contribuir significativamente para a superação dos preconceitos de gênero no ambiente escolar, mas ainda reforça estes preconceitos, o que remete à necessidade do preparo docente para que este possa realizar intervenções pedagógicas significativas, porém este ainda é um desafio a ser superado especialmente a partir da formação docente.

AS CORES NO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA QUESTÃO DE GÊNERO

Julio Cezar Pereira Araújo (UFF)

juliocezarprof@hotmail.com

Fernanda Fochi Nogueira Insfran (UFF)

RESUMO: Esta pesquisa pretende apresentar a percepção de professores de educação infantil sobre sexualidade e gênero e a influência disto no comportamento das crianças. A partir da observação de 21 crianças de uma escola municipal de educação infantil, durante estágio do PIBID/CAPES, buscamos entender todo o contexto que envolve tais questões, tanto nas interações em sala de aula como nas atividades realizadas pelos docentes. Estas observações geraram reflexões sobre os padrões impostos pelos professores no uso das cores “certas” ou “erradas”, nos momentos de interações e nas atividades desenvolvidas entre meninos e meninas, como por exemplo, nas atividades com massa de modelar, onde meninos não podiam manipular as massinhas cor de rosa. Tais reflexões nos fizeram compreender que o trabalho docente tem forte influência sobre os alunos de 0 a 5 anos de idade e este,



sistematicamente, desconsidera metas traçadas para a educação mundial, desde a realização da Cúpula do Milênio, em 2000, em que a promoção da igualdade de gênero estava entre as metas a serem alcançadas até 2015. Portanto, nos inquieta o fato de que ao passo que vão sendo inseridas na sociedade, nossas crianças vão adquirindo preconceitos, intolerância e demais valores que são passados na educação familiar e escolar. Assim, percebemos que o tema, que ainda é tabu na sociedade, também fica distante das práticas escolares e, portanto, precisa ser arduamente discutido na formação de professores, principalmente porque a igualdade de gênero foi uma diretriz não aprovada recentemente no novo PNE (Plano Nacional de Educação).

EIXO TEMÁTICO: SEXUALIDADE E DIREITOS SEXUAIS E ANTIDISCRIMINATÓRIOS

LEI MARIA DA PENHA: LIMITES E CONTRIBUIÇÕES PARA DIMINUIÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Eduardo Benez (FacDomBosco)

André de Souza Santos (FacDomBosco)

Cláudia Ramos de Souza Bonfim (FacDomBosco)

RESUMO: O presente estudo é abordagem qualitativa e caráter jurídico-teórico. Fundamenta-se principalmente na Lei Maria da Penha, em dados oficiais e no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito que teve como finalidade investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Objetiva-se verificar quais ações foram e estão sendo tomadas para a implementação da Lei Maria da Penha e suas contribuições para diminuição da violência contra a mulher. Questiona-se: Quais as principais limitações que impedem maiores avanços na aplicabilidade da Lei Maria da Penha e dificultam o acesso e atendimento das vítimas para denunciar o crime sofrido? Considera-se que, embora a Lei a Maria da Penha tenha sido um avanço legal e efetivamente social que contribui e que, teoricamente, possa ter diminuído o índice de violência contra a mulher, ainda há muito em que se avançar no que diz respeito aplicabilidade da Lei e em especial do atendimento e assistência às mulheres vítimas de violência.

ESCOLA E SEXUALIDADE: A HOMOSSEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

Kécia Priscilla Palombello Magalhães (UNICENTRO)
kecia.magalhaes@hotmail.com.

Mario de Souza Martins (UNICENTRO)
mariosm51@ig.com.br



RESUMO: Compreendendo a pedagogia como forma de articular as diversas práticas pedagógicas, tratando a diversidade em todas as suas esferas temáticas partiu deste trabalho a problemática homossexualidade na escola: verificar como o espaço escolar lida com alunas homossexuais sob a ótica de duas alunas assumidas lésbicas em um colégio central da cidade

de Apucarana-Pr. A partir da vida escolar construímos suas histórias de vida, por intermédio de seus anseios, angústias e principais desafios encontrados na escola, na família e na sociedade. Este trabalho justificou-se, na medida em que possibilitamos os alunos expressassem a liberdade que sentem ao poder mostrar abertamente sua orientação sexual na escola, deixando visível a importância que este ambiente tem na formação do indivíduo por intermédio de demonstração de respeito, amizade e dignidade para com os que ele frequentam. A pesquisa contou com a participação de duas alunas declaradas lésbicas do 2º Ano do Ensino Médio da Rede Estadual. O instrumento de pesquisa que foi utilizado nesta pesquisa, foi o de Entrevista semiestruturada com perguntas abertas e objetivas, sobre a história de vida das citadas alunas. Concluiu-se neste trabalho que o ambiente escolar tem sido considerado por uma das alunas em questão como um ambiente acolhedor, principalmente por parte dos colegas, diferentemente dos professores assim como de seus pais que apesar de respeitarem a homossexualidade de ambas, não concordam com este comportamento. Enquanto a outra entrevistada, com relação aos colegas, declara que nem sempre se sente compreendida, livre e aceita para expressar sua orientação sexual, se sente discriminada.

ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO AMBIENTE EMPRESARIAL: O QUE SABEMOS X O QUE PRECISAMOS SABER

Yeda Alves (FacDomBosco)

Cláudia Ramos de Souza Bonfim (FacDomBosco)

RESUMO: O presente estudo é qualitativo-bibliográfico. Fundamenta-se principalmente em Garcia (2010) e Zanetti (2008). Objetiva-se compreender o que caracteriza o assédio moral e sexual no trabalho. Dedicamo-nos a entender “quais as características identificam o assédio moral e sexual no ambiente empresarial?”. Ao final do estudo, considera-se que as relações trabalhistas em nosso país originam-se de um regime escravocrata e as relações entre “patrão-empregado”, quase sempre foram pautadas em relações de poder, baseadas na submissão e maus tratos. A necessidade de manter o emprego e a demora em uma lei específica que reconhecesse essa vulnerabilidade, fez com que muitas pessoas se submetessem a situações desumanas, sofrendo “assédio moral- sexual”. Aponta-se a necessidade da conscientização das pessoas para que sejam capazes de reconhecer esses assédios e denunciá-los.

OS OBSTÁCULOS PARA O RECONHECIMENTO CULTURAL DA HOMOAFETIVIDADE COMO DIREITO HUMANO

Marco Antonio Turatti Junior (UENP)
juniorturatti@hotmail.com



RESUMO: Pela interpretação dos direitos humanos, somados aos valores constitucionais dos direitos fundamentais e dos princípios da igualdade e da dignidade humana, consideramos a liberdade sexual de cada ser humano como uma espécie dessa classe de direitos. A homoafetividade, a chamada relação entre duas pessoas do mesmo sexo, contudo, é reconhecida e respaldada juridicamente, mas no âmbito cultural ela possui ainda muitos obstáculos a serem superados. Culturalmente, a diversidade de pessoas também trouxe ao longo de sua história, preconceitos e marginalizações desta minoria, bem como o rechaço por partes de algumas religiões, o erro técnico em definir como patologia a escolha sexual por outra pessoa do mesmo sexo e a falta de espaço na mídia, ou pelo menos, um espaço consciente e respeitoso na mídia. Todos esses fatores contribuem para uma formação intolerante da sociedade e ainda traz insegurança para essa minoria social. Reconhecer a cultura de uma sociedade não deveria ser um fator distante do legislador e também do aplicador de Direito. Enquanto os direitos forem realidade apenas nas leis, a segurança e a isonomia de tratamento dos indivíduos, sem discriminação por qualquer tipo de escolha pessoal, injustiças estarão ocorrendo. Conhecer a sociedade para qual se desenvolvem leis facilita tanto a maior eficácia de seus preceitos legislativos como a manutenção de uma educação tolerante para o reconhecimento de um direito já existente, mas não difundido.

EIXO TEMÁTICO: GÊNERO, SEXUALIDADE E MÍDIA

UM OLHAR POÉTICO PARA A CONSTRUÇÃO DA TRANSGENERIDADE: FOTOGRAFIAS DO COTIDIANO

Fernanda Eda Paz Leite (UEM)
fernanda.eda@hotmail.com

Patrícia Lessa dos Santos (UEM)

RESUMO: Nossa pesquisa tem como objetivo central criar uma memória visual (fotos e vídeos) para problematizar a questão das relações do cotidiano de pessoas auto identificadas como transgêneros, também nomeadas travestis e transexuais, com as suas relações sociais. Pretendemos criar uma visão desmistificada destes grupos, excluídos e repelidos dos mais diversos convívios sociais, através da criação de produções visuais. Com o intuito de enfraquecer a barreira que nos afasta de compreender e conviver naturalmente com estes grupos, esta pesquisa terá como produto um ensaio fotográfico que construa, a partir de uma poética visual, um discurso imagético acerca destes sujeitos em seus lares. O que a produção visual possibilita é criar uma ponte que nos aproxime da vida das pessoas identificadas como transgêneros, com o objetivo de desconstruir a aura estigmatizada que se criou ao redor destes indivíduos. O outro produto artístico é um filme documentário, mostrando histórias e cotidianos de pessoas trans da região de Maringá. Nossa metodologia é a pesquisa etnográfica, por representar uma imersão no cotidiano de vida das pessoas envolvidas e a abordagem dos sujeitos é feita via associação de travestis e transexuais de Maringá. Nas nossas considerações provisórias é importante destacar que: as transgêneros entrevistadas rompem o estigma da prostituição como único caminho profissional, misturam-se entre familiares e amigos e mostram que os sonhos e buscas estão além dos gêneros.



REVENGE PORN: O QUE TEM SIDO PUBLICADO SOBRE O FENÔMENO NA INTERNET?

Vivian de Oliveira (PG-UNESP)
vivian_oliveira58@hotmail.com

Kauan Galvão Morão (UNESP)

Guilherme Bagni (UNESP)

André Luis Aroni (UNESP)

Afonso Antonio Machado (UNESP)

RESUMO: *Revenge porn*, ou pornografia de revanche, é uma expressão que indica a ação de expor por meio da Internet conteúdos íntimos de outra pessoa, sem o seu consentimento, com o objetivo de humilhá-la e vingar-se da mesma. Na maioria dos casos as vítimas são mulheres e os agressores, pessoas com quem já tiveram algum relacionamento afetivo (HESS, 2014). Objetivo: O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise documental na Internet sobre *revenge porn*. Metodologia: Para isso, realizamos no dia 11 de junho de 2014, às 11:05hs, uma busca na plataforma Google® pelas palavras-chave “*revenge porn*” e “*pornografia de revanche*”. Os 10 primeiros resultados listados para cada busca foram analisados. Resultados: Em relação à origem do documento, dos 20 resultados analisados, 6 (30%) vêm de blogs ou sites em geral, 9 (45%) de portais de notícias, sites de revistas ou jornais, 4 (20%) de enciclopédias ou dicionários online e 1 resultado (5%) correspondia a um vídeo no Youtube®. Sobre os conteúdos apresentados, 6 (30%) deles traziam explorações e explicações sobre o assunto, 2 (10%) eram notícias sobre casos de *revenge porn*, 9 (45%) apresentavam conteúdos referentes a medidas legais e projetos de leis sobre o assunto, 2 (2%) davam dicas de como se proteger deste fenômeno e 1 (5%) apresentava uma campanha para acabar com o problema. Conclusão: Devido a sua relevância, novos estudos sobre o tema têm surgido, porém a maior parte do conteúdo sobre o assunto encontrado na rede é relativo a legislações.

EIXO TEMÁTICO: GÊNERO, TECNOLOGIA E AMBIENTE

GÊNERO NOS DISCURSOS VISUAIS DA ENFERMAGEM

Ricardo Desidério Silva (UNESP)
contato@ricardodesiderio.com.br

Wesley Henrique Bueno de Camargo



enf.henrique@hotmail.com

RESUMO: As discussões de gênero devem e precisam estar em todos os espaços formais e/ou informais. Atualmente temos percebido que a heteronormatividade ainda dominante se encontra permeada em nossa sociedade. Um exemplo disso é nas profissões, em que são consideradas algumas como sendo masculinas e outras especificamente femininas. Entretanto, mesmo sabendo que não devemos determinar estes cursos ao gênero, na enfermagem, mesmo com a crescente inserção masculina no mercado de trabalho, percebe-se um direcionamento mesmo que involuntário, específico ao gênero feminino. A enfermagem, sempre teve como essência o cuidado. Talvez o fato das mulheres em épocas passadas sempre demonstrarem disposição ao servir, fez com que elas, sob a ótica da sociedade, sempre fossem perfeitas para cumprir o papel de enfermeiras ocorrendo de forma natural o papel feminino para o direcionamento das atividades de enfermagem. Hoje, os discursos visuais estampados nos livros, documentos ou até mesmo no ambiente de trabalho são dirigidos apenas à enfermeira. Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar alguns destes discursos visuais, já que os mesmo são sempre direcionados as enfermeiras (gênero feminino), desconsiderando os enfermeiros (gênero masculino). A partir dessa análise, foi possível apresentar algumas reflexões para possíveis mudanças quanto ao tratamento da referida profissão, uma vez que não é levado em consideração nos ambientes de trabalho, nem ao menos proposto momentos de reflexões quanto ao crescimento e inserção dos homens ao mercado de trabalho.

IV JORESP – Jornada Regional de Educação Sexual do Paraná
II CISEX – Colóquio Internacional de Sexualidades da UENP
29, 30 e 31 de outubro e 01 de novembro de 2014



ARTIGOS



EIXO TEMÁTICO: EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA A SEXUALIDADE

EDUCAÇÃO E SAÚDE NA EDUCAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES

Camila Macedo Guastafarro (UNIFESP)

camimg@gmail.com

Maria Sylvia de Souza Vitale (UNIFESP)

vitale.dped@epm.br

RESUMO: A intersecção entre os campos educação e saúde não é uma prática inovadora na história de ambas as ciências, apesar de ser apresentada incessantemente como nova política pública pelos governos que se sucedem tanto no Ministério da Saúde quanto da Educação. Basta investigar sobre as concepções e prerrogativas que já discursaram sobre Educação Sexual em nosso país nos últimos anos, que encontramos espaço para problematizar como se dão as relações entre os dois saberes na prática da atenção em saúde e educação dirigida ao adolescente. A partir da perspectiva de trazer à luz como os discursos relacionados a educação sexual estão relacionados aos campos de Saúde e Educação tecemos uma reflexão sobre marcos processuais presentes nas ações para a educação em sexualidade no Brasil, desde 1928 até 2006.

PALAVRAS-CHAVE: saúde do adolescente. sexualidade. educação sexual. prevenção primária.

INTRODUÇÃO

A educação sexual é palco para a intersecção entre os saberes médicos e educacionais desde 1928, quando o Congresso Nacional aprova a proposta de educação sexual nas escolas, com o objetivo de regulamentar práticas públicas e privadas em vista das epidemias das doenças venéreas.

Nesse momento histórico, o saber médico relacionado à sexualidade trazia uma abordagem baseada no medo da expressão da sexualidade dos adolescentes, interditando qualquer



manifestação desse corpo sexual em desenvolvimento. O médico foi convidado a entrar na escola com seu suposto saber e poder sobre a sexualidade do adolescente, regulamentando comportamentos sexuais como a masturbação – a partir de restrições e associações ao comprometimento físico e mental da prática – contribuindo para que os jovens não pudessem se apropriar de seus corpos e de seus desejos (Martins, 2011, pág 123).

O contexto inclui também a presença de uma cultura preconizada pelas escolas católicas que endossou a repressão e vigília dos corpos dos jovens, regulando quais informações eram disseminadas sobre sexualidade e com isso, coproduziu uma educação sexual baseada em normas e padrões medicalizados a partir de patologias e desvios, como era compreendida a sexualidade – inclusive a do adolescente. Não há uma ausência de programas em educação sexual, mas sim a presença de uma ética de controle dos corpos e restrição do exercício da sexualidade disseminada pelas escolas – que persistiu durante muitos anos na educação e saúde em prol de um modelo de educação sexual proibitivo (Russo, 2011).

Entre 1954 e 1970 podemos encontrar experiências em educação sexual nas escolas diferenciadas do modelo proibitivo realizadas nas escolas de ensino público em São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. As atividades eram desenvolvidas por acadêmicos da área de educação como uma proposta de renovação pedagógica, dissociada do modelo disciplinador. Em São Paulo as ações em educação sexual eram realizadas por professores e acadêmicos e os profissionais de saúde também depositavam seu olhar para essa questão, com um programa de orientação sexual destinado aos escolares do 4º. ano. Apesar da temática ser considerada por ambos, era trabalhada com abordagens diferentes: cabia à educação a responsabilidade sobre o conteúdo teórico de educação sexual em Biologia enquanto a medicina se encarregava de alertar quanto aos comportamentos saudáveis, resquícios do modelo de controle da sexualidade (Martins, 2011; Russo, 2011; Bordini, 2009).

Ainda na década de 60 e 70 o espaço dos programas de educação sexual nas escolas era realizado pelo especialista (muitas vezes o médico ou o psicólogo). Através de uma leitura da adolescência descontrolada pelos hormônios e transformações corporais, impulsiva e perigosa ao próprio adolescente – o conhecimento a respeito da sexualidade estava associado às mudanças da puberdade como fator disparador desse potencial perigo da adolescência (Martins, 2011).



O olhar da sociedade para o professor era de interditar sua participação na educação sexual dos escolares, visto que a responsabilidade acerca dessas questões ficaria a cargo dos “pais, médicos, parentes próximos mais velhos”, momento em que a sexualidade era cenário dos costumes que mantinham as assimetrias dos papéis de gênero, não podendo ser apresentada de maneira científica e problematizadora, só modificado após o fim da ditadura (Russo, 2011).

O parecer do Conselho Federal de Educação em 1974 que determinava as diretrizes (doutrina, filosofia, conteúdo e forma) do programa de Educação e Saúde que contemplava aos alunos de 2º. grau alguns temas em educação sexual é um exemplo dessa dicotomia

(Bordini, 2009, pág 37). Os preceitos desse programa normatizam que a tutela dos problemas de educação sexual cabe primariamente aos pais, ao programa de Educação e Saúde cabe a responsabilidade sobre os conteúdos (em geral, biologia dos corpos) e o discurso sobre a prática em sexualidade ainda fica sob a responsabilidade apenas dos programas de Saúde.

Louro (2010, pg 61) menciona como os manuais – escritos pelos médicos – orientavam os cuidados que os professores deveriam ter com os corpos de seus alunos. Dessa forma, a educação sexual disciplinadora na escola contribuiria para o corpo escolarizado, dentro dos padrões de comportamento que se esperava de meninos e meninas, numa repressão à expressão livre da sexualidade. O saber médico naturalizava as condutas na ações em educação sexual na escola e, sobre os adolescentes que ocupavam um espaço transitório, caberia o controle externo.

O modelo biomédico restringiu as ações em saúde e educação do adolescentes por algumas décadas, acreditando ser o melhor método biopolítico. Entende-se que o conhecimento limitado sobre a adolescência nesse momento histórico repercutiu no suporte inadequado aos professores e profissionais de saúde que atribuíam o peso da adolescência apenas às mudanças biológicas, onde o tornar-se adulto era um marca de agravos à saúde do adolescente (Salomão, 2007, pág 21).

Apesar de imersos desde então por uma visão biopsicossocial da época, agregando o professor de ciências aos técnicos de saúde, havia uma dicotomia nas práticas de saúde e educação, pois o primeiro era responsável por desenvolver uma disciplina que falasse sobre saúde sexual e reprodutiva e o segundo por uma prática regulatória dos comportamentos, distanciados entre



si no cuidado com o adolescente (Gomes, 2010). Esse afastamento determinou um lugar do adolescente problema na escola, que precisava de rigidez e controle.

No entanto não podemos deixar de mencionar que sempre houve um movimento, por vezes unidirecional de unir forças e realizar um intercâmbio de práticas entre profissionais da saúde básica e profissionais da educação pública, visando a implantação de programas de educação sexual nas escolas e, principalmente, a atenção ao adolescente. Após o final da ditadura, na década de 80 aumentam os movimentos de especialistas, principalmente associados à área acadêmica que abordam a importância da educação sexual nas escolas (Martins, 2011; Russo, 2011).

O lugar da adolescência na educação sexual realizada nas escolas

A adolescência como é concebida na atualidade está permeada de conceitos fragmentados de outrora que significaram “síndromes” e “normalidades” esperadas dos sujeitos que se encaixavam numa etapa do desenvolvimento. As normatizações do comportamento e personalidade sempre estiveram associadas à sentidos negativos de sofrimento e patologização do adolescente, na tentativa de padronizar o entendimento dessa etapa.

Para representar novas concepções sobre a juventude e adolescência, o papel da cultura é fundamental entendendo sua constituição sócio histórica – ou seja – uma criação que passa a ter um significado partilhado entre os sujeitos, especialmente após a década de 1990. Cada sociedade define quais são os marcos que irão significar a etapa do desenvolvimento em dado momento e em dado grupo social, assim a adolescência foi escolhida por seus marcos corporais de transformação do corpo e acesso à sexualidade.

A adolescência como fenômeno social de destaque surge no século XX, conforme as relações demográficas que demonstram um aumento no número de escolares e se dá destaque a essa faixa etária nos estudos de saúde e educação, que anteriormente estavam voltados para as mulheres e crianças, numa perspectiva de puericultura e saúde da mulher. Conforme Salomão (2007), “a juventude é a idade privilegiada do século XVII; a infância, do século XIX, e a adolescência, do século XX” (Salomão, 2007, pág 4). Atualmente outros estudos também ressaltam a importância da promoção do cuidado em saúde junto aos adolescentes, pois



adolescentes e jovens representam $\frac{1}{4}$ da população mundial, o equivalente a 1.8 bilhões de cidadãos entre 10 e 24 anos (Sawyer et al, 2012).

O destaque para essa etapa do crescimento e desenvolvimento também pode ser observado pelo marco da completude do sujeito, pois ao finalizar a adolescência ele está pronto em sua formação como sujeito social. Porém o conceito não é só temporal e idêntico à todos os adolescentes, o que traz uma dificuldade em perceber suas configurações, como aponta Salomão (2007, pag. 09) como um processo que se inicia biologicamente com a puberdade e a maturação sexual, porém são os aspectos socioeconômicos que determinam seu término, com a independência familiar.

É importante ampliar a concepção acerca das necessidades “naturais” dos adolescentes em educação e saúde, compreendendo que essa naturalização foi construída a partir de uma valorização social e histórica. Todas essas naturalizações configuram o adolescente em sua imaturidade, algo que ainda não está pronto ou que não acabou de se desenvolver, abrindo espaço para uma “aprendizagem” que não envolve suas experiências prévias e o conhecimento agregado que construiu, inclusive a respeito da sexualidade.

Outra característica histórica que devemos considerar nessa compreensão é a necessidade diante do capitalismo e das alterações na forma de trabalho que as inovações tecnológicas proporcionaram – mais especialização e formação técnica e consequente desemprego. Assim, nesse contexto social, junto com o aumento da expectativa de vida, devido às tecnologias de saúde, foi necessário encontrar um lugar para manter os adolescentes por mais tempo – o lugar escolhido foi a escola, dando contorno ao novo grupo social que se formou (Bordini, 2009; Chamis, 2010).

Partindo dessa amplitude é essencial perceber como a escola pode ser um fator de risco ou proteção para o ser jovem que é único, singular e histórico. Nenhum fenômeno acontece dissociado de sua história social, sendo assim todas as mudanças biológicas da adolescência atuam como indutoras de experiências existenciais significativas, o jovem está vulnerável, assim como qualquer indivíduo que se depara com mudanças e transformações em sua vida (Moll, 2010).

O desenvolvimento do corpo também é marcado pela maturação de processos neuropsicológicos na adolescência, configurando a possibilidade do pensamento abstrato e,



com ela, o poder de escolher e decidir por meio da reflexão. Essa característica só reforça a importância de garantir o acesso deles à informações, oferecendo espaço para as dúvidas assegurando uma ampliação do repertório de vivências que os possibilitem utilizar de sua capacidade cognitiva para a prevenção (Noronha, 2009, pg. 16).

Dessa forma, a promoção de saúde do adolescente perpassa o protagonismo e o incentivo a autonomia, como um valor esperado para o adolescente. Moll (2010, pg 3024) discorre sobre a relação do adolescente com o mundo e sua construção intersubjetiva diante dos valores imediatos da contemporaneidade.

A educação sexual incorpora as novas concepções sobre o adolescente, compreendendo as transformações provocadas pelo desenvolvimento, adicionando visões complementares que superem a perspectiva biológica e anistórica. Ou seja, pensar a sexualidade e saúde sexual do adolescente incluirá complexidade, trazendo tanto as características pessoais, subjetividades, inserção social e suas relações interpessoais.

Essa mudança de paradigma na educação sexual também repensa o lugar do espaço escolar nessa construção das ações em educação e saúde, aceitando que o cenário escola deve abrigar o reconhecimento dos diversos atores sociais que lá transitam (professores e interlocutores de saúde), principalmente observando que a relação educacional que será tecida com o escolar é uma via de mão dupla e para que o encontro aconteça é necessário dar voz a todos, abrindo a escuta para diversos entendimentos e críticas. Nessa perspectiva, durante todo o processo formativo a educação sexual interdisciplinar irá agregar os conhecimentos e práticas de saúde, educação e dos adolescentes.

EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA PÓS 90

O fenômeno da Aids traz à tona a necessidade de se incorporar a educação sexual como política nas escolas, objetivando saúde e prevenção. Em atenção a essas demandas, o Ministério da Saúde de 1994 a 1998 (Gomes, 2010, pág 147) investiu em formação de professores em educação para a prevenção ao HIV/Aids, capacitando os profissionais para implementarem ações em educação sexual nas escolas. Em 1996 o Ministério da Educação sugere os Novos Parâmetros Curriculares (Noronha, 2009; Salomão, 2007; Bordini, 2009) em



que apresenta uma conceituação sobre a sexualidade do adolescente para além dos agravos pelas DST e gravidez, ampliando e incorporando o direito à cidadania plena dos adolescentes no que concerne à sexualidade, reforçando a importância do acesso ao conhecimento e de uma educação sexual integral.

Outras características surgiram nos discursos sobre a sexualidade do adolescente, ampliando o conceito de saúde sexual não apenas pensando nos agravos mas como uma esfera que envolve a vida subjetiva e relacional, inclusive o direito ao prazer como aponta Noronha (2009, pg. 15).

Apesar das regulamentações em 1999, após dificuldades na sustentabilidade das formações de profissionais da educação e de ações diretas dos técnicos de saúde nas escolas públicas, constatou-se uma fragilidade na manutenção desses conteúdos por ausência de treinamentos específicos para que fossem abordados nas grades curriculares e não como conteúdo transversal.

A orientação sexual como preconizada nos parâmetros curriculares exigiu carga horária extensa, além da formação aprofundada em educação sexual pelos professores (lacuna nunca preenchida nos cursos de graduação), por se tratar de uma temática abrangente e essencial na adolescência (Chamis, 2010, pág 68).

Ainda observando o discurso do Ministério da Saúde (Brasil, 2006), verificamos as intenções de implementar ações de amplo escopo em saúde sexual nas escolas, por seu papel de captação de adolescentes onde se reúnem na maior parte de seu tempo. Esse discurso integral que enfatiza uma ação crítica e reflexiva para o pleno desenvolvimento das crianças

e adolescentes, mostra-se inconsistente com as determinações focadas nos agravos de saúde, que são mais aceitas nas escolas e pelos professores (Noronha, 2009, pág 24).

A escola já tinha sido determinada como lugar de realizar a educação, mas as práticas ainda eram norteadas de maneira incipiente e os professores enfrentavam muitos preconceitos e dificuldades, pois ainda se reproduzia socialmente um olhar para o adolescente do modelo biomédico que deveria ser comedido e reprimido. Segundo Gomes (2010), “O pouco reconhecimento dos Direitos Sexuais e Reprodutivos dos adolescentes e jovens necessita ser enfrentado por educadores, pais e profissionais de saúde (Gomes, 2010, pág 149).



Diante da diversidade de enfoques na prática educativa para a saúde, ainda há um resquício de concepções que concentram a perspectiva educativa no individual, considerando-o o único responsável pelas suas condições de vida e saúde, negando a co-determinação política e social (Chamis, 2010).

A estratégia de criação de um projeto que reunisse formalmente o Ministério da Saúde e o da Educação procura unir forças para a criação de diretrizes que possibilitem um trabalho voltado para a autonomia e reconhecimento do adolescente como sujeito de direitos, inclusive sexuais e reprodutivos que deveriam ser respeitados.

O termo “saúde e prevenção na escola” encontra-se por vezes descrito como projeto, programa ou marco na orientação das práticas disponíveis nas escolas para os adolescentes. Para tanto, no que cerne às questões que envolvem a sexualidade, apresenta-se associado às políticas de controle epidemiológico das doenças sexualmente transmissíveis (DST), destacando a preocupação sempre presente na contemporaneidade com o fenômeno da Aids – em conjunto com os impactos negativos tanto para a saúde quanto para a educação da gravidez na adolescência. Dinis (2007, pg.3), ao refletir que os temas DST e gravidez atuam como disciplinadores da sexualidade do adolescente e reforçam o potencial “perigo” do exercício da sexualidade na adolescência, destaca o papel normatizante do discurso educacional nos programas de educação sexual.

Em 2003 tem início o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) que em 2007 integra a criação do Programa Saúde na Escola (2007), uma política intersetorial, unindo os profissionais de Saúde da Família e Educação (Gomes, 2010, pág 147). Em 2008 foi assinada a declaração Prevenir com Educação metas de implantar a educação integral em sexualidade até 2015. A visão de sexualidade no SPE:

“O SPE parte de uma visão mais abrangente da sexualidade, buscando promover a saúde, prevenir doenças, diminuir as inequidades de gênero, sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, além de reduzir todos os tipos de estigma e a discriminação (Gomes, 2010, pág 150)



O objetivo é reduzir a vulnerabilidade dos jovens e promover a saúde sexual e reprodutiva de forma ampla. Para auxiliar em suas metas, em 2006 foi lançado pelo Ministério da Saúde um Marco referencial preliminar saúde sexual e saúde reprodutiva dos adolescentes e jovens que “ressalta a questão dos direitos humanos e integra o exercício do direito fundamental à saúde” (Noronha, 2009) – envolvendo o estímulo à educação. Esse marco faz referência à Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Gomes, 2010; Chamis, 2010; Bordini, 2009; Souza, 2007) destacando sua importância para a educação sexual.

Ainda existem muitos desafios, como a inclusão das ações do programa Saúde e Prevenção nas Escolas nos projetos políticos pedagógicos das escolas, ou melhor, incorporadas aos currículos para a sustentabilidade e, dessa forma, a abordagem integral da sexualidade nas escolas. No entanto, Chamis (2010) pontua que a participação do trabalho de formação em saúde nas escolas está presente inclusive na expectativa dos alunos e professores,

“(...) demonstraram como a educação em saúde está presente na realidade das escolas, e nas expectativas dos professores e alunos em desenvolvê-la de forma permanente, permitindo a absorção dos conhecimentos, a discussão das dúvidas, a produção de mudanças na esfera individual e social (Chamis, 2010, pág 19)”.

Integralidade e interdisciplinaridade – Considerações

O que considerar promoção de saúde do adolescente? Seria o poder para exercer os direitos como cidadãos? Essa perspectiva é inaugurada ao olhar para o adolescente e o compreender como sujeito. Somente após 1986, com orientações da Organização Mundial da Saúde a promoção de saúde foi adotada no sentido de um “processo educativo que valoriza o indivíduo, sua cultura e seus hábitos”, dando espaço para uma interlocução entre os saberes da Educação e Saúde nessa empreitada (Gomes, 2010, pág 147).

Outros conceitos emergem dessa nova perspectiva, como *vulnerabilidade*, associada aos fatores que impedem os sujeitos de desempenharem condutas de saúde, considerando a multiplicidade de interações entre conhecimentos, valores, acesso a insumos, cultura, relações de gênero e assimetrias de poder (Gomes, 2010; Noronha, 2009; Salomão, 2007).



Com isso, é importante uma análise dialógica entre as próprias vulnerabilidades dos educadores e profissionais de saúde diante das enfrentadas pelos adolescentes, no intuito de contribuir para a própria formação profissional, como apontado por Gomes (2010, p. 151) que a formação ofereça um espaço para que os saberes conversem e assim o projeto faça sentido na vida das pessoas envolvidas, possibilitando a compreensão mais profunda de que não há verdades

universais e permanentes quando estamos falando de cuidados em saúde, que também são permeados por uma historicidade e contexto.

O objetivo de buscar uma linha que marcasse as conceituações acerca da interface entre Educação e Saúde do adolescente, tendo em vista a questão da sexualidade foi provocar uma reflexão de quanto a reunião entre as duas áreas do saber é inovadora ou deficiente.

Podemos perceber que a intersectorialidade ainda está longe de ser praticada em larga escala, mesmo entendendo que as tentativas de diálogo e articulação acontecem há 90 anos e que existem uma diversidade de leituras sobre a adolescência e seus direitos a formação para a cidadania, algumas delas que inclusive respeitam as necessidades biopsicossociais em programas mais integrais de formação e cuidado.

A integralidade da atenção ao adolescente em suas demandas de sexualidade perpassa uma reflexão conjunta entre profissionais de saúde e educação, questionamento de valores e dificuldades em assimilar os direitos dos jovens e acompanhar o exercício de autonomia do adolescente em suas escolhas individuais, principalmente na área de educação sexual.

O acesso à informação, potencializado pela experiência, reconhecimento de seu papel histórico e social deve ser oferecido tanto pelas escolas como pelas unidades de saúde, acolhendo e promovendo uma escuta diferenciada para este novo adolescente que se configura no século XXI.

O embasamento teórico na formação dos profissionais que atuarão junto aos adolescentes deve extravasar os manuais que contém oficinas e descrições simplificadas do desenvolvimento sexual, ampliando o conhecimento a respeito do crescimento e formação psíquica dos sujeitos com os quais irão lidar, atitude que contribuirá para um melhor



entendimento das adolescências, de maneira mais positiva e qualificadora da experiência humana que essa etapa oferece aos jovens.

Portanto, é essencial pensar e repensar as assimetrias que existem na Educação e Saúde e buscar aprofundamento e troca real para ganhar em qualidade na compreensão do sujeito e oferecer uma escuta ampliada e contextualizada, repensando o espaço da medicalização dos corpos, dos manuais fragmentados e especialmente, dos valores morais negativos que ainda se apresentam associados ao livre exercício da vida sexual na adolescência.

Destacamos por fim a importância de considerar o adolescente como protagonista de sua própria história sexual, haja visto que serão suas decisões e atitudes componentes para uma vida saudável, de maneira autônoma e consciente. Assim, os conhecimentos adquiridos na formação contínua do profissional em Educação e Saúde devem contemplar esse olhar ampliado sobre o trabalho com o adolescente.

Considerando que a Educação e Saúde é um campo constantemente alimentado pelas práticas e saberes que os profissionais assumem em seus encontros com os adolescentes, a produção de novos sentidos que atendam a essa complexidade e integração é uma responsabilidade dos profissionais em registrar essas novas percepções e construir coletivamente novos referenciais que não estejam dissociados entre si.

Referências bibliográficas

CHAMIS, N. M. A. *Educação e saúde das adolescentes na periferia urbana: estudo de caso em Novo Hamburgo*. Rio Grande do Sul, 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DINIS, N.; ASINELLI-LUZ, A. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. *Educar em revista*, Curitiba, v.30, p. 77-87. 2007

GOMES, M. R. O. Saúde e Prevenção nas Escolas: Promovendo a Educação em Sexualidade no Brasil. *Revista Tempus Actas em Saúde Coletiva*, Brasília, v.04, n. 2, p. 145-157. 2010

MARTINS, M. T. Práticas educativas: projetos e programas de educação sexual. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v.12, p. 123-133, jan/abr 2011.



MOLL, J.; RABELO, M. K. O. (Re)conhecendo o território escolar e mapeando o sentido do ser-jovem: contribuições dos programas e projetos intersetoriais para superação das vulnerabilidades do escolar. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, s. 2, p. 3023-3025, 2010.

NORONHA, G. P. *Sexualidade e fontes de informação entre adolescentes do Ensino Médio de São Paulo*. São Paulo, 2009. Tese (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

LOURO, G. L. A construção escolar das diferenças. In: LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro, Vozes, 11 ed., 2010, p. 57 – 87.

RUSSO, J. et al. As Experiências de Educação/Orientação sexual em Escolas. In: Russo, J. et al. *Sexualidade: ciência e profissão no Brasil*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2011.

Sawyer SM, Afifi RA, Bearinger LH, Blakemore SJ, Dick B, Ezeh AC, Patton GC. Adolescence: a foundation for future health. *The Lancet*; 2012, 379 (9826):1630-1640.

SALOMÃO, M. L. M. *Necessidades de adolescentes atendidos em Unidades Básicas de Saúde do município de São José do Rio Preto e as suas demandas para o cuidado em saúde: encontros e desencontros*. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo.

CONHECIMENTO E PREVENÇÃO DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM JOVENS UNIVERSITÁRIOS

Livia Borghi Possetti (PG-UNIFESP)
liviabpo7@gmail.com

José Roberto da Silva Brêtas (UNIFESP)

RESUMO: A constituição da sexualidade humana compõe uma rede complexa de acontecimentos que acoplam amadurecimento fisiológico, ciclo reprodutivo e psicológico do indivíduo que inicia na adolescência e toma força na juventude. O objetivo deste trabalho foi verificar o conhecimento sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis e sua prevenção em jovens universitários da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Trata-se de um estudo descritivo quantitativo, que pretende descrever as características de determinada população ou fatos e fenômenos de determinada realidade. A população total participante do estudo foi composta por 450 alunos a maioria do sexo feminino e da cor branca. A grande maioria dos alunos já teve sua primeira relação e fez uso da camisinha nesta. Foram observadas diferenças significativas com relação à não utilização da camisinha na última



relação sexual em relação ao sexo dos indivíduos. No que se refere ao tema conhecimentos gerais relacionados às Doenças Sexualmente Transmissíveis, foi possível observar que este não é um tema de total desconhecimento pelos jovens participantes deste estudo, porém a doença com menor índice de respostas foi o condiloma. Conclui-se, portanto, que mesmo que os jovens tenham acesso ao preservativo isso não garante que ele será utilizado em todas as relações sexuais. É necessário levar-se em consideração as fontes de informação sobre DST que vêm antes do ingresso na faculdade, nas vivências de cada jovem para a sugestão de estratégias para abordagem da sexualidade. Muitos dos universitários adquirem percepções positivas a respeito do uso da camisinha, e isso pode ser utilizado em benefício de tal população como estratégia de ampliar as informações sobre as DST e também sua prevenção.

PALAVRAS CHAVE: Sexualidade, Adolescentes, Doenças Sexualmente Transmissíveis.

INTRODUÇÃO

A sexualidade humana, diferente da encontrada em outros animais, atravessa barreiras do aspecto biológico, pois está intimamente ligada ao prazer. Ela envolve um processo fisiológico bem como as dimensões subjetivas de cada ser humano, como a capacidade de confiar, amar sentir-se protegido ou valorizado. A constituição da sexualidade humana compõe uma rede complexa de acontecimentos que acoplam amadurecimento fisiológico, ciclo reprodutivo e psicológico do indivíduo que inicia na adolescência e toma força na juventude (MARQUES, 2008).

A sexualidade humana é compreendida como mediadora entre as relações sociais capazes de condensar o desenvolvimento da autonomia de cada um voltada para o desenvolvimento pessoal que irá proporcionar interação com o outro, contudo as práticas sexuais se diferenciam no interior de cada sociedade e alteram-se de acordo com o referencial de cada segmento da sociedade que a compõe. Assim a sexualidade em suas diversas manifestações e meios de expressão podem corresponder a diferentes significados, de acordo com os valores vigentes em um dado estrato sociocultural (WANDERLEY et al, 2012) (CASTRO, 2004).

Visto que o desenvolvimento biológico, psicológico e social dos homens está repleto de amadurecimento e experiência sexual é comum, em discussões de assuntos referentes às práticas sexuais e ao sexo em si, haver um destaque para a população adolescente e jovem já que durante estes períodos ocorre o amadurecimento sexual juntamente com as transformações sociais voltadas ao comportamento sexual (URIBE; AMADOR, ZACARIAS 2012).



A vivência da juventude se distingue de acordo com cada camada social ou grupo de indivíduos, porém existem características inerentes a tal etapa que é comum à maioria deles. O jovem sofre transformações constantes e apresenta com isso vulnerabilidade pela necessidade de firmar-se seja profissionalmente e pela abertura ao novo. O comportamento marcante é delimitado pelo grau de liberdade estabelecido pelas pessoas com as quais convive e pelos protocolos sociais (MENEZES, BORSATO, 2010).

O jovem que se encontra em período universitário goza de certas responsabilidades relevantes para tal fase. Durante esse período, também se relaciona com o outro de maneira afetiva e sexual. As relações podem ser tanto de fidelidade e sentimento quanto aquelas delimitadas por necessidade físicas, fisiológicas e sociais sem aprofundamento ou continuidade. O sexo é enlaçado no contexto da relação amorosa ideal, e as práticas sexuais se intensificam neste período não importando o sexo (BORGES, SCHOR, 2007).

A liberdade permanece entre os jovens, e, com ela, os relacionamentos ficam comumente “sem compromisso” tornando comum a prática sexual com múltiplos parceiros. Juntamente com a acentuação da prática sexual no decorrer do desenvolvimento do homem, encontram-se também riscos à saúde relacionados principalmente ao comportamento do ser com questões de sexualidade, como conhecimento de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) acoplados com seus sintomas e meios de contaminação, assim como utilização de métodos para sua prevenção.

Convencer a população em geral, principalmente jovens, de que qualquer pessoa pode sofrer contaminação de DST/HIV é tarefa complexa, pois cada segmento da sociedade tem suas especificidades, que dependem de suas características econômicas, sociais e culturais. A passagem do risco para a vulnerabilidade é hoje um dos maiores desafios da prevenção (AYRES et al, 2003). É importante não tratar as práticas que expõem as pessoas a DST/HIV como fruto exclusivo de sua vontade, mas levá-las a ver o comportamento como resultante final de um conjunto de condições estruturais e contextuais das quais essas práticas emergem, portanto é o hábito do jovem que pode trazer consequências danosas a sua saúde e não o fato de estes malefícios estarem intrínsecos ao ato de “ser” jovem (BARBOSA, 2006).

As questões ligadas à sexualidade e à fecundidade na juventude têm despertado crescente atenção. Há debates que visam a “regulação da sexualidade juvenil” devido a utilização do argumento de suposto desregramento das práticas sexuais, no entanto essa abordagem vem sendo questionada, uma vez que o desenvolvimento da sexualidade é inerente a



tal fase e consta como processo de socialização. É importante levar-se em consideração que as práticas sexuais irão existir, e com elas também existem os processos de vulnerabilização, para a partir de um entendimento mais direcionado aos jovens, as estratégias de prevenção sejam mais eficazes (ALVES; BRANDÃO, 2009)

Identificar representações e práticas de jovens de diferentes segmentos no que tange a questão da vida íntima e de suas conexões com grandes instituições formadoras como escola, universidade, família, grupos e pares, se apresenta hoje como uma importante via para reflexão sociológica no sentido de melhor atendimento a esta população com campos de várias ciências, em especial da Saúde e Educação.

Não se encontram muitas referências acerca dos jovens universitários especificamente e seu processo de vulnerabilização, portanto é de extrema relevância a discussão dessa população com temáticas ligadas à sexualidade, a fim de inseri-los no contexto de iguais importâncias no direcionamento de ações de educação sexual e disseminação de informação sobre sexualidade.

Frente ao exposto o objetivo deste trabalho Verificar o conhecimento sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis e sua prevenção em jovens universitários matriculados em cursos da área de humanas e saúde da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo quantitativo, que pretende descrever as características de determinada população ou fatos e fenômenos de determinada realidade (GIL, 2006). Esta pesquisa foi encaminhado para avaliação do Comitê de Ética da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), visando atender todos os procedimentos metodológicos que obedecem aos padrões estabelecidos pela Resolução 466/ 12, que trata das Normas de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (BRASIL, 2012).

Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário estruturado autoaplicável (Anexo 1) previamente validado visto que já passou pelo pré teste nas pesquisas Conhecimento sobre DST/AIDS por estudantes adolescentes e Conhecimento de adolescentes sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis: subsídios para prevenção realizada com adolescentes pelo Grupo de Estudos sobre Corporalidade e Promoção da Saúde (GECOPROS), da Universidade federal de São Paulo.



O questionário é composto por três blocos, primeiramente o referente aos dados sócios demográficos da população, logo após, encontram-se questões referentes à sexualidade do indivíduo que visam abordar as práticas sexuais e por último o conhecimento dos sintomas e meios de transmissão sobre as seguintes DST's: sífilis, gonorreia, herpes genital, hepatite B e AIDS e os métodos de prevenção para cada uma.

A população do estudo foi composta de jovens entre 17 e 24 anos de ambos os sexos, que estivessem na UENP nas áreas de Humanas e Saúde nos cursos de Direito, História, Filosofia, Educação Física, Fisioterapia e Enfermagem nos campus de Jacarezinho e Bandeirantes, e que estivessem presentes na sala de aula na hora da aplicação do questionário. O N total dos participantes foi de 450.

As variáveis categóricas foram descritas em valor absoluto e frequência relativa enquanto as variáveis contínuas, descritas como média e desvio-padrão; mediana, valor mínimo e máximo. Para comparação entre grupos, foi realizada a razão de prevalência da variável desfecho e aplicado o teste qui-quadrado de Pearson para verificação de associação positiva entre os grupos. Foram considerados como estatisticamente significativos valores $p < 0,05$. Os dados foram tabulados com auxílio do pacote Microsoft Office 2010 e analisados com o auxílio do pacote estatístico SPSS (Statistical Package Social Science) v.20.0. (DAWSON, 2003; FLETCHER, 1996; VIEIRA, 2003).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante pontuar que os dados observados neste estudo são provenientes de uma população específica, a qual se constitui por jovens universitários de ambos os sexos. O cenário da pesquisa se reflete em jovens entre 17 e 24 anos que estão matriculados atualmente em uns dos cursos entrevistados da Universidade Estadual do Norte do Paraná, nos campi Jacarezinho e Bandeirantes, e que estavam presentes na aula no momento da aplicação do questionário.

A população total participante do estudo foi composta por 450 alunos de Universidade Estadual do Norte do Paraná, compondo uma amostra predominantemente feminina (62,4%) os indivíduos do sexo masculino completam (37,6%) do total. A idade média de 20,1 anos. A maioria dos estudantes declarou-se como de etnia branca (80,9%) seguidos de parda e amarela (13,1%; 3,1%). Apenas 2,2% dos entrevistados declararam-se negro. A maioria dos



estudantes, de uma maneira geral, encontra-se no primeiro período do curso. O curso de Direito. A grande maioria dos estudantes declarou ser heterossexual (96,4%).

A tabela abaixo apresenta características relacionadas à sexualidade e à prevenção de DST segundo o gênero dos estudantes. Há uma leve superioridade na frequência de homens nos cursos de ciências humanas e de mulheres nos cursos da área da saúde. De maneira geral, são observadas frequências semelhantes, entre homens e mulheres, para terem experimentado a primeira relação e ter utilizado camisinha na ocasião. Ter utilizado camisinha na última relação ou ter relatado ao menos um episódio de DST também não mostrou diferença significativa na frequência entre os gêneros. No entanto, as mulheres relataram mais frequentemente ter parceiro fixo (66,7%) que os homens entrevistados (53,2%), $p < 0,01$

Tabela 1. Frequência de características relacionadas à sexualidade e à prevenção de DST entre estudantes de graduação, segundo gênero. São Paulo, 2013.

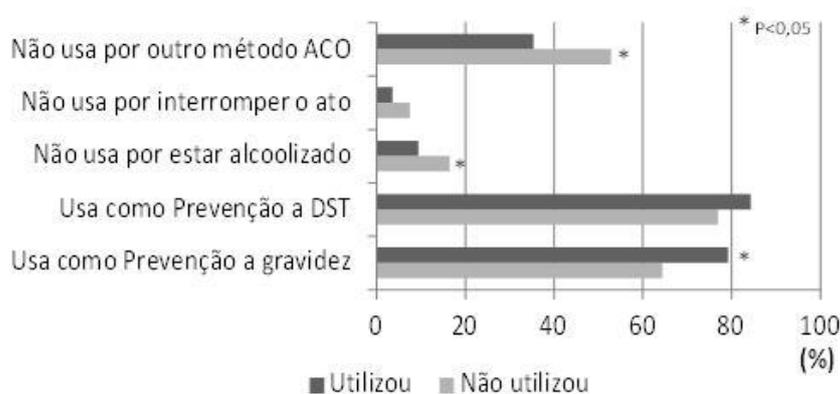
		Homem	Mulher	Razão de Prevalência	p**
Já teve a primeira relação sexual?	Sim	139 (82,2)	218 (78,1)	1,05	0,29
	Não	30 (17,8)	61 (21,9)		
Usou camisinha na primeira relação?*	Sim	110 (78)	178 (81,7)	0,95	0,39
	Não	32 (22)	40 (18,3)		
Utilizou camisinha na última relação?	Sim	86 (61)	112 (51,6)	1,18	0,81
	Não	54 (39)	105 (48,4)		
Tem parceiro fixo?*	Sim	75 (53,2)	144 (66,7)	0,79	0,01
	Não	66 (46,8)	72 (33,3)		
Já teve DST ?*	Sim	6 (4,3)	8 (3,7)	1,16	0,78
	Não	135 (95,7)	210 (96,3)		
Área de concentração da graduação:	Saúde	73 (43,2)	138 (49,1)	0,87	0,22
	Humanas	96 (56,8)	143 (50,9)		

**Teste Qui-quadrado de Pearson

*Valores ausentes, n=1 (0,2%)

As condições que justificariam ou não o uso do preservativo, segundo ter utilizado o preservativo na última relação, são apresentadas na Figura 13. Justificar não usar preservativo sempre por utilizar outro método anticoncepcional ou por estar alcoolizado apareceu mais frequentemente entre os que não utilizaram o preservativo na última relação (52,8% e 16,4% respectivamente), quando comparados aos que utilizaram o preservativo na última relação

(35,4% e 9,4% respectivamente). De maneira consoante a esses achados, declarar utilizar o preservativo em todas as ocasiões como prevenção à gravidez foi estatisticamente mais frequente entre os que também assinalaram ter utilizado camisinha na última relação (79,2% versus 69,4%), conforme ilustra a Figura 1.



Ao abordarmos os dados sobre sexualidade e prevenção, foi possível observar que a maioria dos alunos já teve sua primeira relação sexual, e muitos deles afirmaram ter utilizado camisinha na primeira relação sexual, a frequência de utilização do uso da camisinha para a última relação sofre uma queda mínima. Este achado com relação à utilização da camisinha na primeira relação sexual foi igualmente referido em uma pesquisa realizada em 2012 com 161 universitários no qual 88% deles relataram ter utilizado camisinha na primeira relação sexual. A respeito da utilização da camisinha na última relação este mesmo estudo mostrou resultado um pouco diferente, constatou-se um decréscimo na porcentagem (65%) em comparação ao estudo com os jovens da UENP (BEZERRA et al, 2012),

Um fator que foi encontrado em diversos estudos para não utilização da camisinha é a confiança no parceiro, dificuldade de interromper a relação para colocar o preservativo, e consulta regular ao médico (URIBE, 2012) (FERNANDEZ, 2013)

Muitas vezes, a confiança no parceiro e seu conhecimento de longa data trazem a ideia muitas vezes imaginária de que o jovem está totalmente protegido de adquirir DST.

Através dos estudos com jovens da UENP, 61% relataram possuir parceiro fixo, e destes, pouco mais de 55% utiliza camisinha com o parceiro



A Tabela 2 demonstra diferença significativa, com tendência à maior percentual de acertos, na questão sobre as formas de contágio de sífilis entre os homens quando comparados às mulheres. Não são observadas diferenças significativas no percentual de acertos sobre as formas de contágio de condiloma ou hepatite B, segundo gênero, área da graduação, ter parceiro fixo ou fonte de informações.

Tabela 2. Postos de média da distribuição do percentual de acertos sobre as formas de contágio de sífilis, condiloma e hepatite B, segundo características dos estudantes. São Paulo, 2013.

	Sífilis	p*	Condiloma	p*	Hepatite B	p*
Postos de Média da distribuição						
Gênero	Masculino	242,49	0,01	222,15	0,82	216,69
	Feminino	213,61		224,31		225,18
Área da graduação	Saúde	216,21	0,18	225,55	0,52	226,68
	Humanas	231,82		218,94		220,69
Tem parceiro fixo?	Sim	177,5	0,90	182,9	0,14	181,18
	Não	178,7		170,3		167,61
Obtém informações com professores?	Sim	221,94	0,56	220,79	0,44	224,5
	Não	229,54		228,99		213,17

Teste de Mann-Whitney
 Valores ausentes, n≤7 (1,5%)

No que se refere ao tema conhecimentos gerais relacionados às Doenças Sexualmente Transmissíveis, foi possível observar que este não é um tema de total desconhecimento pelos jovens participantes deste estudo. Apesar da opção “não sei” ter aparecido nas perguntas sobre as doenças, a grande maioria dos estudantes assinalaram as outras opções de maneira mais frequente.

Destaca-se que, muitas vezes, os estudantes optaram por assinalar a opção “não sei” mais frequentemente em perguntas relacionadas aos sintomas das doenças em comparação aos seus meios de transmissão.

A hipótese de que os universitários da saúde se previnem mais do que os demais não se aplica nesta pesquisa, para a inclusão dentro da área de humanas, foram selecionados os cursos de Direito, Filosofia e História, já para a saúde, com os cursos de Enfermagem, Educação Física e Fisioterapia.

De acordo com os dados encontrados a respeito da utilização da camisinha na primeira relação sexual e atualmente com o parceiro a frequência se apresenta maior entre os



estudantes das ciências humanas, porém não se encontram associações estatísticas significantes. A sexualidade pode ser observada como peça presente na vida do jovem, independente de seu curso.

O aprendizado da sexualidade no jovem não está restrito àquele ligado à genitalidade, tampouco à primeira relação sexual, trata-se de um processo de experimentação e conhecimento pessoal. Esta formação constitui-se na familiarização de representações, valores, papéis de gênero, interação com o meio social permeado pela cultura sexual, por isso cada ser desenvolve sua sexualidade individual em conexão com o mundo externo (BRETAS, 2011).

CONCLUSÃO

Os jovens entrevistados na pesquisa possuem acesso à camisinha de diversas maneiras, porém muitos deles relataram percepções sobre o não uso do preservativo. Conclui-se, portanto, que mesmo que os jovens tenham acesso ao preservativo isso não garante que ele será utilizado em todas as relações sexuais, justificado por vários fatores como ter parceiro fixo ou pela escolha de outro método anticoncepcional.

É necessário levar-se em consideração as fontes de informação sobre DST que vêm antes do ingresso na faculdade nas vivências de cada jovem para a sugestão de estratégias para abordagem da sexualidade com estes indivíduos. É importante ressaltar que qualquer atividade que possa ser realizada nesse âmbito não pode envolver somente o plano individual, mas também o contexto cultural que permeia a vulnerabilidade dos jovens em universidades.

Os dados da pesquisa não mostraram diferenças significativas no conhecimento e prevenção das DST entre os cursos, o que proporcionou uma discussão voltada para a população jovem universitária como um todo, sem distinções de área de graduação.

Diferenças significativas foram encontradas quanto ao sexo, em relação aos parceiros fixos e uso da camisinha. Esses achados foram confrontados com outros estudos da mesma temática aonde se chegou a conclusão de que algumas questões relacionadas ao sexo dos indivíduos influenciam no comportamento sexual.

Após todo o contexto analisado nesta pesquisa, em confronto com outras pesquisas sobre o tema, podemos concluir que os temas conhecimento e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis não são totalmente desconsiderados pelos universitários da UENP, muitos deles adquirem percepções positivas a respeito do uso da camisinha, e isso



pode ser utilizado em benefício de tal população como estratégia de ampliar as informações sobre as DST e também sua prevenção.

Tal estudo mostrou-se de grande relevância também nas discussões sobre a juventude como geração que possui suas próprias características, que não dispensam vulnerabilidade e por isso merecem atenção nas questões sobre sexualidade, visto que elas se fazem tão presentes em seu cotidiano.

Fica evidente que considerar a investigação da sexualidade dos jovens merece grande importância das publicações da saúde e educação, já que essas áreas podem se articular na adoção de medidas inovadoras na abordagem de tal temática, que é de interesse e importância tão grandes para os jovens e não somente dos adolescentes.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C.A; BRANDÃO, E.R. Vulnerabilidades no uso de métodos contraceptivos entre adolescentes e jovens: interseções entre políticas públicas e atenção à saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.14, n.2, abril de 2009.
- BARBOSA, R.G et al. Conhecimento sobre DST/AIDS, Hepatite e Conduta Sexual de Universitários de São José do Rio Preto, SP. **Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis** n18 v.4 p.224-230, 2006.
- BEZZERA, E.O et al. Análise da vulnerabilidade sexual de estudantes universitários ao HIV/AIDS. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**. Fortaleza, v.13, n.5. p-1121-1131, 2012.
- BORGES, A.L.V; SCHOR, N. Trajetórias afetivo-amorosas e perfil reprodutivo de mulheres adolescentes residentes no município de São Paulo. **Cadernos de Saúde Pública**. v.27, n.3. p.1583-1594, 2007.
- BRASIL, Ministério da Educação- Unesco, **Orientações, técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem**, Brasília, 2014.
- BRETAS, J.R.S. **Sexualidades**. 1.ed. São Paulo. All print, 2011.
- CASTRO, M.G; ABRAMOVAY, M; SILVA, L.B. **Juventude e Sexualidade**. Brasília (DF), UNESCO Brasil 2004.
- DAWSON, B; TRAPP, R.G. **Bioestatística básica e clínica**. 3. ed. Rio de Janeiro, Mc Graw Hill interamericana, 2003.
- FLETCHER, R.H; FLETCHER, S.W; WAGNER, E.H. Epidemiologia clínica: elementos essenciais: 3.ed. Porto Alegre, **Artes médicas**, 1996.



FERNANDEZ, A.M. et al. **Sexualidade juvenil: comportamentos, atitudes e diferenças de variáveis sexo e personalidade em estudantes universitários chilenos.** *Revista de Medicina do Chile*. Santiago (Chile), v.141, n.2. p.160-166, fevereiro 2013.

MARQUES, F.Z.C; CHEDID, S.B; EIZERIK, G.C. Resposta Sexual Humana. *Revista de Ciências Médicas*, Campinas, v.17. p.176-183, maio/dez 2008.

MENEZES, H.S; BORSATO, F; Comportamento afetivo de universitários de uma instituição privada. *Revista da Associação médica do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v.5, n.1. p.49-58, janeiro-março de 2010.

URIBE, J.I; AMADOR. G; ZACARIAS. X. Percepciones sobre el uso Del condón y La sexualidad entre jovenes. *Revista Latinoamericana de ciencias sociales, Niñez e juventud*. V.10, n.4, p.481-494, 2012.

VIEIRA, S. **Bioestatística – tópicos avançados.** Rio de Janeiro, Campus, 2003.

WANDERLEY, L.D et al. Sexualidade, DST e preservativo: comparativ0 de gênero entre deficientes visuais. *Revista de Enfermagem*. Rio de Janeiro, v.20. p.463-469, outubro-dezembro de 2012.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

Parte 1 – DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

1. Sexo: a. masculino b. feminino

2. Idade: _____ anos

3. Curso: _____

4. Período: _____

5. Religião: a. Católica b. Evangélica c. Espírita

d. Religiões de Matriz Africanas e. Presbiteriano f. Adventista

g. Judeu h. Mulçumano i. Budista j. Não tem religião

k. Ateu

6. Qual sua raça/etnia? a. Branco/ descendentes de europeu-ocidentais.

b. Pardo/ descendentes de africano-afro-brasileiros.

c. Amarelo/ descendentes de asiático-orientais.

d. Negro/ descendente de Africanos.

e. Indígena/ descendentes de índios.

7. Estado Civil:



- a. casado/o) b. solteiro/a c. separado/a d. divorciado/a e. Viúvo/a f. União estável.

Parte 2 – SEXUALIDADE E PREVENÇÃO

1. Em seu relacionamento afetivo/sexual você é: a. Heterossexual
 b. Homossexual c. Bissexual d. Assexual - Não sente desejo nem por Homens nem por Mulheres.
2. Se a resposta da questão anterior foi Homossexual, você se definiria como:
 a. Gay b. Lésbica c. Travesti d. Transexual e. Drag Queen
 f. outro: _____
3. Você já teve sua primeira relação sexual?
 a. sim b. não - Se não vá para a questão 10.
4. Você utilizou camisinha na sua primeira relação sexual? a. sim b. não
5. Você tem parceiro (a) fixo atualmente? a. sim b. não.
6. Você usa camisinha com ele (a)? a. sim b. não.
7. Você utilizou camisinha na sua ultima relação sexual? a. sim b. não
8. Como você tem acesso à camisinha?
 a. pega em alguma unidade de saúde b. compra na farmácia
 c. outros. Como? _____
9. Já teve alguma doença sexualmente transmissível? a. sim. Qual? _____
 b. não.
10. Você considera a camisinha (permite mais de uma alternativa):
 a. importante na prevenção de uma gravidez. b. importante na prevenção de DST/AIDS.
 c. Imprescindível na relação sexual. d. algo que tira todo o prazer.
 e. algo que tira a sensibilidade da relação sexual. f. pode ser substituído por outro contraceptivo.
 g. algo complicado de se colocar. h. algo que minha religião não permite.
11. Qual motivo faz ou faria você usar a camisinha em TODAS as suas relações sexuais?
 a. prevenção de gravidez. b. prevenção de DST/AIDS.
 c. não ter parceiro fixo. d. não utilizar outro método contraceptivo.
 e. não utiliza. f. outros. Quais? _____
12. Qual motivo faz ou faria você NÃO usar a camisinha em suas relações sexuais?
 a. ter parceiro fixo. b. querer engravidar.
 c. estar alcoolizado. d. ter que interromper a relação para colocar o preservativo.
 e. usar outro método contraceptivo. f. se o parceiro fizer exames regularmente.
 g. outros. Quais? _____

Parte 3 – CONHECIMENTO SOBRE DST

1. Assinale as opções que você considera um método de prevenção às DST:

- a. Consultar seu médico regularmente.
- b. Usar camisinha em todas as relações sexuais.
- c. Certificar-se de que seu parceiro não possui nenhuma DST.
- d. Lavar bem os órgãos genitais após a relação sexual
- e. Nenhum, pois tem certeza que não pegará nenhuma dessas doenças.
- f. Outros. Especificar _____

2. Como você obteve informações sobre as principais DST?

- a. Revistas, jornais e livros
- b. Na TV
- c. Em casa.
- d. Com professores
- e. Com amigos
- f. Não obteve informações.
- g. Outros. Especificar _____

3. A Sífilis se pega por:

- a. Sexo vaginal
- b. Sexo oral
- c. Sexo anal
- d. Da mãe para o filho.
- e. Contato com a ferida
- f. No abraço
- g. Transfusão sanguínea
- h. No beijo
- i. No abraço
- j. Sentando no mesmo lugar que a pessoa contaminada
- k. Não sei
- l. Outros. Especificar: _____

4. Quais são os sinais e sintomas da Sífilis?

- a. Ferida no pênis ou na vagina
- b. É dolorosa
- c. Mancha pelo corpo
- d. Coceira
- e. Corrimento
- f. Odor forte da secreção.
- g. Impotência.
- h. Perda de cabelo.
- i. Morte
- j. Impotência permanente
- k. Não sei

5. A Gonorreia se pega por:

- a. Sexo vaginal
- b. Sexo anal
- c. Sexo oral
- d. Roupas íntimas
- e. Vasos sanitários sujos
- f. Beijo.
- g. Abraço.
- h. Outros. Especificar _____
- i. Não sei

6. Quais são os sinais e sintomas da Gonorreia?

- a. Corrimento que sai do pênis ou vagina
- b. Saída de sangue
- c. Dor ao urinar
- d. Coceira
- e. Dor ao evacuar
- f. Faringite.
- g. Impotência.
- h. Perda de cabelo.
- i. Ferida nos órgãos genitais
- j. Não sei



7. Herpes Genital se pega por:

- a. Sexo vaginal
- b. Sexo anal
- c. Sexo oral
- d. Pelas mãos
- e. Pela saliva
- f. De mãe para filho.
- g. Transfusão sanguínea.
- h. Outros. Especificar _____
- i. Não sei

8. Quais são os sintomas do Herpes Genital:

- a. Dor e ardência no local das bolhas
- b. Bolhas agrupadas no pênis ou na vagina.
- c. Saída de pus
- d. Queda de cabelo.
- e. Ínguas
- f. Coceira
- g. Impotência
- h. Corrimento
- i. Dificuldade em urinar
- j. Não sei

9. O Condiloma se pega por:

- a. Sexo vaginal
- b. Sexo oral
- c. Sexo anal
- d. Beijo
- e. Saliva
- f. Contato com superfícies contaminadas.
- g. De mãe para filho.
- h. Transfusão sanguínea.
- i. Outros. Especificar _____
- j. Não sei

10. Quais são os sinais e sintomas do Condiloma?

- a. Verrugas nos órgãos genitais
- b. Odor forte
- c. Coceira
- d. Dor no local
- e. Dificuldade em urinar
- f. Impotência.
- g. Saída de pus.
- h. Queda de cabelo.
- i. Não sei

11. A AIDS se pega por?

- a. Sexo oral
- b. Sexo anal
- c. Sexo vaginal
- d. Pelo beijo
- e. Pelo abraço
- f. Por drogas injetáveis.
- g. Por transfusão de sangue contaminado.
- h. Com o uso de seringas estéreis.
- i. Da mãe para o filho na hora do parto
- j. Tocar superfícies contaminadas
- k. Outros. Especificar _____
- l. não sei

12. Quais são os sinais e sintomas da AIDS?

- a. Cansaço
- b. Falta de apetite
- c. Dor no corpo e nas articulações
- d. Corrimento
- e. Coceira nos órgão genitais
- f. Febre
- g. Suores noturnos
- h. "Sapinho" na boca.
- i. Pingos hemorrágicos que aparecem na pele
- j. Tosse persistente
- k. Diarreia
- l. Inflamação dos gânglios.
- m. Impotência
- n. Não sei.



13. A Hepatite B se pega por:

- a. Sexo vaginal
- b. Sexo anal
- c. Sexo oral
- d. Roupas íntimas
- e. Vasos sanitários sujos
- f. Beijo.
- g. Abraço.
- h. Outros. Especificar _____
- i. Não sei

14. Quais são os sinais e sintomas da Hepatite B?

- a. Náuseas
- b. Cansaço
- c. Falta de apetite
- d. Diarréia
- e. Dores articulares
- f. Impotência.
- g. Icterícia.
- h. Queda de cabelo.
- i. Não sei

15. A Hepatite B se pega por ?

- a. Sexo oral
- b. Sexo anal
- c. Sexo vaginal
- d. Pelo beijo
- e. Pelo abraço
- f. Por drogas injetáveis.
- g. Por transfusão de sangue contaminado.
- h. Com o uso de seringas estéreis.
- i. Da mãe para o filho na hora do parto
- j. Tocando superfícies contaminadas
- k. Outros. Especificar _____
- l. não sei

16. De todas as Doenças Sexualmente Transmissíveis apresentadas acima quais você acha que tem cura?

- a. Gonorreia
- b. Herpes Genital
- c. Sífilis
- d. Condiloma
- h. não sei
- e. AIDS
- f. Hepatite B
- g. nenhuma tem cura

EIXO TEMÁTICO: FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL

GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: O QUE VOCÊ SABE A RESPEITO DE SEU/SUA COLEGA?

Jurandir Ferreira de Paiva Júnior¹ (UENP)
juninhoseghetto@hotmail.com

Maria Cristina Simeoni² (UENP)

¹ Membro do Grupo de Pesquisa Criatividade e Ludicidade - CRILU/CCHE da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ. Email: juninhoseghetto@hotmail.com.

² Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Professora Assistente/CCS e Líder do Grupo de Pesquisa Criatividade e Ludicidade - CRILU/CCHE da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ.



RESUMO: Esta pesquisa trouxe uma discussão a respeito das questões ligadas ao tema Gênero e Diversidade Sexual na Escola. Nesse assunto abordaram-se reflexões em benefício da Diversidade Sexual, por meio de um processo de intervenção pedagógica. Para tanto, a justificativa está na análise da complexidade desses assuntos emergentes na sociedade. A problemática definida foi: quais as possibilidades e os limites para melhorar o entendimento a respeito das questões de Gênero e Diversidade Sexual, das Coordenadoras Pedagógicas do Ensino Fundamental - Anos Finais, das escolas públicas do município de Santo Antônio da Platina. O objetivo geral foi propor uma discussão reflexiva a respeito das questões de Gênero e Diversidade Sexual no âmbito escolar, tanto ao desempenho social com progresso inclusivo, como a diversificação ao atendimento dos/as sujeitos/as homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais. O trabalho norteou-se pela Metodologia da Problematização de Berbel (1995), que apresenta um esquema representativo em cinco etapas de desenvolvimento: Observação da Realidade; Pontos- Chave; Teorização; Hipóteses de Solução e Aplicação à Realidade (prática). Como resultados da pesquisa pode-se afirmar que as atividades despertaram uma compreensão crítica dos assuntos, bem como, contribuíram para aquele contexto educativo pelas reflexões e respeito às diferenças.

PALAVRAS - CHAVE: Formação. Pedagogas e Pedagogos. Diversidade Sexual. Homofobia.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi realizada no ano de 2012, com discussões a respeito das questões ligadas ao tema Gênero e Diversidade Sexual na Escola. Que, a partir da análise da complexidade desses assuntos emergentes na sociedade e na realidade das escolas apresentaram-se reflexões em benefício do atendimento à Diversidade Sexual, por meio de um processo de intervenção pedagógica.

Nesse sentido, é preciso que pedagogos e pedagogas compreendam as diferenças nas manifestações de gêneros, nas representações da masculinidade e feminilidade dos alunos e alunas, sem preconceitos e sem discriminações contra a homossexualidade, bissexualidade, travestilidade e transexualidade na escola.

O objetivo principal foi propor uma discussão reflexiva a respeito das questões de Gênero e Diversidade Sexual no âmbito escolar, em específico com os pedagogos e pedagogas, ao desempenho social com progresso inclusivo, como o atendimento aos/as sujeitos/as homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais. Além disso, os objetivos específicos consistem em: explicar as relações de gênero que se estabelecem na construção de

identidade do sujeito e da sujeita; compreender a homossexualidade, a bissexualidade, a travestilidade e a transexualidade, como orientações sexuais construídas e não como algum estigma social; constatar a prática de sexismo e homofobia, na escola, como violação aos direitos humanos; demonstrar que o espaço escolar é um dos lugares de educação integral no que se refere ao combate ao preconceito, e à homofobia.

METODOLOGIA

Este estudo foi orientado pela Metodologia da Problematização, apresentada por Neusi Aparecida Navas Berbel, com base num Arco de Margueret, que expõe as etapas da Observação da Realidade, Pontos-Chave, Teorização, Hipóteses de Solução e Aplicação à Realidade (prática). Abaixo segue a ilustração gráfica da metodologia, a qual fragmentou-se em levar até as pedagogas das instituições pesquisadas uma prática de ação – reflexão – ação, ou seja, que elas entendessem e aprendessem os conteúdos a respeito de Gênero e Diversidade Sexual de maneira crítica e reflexiva partindo de sua própria realidade social.



RESULTADO E DISCUSSÃO

Nas principais correntes pedagógicas devem-se preconizar as propostas de uma educação sexual diferenciada que leve em consideração, a preocupação com o processo de construir conhecimentos, na valorização da convivência humanística e mútua. Com isso, tais correntes poderiam harmonizar as relações sociais por meio da modificação, como elemento fundamental para a construção de sociedades mais justas e solidárias com as diferenças.



Observação da Realidade: Partindo pelos princípios de orientação, Berbel (1998, p. 142), aponta a relevância de que a “observação permitirá aos [pesquisadores] identificar dificuldades, carências, discrepâncias, de varias ordens, que serão transformadas em problemas, ou seja, serão problematizadas [...]”. Desta forma, há obtenção de pontos negativos e positivos na abordagem das Questões de Gênero e Diversidade Sexual. E, nesses pontos, estabelecem a percepção da ação pedagógica em lidar com o assunto, através do entendimento e das considerações em pensar a respeito.

Para um melhor entendimento de como anda as conversas dos/as responsáveis em lidar com o assunto nas escolas, foi-se realizada uma pesquisa a campo. Por meio de entrevistas, com a amostragem das pedagogas entrevistadas utilizando-se questionários na composição de três questões: Como você entende as questões de Gênero e Diversidade Sexual? A escola trabalha com os assuntos de Gênero e Diversidade Sexual? Em caso positivo, como é realizado esse

trabalho? Como você vê o papel da escola na participação da discussão a respeito desses assuntos?

As questões foram elaboradas com base em estudos bibliográficos, para investigar o pensamento positivo e negativo da realidade pela prática educacional, em observância dos procedimentos tomados para lidar com o assunto na escola.

Nas respostas das pedagogas³, Gênero e Diversidade Sexual, relacionam-se como questões há serem desmistificadas por um aprofundamento e/ou capacitações sobre o assunto. Visto que, não aprenderam sobre o assunto durante suas formações. Pois, elas consideram esses assuntos, em pleno século XXI, ainda como um *tabu* no contexto escolar.

Além do mais, pela observação dos aspectos analisados, identificou-se a falta do real entendimento dessas questões na escola. Em nítida e leiga expressão de entendimento, expressam a respeito do assunto⁴.

Há todo momento, tratam-se da orientação sexual como algo que possa escolher ou optar-se, quando as pessoas do mesmo sexo se relacionam sexualmente e/ou afetivamente. Em tempo, constatou-se que em algumas das instituições têm ou já tiveram alunos/as homossexuais, inseridos na rede regular de ensino. Em uma das respostas, a ação de primeira

³ Para efeito de organização serão nominadas pelas letras do alfabeto: PA, PB...PK.

⁴ [...] Cada qual possui sua identidade biológica e sua opção de como vivenciar essa escolha (PA). Entendo como um assunto bastante complicado o qual divergem as opiniões há aqueles que aceitam as escolhas e outros não (PC). [...] isto não difere dos demais somente pela sua escolha sexual (PK).



instância foi oportunizar a escolha do nome social no ato da matrícula e que procuram abordar esses/as alunos/as com respeito.

Problema: Nessa fase desafia-se e inspira-se na superação da visão crítica de uma problemática, para uma postura conscientizadora. “O problema deve ser levantado da realidade próxima do indivíduo, por meio da observação, pela qual se ativa o potencial intelectual do [pesquisador]” (SIQUEIRA; BERBEL, 2006).

Por dentro da visão pedagógica conscientizada, o problema veio à tona, diante do que se constatou na realidade do pensamento das pedagogas entrevistadas. Em pensar, discutivelmente, de que a escola deve se aprofundar apenas em questões pedagógicas sistematizadas, na importância de melhoria à qualidade de ensino e aprendizagem. Que esses assuntos da pesquisa são de responsabilidade da família⁵.

Por estas conclusões, o preconceito pressupõe de que Gênero e Diversidade Sexual na Escola fazem parte de um assunto que, para muitos, não pode ser discutido no meio educacional. Mas, como a coordenação de uma escola não deve discutir algo que está visível para todos os membros da comunidade escolar de uma sociedade que vive em diversidade, e/ou especificamente com a diversidade sexual?

Considera-se, com base na análise realizada pelos questionários, que o entendimento sobre as questões de Gênero e Diversidade Sexual na Escola visa uma melhor capacitação para atuação da ação pedagógica em contemplar novos meios de lideranças aos desafios contemporâneos. Assim sendo, definiu-se o seguinte problema: Quais as possibilidades e os limites para melhorar o entendimento a respeito das questões de Gênero e Diversidade Sexual, das Coordenadoras Pedagógicas do Ensino Fundamental - Anos Finais, das escolas públicas do município de Santo Antonio da Platina?

Pontos-Chave: Diante da reflexão a respeito do problema encontrado, surgem os Pontos-Chave que irão indicar detalhadamente toda problemática, com a finalidade de propor as soluções possíveis. De acordo com Berbel (1998, p. 143), essa é a fase “da elaboração dos pontos essenciais que deverão ser estudados sobre o problema, para compreendê-lo mais profundamente e encontrar formas de interferir na realidade, solucioná-lo ou desencadear passos nessa direção”. Esses pontos de investigação é que têm como base a apresentação de

⁵ [...] Penso que escola deve se aprofundar em questões pedagógicas. Esses assuntos são de responsabilidade da família. O ser humano deve ser respeitado como ele é, na sua individualidade, mas as decorrências disso devem ser tratadas fora da dependência escolar. É muito complicado e a escola não consegue dar conta de tantas responsabilidades (PE). A escola não tem posição, mesmo não podendo deixar de vivenciar, pois faz parte do dia a dia (PC).



Pontos-Chave para “identificar os possíveis fatores condicionantes imediatos e os determinantes maiores associados ao problema” (LAWAND; DIAS, 2001, p. 47).

A partir das discussões acima, a respeito dos fatores próximos e determinantes maiores relacionados ao problema, selecionou-se três Pontos-Chave: Homofobia; Matrizes Curriculares dos Cursos de Pedagogia; e Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED/PR. Com a seleção desses Pontos-Chave para o processo de teorização, pode-se concluir a existência de pontos dimensionais para um desenvolvimento significativo no trabalho da fase seguinte.

Teorização: Durante esse período do trabalho, busca-se a fundamentação teórica de alguns conectores sobre as questões de Gênero e Diversidade Sexual na Escola, ou seja, é o momento da investigação concreta proposta ao seguimento desta metodologia, pelas buscas de informações a respeito do problema, dentro de cada Ponto-Chave já definido. Desta forma, Berbel (1998, p. 143) afirma que “esta é a etapa do estudo, da investigação propriamente dita. Os [pesquisadores] se organizam tecnicamente para buscar as informações que necessitam sobre o problema, onde quer que elas se encontrem”.

O que é Homofobia?

“Entre as inúmeras funções de nossas crianças e adolescentes está ensinar o respeito pelas diferenças”.

Ana Beatriz Barboza Silva

A homofobia é o termo usado para referir-se ao desprezo e ao ódio às pessoas com orientação sexual diferentemente da heteronormatividade, ou seja, refere-se ao medo e/ou aversão irreprimível por um comportamento hostil contra as pessoas que sentem desejos afetivos e sexuais para com as pessoas do mesmo sexo. Isso no caso da Diversidade Sexual dirigido aos sujeitos gays, lésbicas, travestis e transexuais (BORRILLO, 2009, p. 15-18).

A manifestação da homofobia se resulta na ação de preconceitos e atos discriminatórios, conseqüentemente pela classificação abominável dirigida aos desejos ou relações sexuais e afetivas das pessoas com outras pessoas do mesmo sexo.

Qualquer que seja a forma ou atitude de expressar repúdio a homossexualidade, caracteriza-se como homofobia. Porém, compreende-se que o ato homofóbico refere-se a tudo o que vem por intermédio da menção estereotipada e violenta pela intolerância à diversificada



orientação sexual das pessoas, perante a classificação generalizada de uma anormalidade social.

Paulo Freire (2009, p.121), de forma cooperativa com as diferenças nas escolas coloca que “a falta de humildade, expressa na arrogância e na falsa superioridade de uma pessoa sobre a outra, de uma raça sobre a outra, de um gênero sobre o outro, de uma classe sobre a outra, é uma transgressão da vocação humana do ser mais”. Nisso, injeta a opressão de algumas pessoas que fazem parte de uma constituição que zela pela democratização da sociedade cada vez mais oprimida, sem o diálogo, sem entendimento a respeito das diversidades, enfim, sem críticas construtivas.

Por esta razão, na falta de entendimento e esclarecimentos do saber para aprender o respeito, nas intuições escolares cresce cada vez mais a intolerância de crianças, adolescentes, jovens e adultos por meio da violência de gênero e do *bullying* homofóbico. Pois, assim segue as pessoas ao adquirir uma cultura social desprovida das informações necessárias para entendimento igualitário, sem distinção da natureza da orientação sexual.

A Violência de Gênero e o *Bullying* Homofóbico no ambiente escolar

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou, ainda, por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender; e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”
Nelson Mandela

A violência de gênero se manifesta pela discriminação do gênero sexual, na qual evidencia-se no comportamento e na atitude social as formas de classificar homens e mulheres como indivíduos a exercer atividades específicas na sociedade de acordo com o sexo masculino e feminino. Esse tipo de violência refere-se a manifestação do preconceito e da desigualdade no papel social de homens e mulheres, para até mesmo distinguir a espécie biológica de macho e fêmea em suas funções no cotidiano.

Apesar de todas as mudanças sociais que vêm ocorrendo, a violência de gênero continua existindo como uma explícita manifestação da discriminação de gênero. Ela acomete milhares de crianças, jovens e mulheres prioritariamente no ambiente doméstico, mas também no espaço público, como a escola. A despeito de todos os avanços e conquistas das mulheres na direção da equidade de gênero, persiste entre nós essa forma perversa de manifestação do poder masculino por meio da expressão da violência física, sexual ou psicológica, que agride, amedronta e submete não só as mulheres, mas também os homens que não se comportam segundo os rígidos padrões da masculinidade dominante [...] (BRASIL, 2009, p. 74).



Conforme a citação acima, esse tipo de violência segue na escola com “discriminação a determinados grupos considerados frágeis ou passíveis de serem dominados (mulheres, homens que não manifestam uma masculinidade violenta etc.) é exercida por meio de apelidos, exclusão, perseguição, agressão física” (BRASIL, 2009, p. 76).

Possivelmente, na escola a fragilidade é a principal fonte inspiradora pelas atitudes violentas praticadas por um grupo de alunos indisciplináveis, que se exercem com o intuito da força expressa, socialmente pelo poder da masculinidade. Ao contrário da feminilidade que os grupos de alunas se recuam por medo da agressividade masculina, fixada nas atitudes separativas da naturalidade masculina para estigmatizar a pouca resistência do ponto de vista físico, emocional e psicológico como fragilíssimo feminino.

Soma-se a isso, por meio do preconceito com a diversidade humana, a manifestação do *bullying* homofóbico no ambiente escolar. A palavra *bullying* é um termo que vem do inglês e significa o mesmo que ameaçar, intimidar e dominar. E, o *bullying* homofóbico é um termo composto utilizado, recentemente, para descrever a violência do comportamento repetitivo sob agressão física, psicológica e sexual especificadamente contra homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais nas escolas e no contexto familiar.

Quando há a agressão física, destaca-se como uma violência de ação grave e temida por se tratar de um ato desumano, em que a vítima pode sofrer desde arranhões com ferimentos leves até as conseqüências gravíssimas de espancamentos que se resultam em óbito.

A violência de agredir psicologicamente as pessoas homossexuais propõe levar a vítima ao isolamento do meio social, rejeição dos demais alunos, desistência dos estudos, depressão e suicídio. Isso é comum, ocorrer com frequência, na vida das pessoas transgêneros, que em sua maioria são destinadas à vulnerabilidade e marginalização para a prostituição (BORRILLO, 2009, p. 44-48)

O Deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ) ressaltou no 9º Seminário Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), que “os efeitos do tratamento hostil nas crianças e nos adolescentes vão da timidez a deficiências da fala, chegando a psicoses”. [...] “a violência contra os homossexuais, que inclui casos diários de assassinatos, tem origem na infância”⁶.

⁶ Disponível em: www.uol.com.br/noticias. Acesso em: 15 Mai. 2012.



No *bullying* homofóbico de agressão sexual se identifica pela ação de violentar e abusar sexualmente a vítima. As práticas seguem de assédio e chutes aos órgãos genitais das vítimas, ameaças verbais em promover a ação sexual, simulação provocativa e intencionada ao ato sexual, tentativas e consumação de sexo oral ao ponto de estuprar (MOTT; CERQUEIRA, 2003, s/p).

Para tanto, “faz parte igualmente do pensar certo, a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia” (FREIRE, 2009, p. 36). Quando identificar atos correlacionados ao *bullying* homofóbico, recomenda-se a humildade de que professores e professoras tenham total atenção para a tomada das medidas necessárias, em combater a violência no âmbito escolar.

Matrizes Curriculares dos cursos de Pedagogia

“Quando não sabemos aonde queremos chegar, qualquer caminho serve.”
Lewis Carrol

Na importância de possibilitar uma visão ampla e global de atuação profissional do/a pedagogo/a na escola, torna-se necessário a implementação da Proposta Curricular dos cursos de Pedagogia, na inclusão das disciplinas que discutem as questões de Gênero e Diversidade Sexual na Escola.

Em busca de saber as possibilidades e os limites de atendimento a respeito das identidades de gêneros e orientações sexuais na escola, analisaram-se as Matrizes Curriculares dos cursos de Pedagogia de algumas instituições de Ensino Superior, na região norte do Paraná. Das quais foram: Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP Campus de Jacarezinho e Campus de Cornélio Procópio, Universidade Estadual de Maringá – UEM, Universidade Estadual de Londrina – UEL e Faculdade do Norte Pioneiro – FANORPI. Notou-se que, nem todas as instituições ofertam as disciplinas a respeito desse assunto.

Para exemplificar a presença constante do problema apresentado neste trabalho, uma das Universidades Estaduais destacou erroneamente um objetivo específico de aptidão na

matriz curricular. Ao estabelecer que o/a pedagogo/a possa “demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de



gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais” (JACAREZINHO, 2012, s/p).

A forma de exemplificar a orientação sexual na identidade de gênero por esta instituição, que em pleno século XXI ainda não incluiu uma disciplina específica para tratar discutir essas questões, soa de forma preconceituosa em descrevê-la como “escolhas sexuais”.

Mas como mudar a construção de pensamento errôneo sobre a diversidade sexual da sociedade, quando ela está sendo preparada para ensinar e lidar com pessoas, generalizando a identidade de gênero?

Em contra partida, uma instituição particular que há alguns anos vem trabalhando com a diversidade proposta na Matriz Curricular do curso de Pedagogia. Trata do assunto com duas disciplinas na perspectiva de educar e socializar Gênero e Diversidade Sexual ao desenvolver práticas reflexivas sobre a construção de propostas pedagógicas com as políticas educacionais (SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, 2012, s/p).

Outro objetivo proposto por esta instituição, nas disciplinas de “Educação, Exclusão e diversidade: políticas e Práticas” e de “Projeto Educativos de Inclusão e Atendimento à Diversidade”, está na organização curricular pela dimensão do trabalho político pedagógico em

compreender sua função de identificar conceitos de poder, de conhecimento e de identidade, sem meios exclusivos (SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, 2012, s/p).

Desta forma, constata-se que a complexidade de lidar com esses assuntos na escola, a capacitação por meio das disciplinas específicas de Gênero e Diversidade Sexual no curso de Pedagogia é que promoverá um atendimento específico de inclusão das pessoas homossexuais, bissexuais e transgêneros no contexto regular de ensino.

Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Estado Da Educação do Paraná – SEED/PR

“Mudar é difícil, mas é preciso.”
Paulo Freire

Estabelecida a partir do ano de 2010, por organização do Departamento de Diversidade da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, as Diretrizes de Gênero e Diversidade tem por objetivo a fundamentação de um documento, que visa meios específicos para dar subsídios ao discutir as questões de Gênero e Diversidade Sexual na Rede Pública Estadual de Educação Básica do Paraná. Que, no entanto é um conjunto idealizado de normas



e regras que “poderá significar procedimentos didático-pedagógicos que deverão ser seguidos”. Para orientação de professores/as, “estas diretrizes se apresentam como reflexões que problematizam os saberes normatizados e naturalizados, sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual” (PARANÁ, 2010, p. 16-17).

Hipóteses de Solução: Nesta etapa, denominada Hipóteses de Solução, “é o momento de elaborar todas as ações possíveis que, entende-se, aplicadas à realidade da qual se existiu o problema, contribuição para sua solução ou encaminhamento” (ALBERTINO; CRIVARI, 2001, p. 120). Berbel (1998) destaca que “nesta metodologia, as hipóteses são construídas após o estudo, como fruto da compreensão profunda que se obteve sobre o problema, investigando-o de todos os ângulos possíveis”.

Nesses ângulos, estão possíveis: Integrar esses assuntos nas Semanas Pedagógicas; Capacitação das pedagogas; Realização de um mini-curso com as pedagogas; Implementação da proposta curricular; Buscar amparo na Lei nº 60/2009; Repensar o Projeto Político Pedagógico; Oportunizar o Nome Social; Fomentar as condutas normativas atribuídas pelas portarias, pareceres, diretrizes curriculares, resoluções e leis que contemplam a inserção e a permanência nas escolas de alunos e alunas homossexuais, bissexuais e transexuais; Conscientizar a comunidade escolar por meio de reuniões e debate sob análises de conteúdos e ações políticas em prol da diversidade Sexual; Realizar análises dos vídeos do *Kit* Anti-Homofobia criado pelo Ministério da Educação; Mini-Curso disponibilizado filmes: exemplo “Orações para Bobby” (*Prayers for Bobby*); Aderência pelas disciplinas específicas no Ensino Superior regional e constituição de grupos de estudos a respeito e; Disponibilizar materiais em redes sociais por meio de *blog* e/ou páginas vinculadas ao acesso público na *internet*.

Aplicação à Realidade: Nesse momento, para a finalização do estudo colocam-se em prática as possíveis soluções para a transformação da realidade das Escolas Estaduais do Ensino Fundamental – Anos Finais, do município de Santo Antônio da Platina – PR. Portanto, nesse momento a “prática que corresponde a esta etapa implica num compromisso dos [pesquisadores] com o seu meio. Do meio observam-se os problemas e para o meio levarão uma resposta dos seus estudos, visando transformá-lo em algum grau” (CARVALHO; BALBINOT; GIANNOTTI, 2001, p. 20).

Mediante a isso, aplicou-se na realidade dessas escolas públicas: A apresentação deste trabalho para as pedagogas; Entrega de um DVD contendo este trabalho, textos e artigos a



respeito do assunto e os vídeos do *kit* anti-homofobia promovido pelo Ministério da Educação, entre eles o filme Orações para Bobby (*Prayers for Bobby*) que se destaca como uma referência ao entendimento sobre a importância de discutir a Orientação Sexual; Realização de um mini-curso para as pedagogas; Criação de uma página⁷ na rede social *Facebook* e de um *Blog*⁸ e; Envio uma carta para as instituições de Ensino Superior questionando a respeito das possibilidades e limites de incluir as disciplinas específicas com a temática de Gênero e Diversidade Sexual.

CONCLUSÃO

Este estudo contribuiu para o esclarecimento a respeito das questões aqui discutidas, tanto no meio acadêmico quanto nos âmbitos escolares, dos quais, possibilitaram entendimento e discussões reflexivas por aquisição de conhecimentos pelas pedagogas. Porém, é interessante o aprofundamento desta pesquisa, bem como alcançar maior abrangência. Posto que, os limites se deram na complexidade do tema, do qual, deve ser discutido urgentemente dentro e fora da escola.

REFERÊNCIAS

ALBERTINO, Fátima Maria de Freitas; CRIVARI, Maria Madalena Ferrari. Como adequar o ensino do diagnóstico de enfermagem aos alunos de graduação em enfermagem para a práxis. In: BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **Conhecer e Intervir: o desafio da Metodologia da Problematização**. Londrina: Eduel, 2001, p. 107-143.

BARROS, Ana Cláudia. **MEC prepara kit anti-homofobia e provoca reação**. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/imprime/0,,OI4851100-EI6594,00.html>. Acesso em: 03 Out. 2012.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos?** Londrina/PR. 1998. Disponível em <http://w.w.w.scielo.br/pdf/icse/v2n2/08>. Acesso em 25 Abr. 2012.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: BRASIL. **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Org.). Brasília: LetrasLivres : UnB, 2009. p. 15-46.

⁷ Disponível em: <http://www.facebook.com/OQueVoceSabeARespeitoDeSeusuaColega>

⁸ Este *blog* está disponível em: generoediversidadesexualnaescola.blogspot.com



BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.** Brasília: MEC, 1997.

_____. **Gênero e Diversidade na Escola.** Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-raciais. Rio de Janeiro; CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CARVALHO, Marcelo de; BALBINOT, Maura Cristiane; GIANNOTTI, Sandra Moraes. A importância da formação continuada para professores do ensino fundamental de 3º e 4º ciclos: Para um melhor entendimento dos PCNs. In: BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **Conhecer e Intervir: o desafio da Metodologia da Problemáticação.** Londrina: Eduel, 2001, p. 19-42.

CORNÉLIO PROCÓPIO. **Matriz Curricular.** Ementas e Objetivos das Disciplinas do Curso de Graduação em Pedagogia. UENP, 2010. Disponível em: <http://www.ccp.uenp.edu.br/>. Acesso em: 02 out. 2012.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Homossexualidade e educação sexual: construindo o respeito à diversidade.** In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Org.). Londrina: UEL, 2007.

_____. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio.** 3 ed. Londrina : Eduel, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 39 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

LAWAND, Dionéia; DIAS, Fátima Regina Gouvêa. **Uma visão problematizadora no Ensino Médio e a dimensão político-pedagógica.** In: BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **Conhecer e Intervir: o desafio da Metodologia da Problemáticação.** Londrina: Eduel, 2001, p. 43-72.

MOTT, Luiz; CERQUEIRA, Marcelo. **Matei Porque Odeio Gay.** GGB: 2003. Disponível em: <http://www.asylumlaw.org/docs/sexualminorities/Brazil-MATEI%20PORQUE%2036A05C.pdf>. Acesso em: 28 Set. 2012.

MOTT, Luiz. **O jovem homossexual: noções básicas para professores, jovens gays, lésbicas, transgêneros e seus familiares.** In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Org.). **Educação sexual: em busca de mudanças.** Londrina: UEL, 2009a. p. 17-34.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.** Curitiba: SEED/DEDI/NGDS, 2010. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>. Acesso em: 03 Mar. 2012.

SANTO ANTÔNIO DA PLATINA. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Monte Real.** 2012. Disponível em: http://www.snpmontereal.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/17/2430/718/arquivos/File/PPP/PP_2012_Primeirosemestre.pdf. Acesso em 21 Mai. 2012.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Edith de Souza Prado de Oliveira.** 2012. Disponível em:



<http://www.snpedithprado.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/17/2430/68/arquivos/File/PPP2012.pdf>. Acesso em: 21 Mai. 2012.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Dona Moralina Eleutério**. 2010. Disponível em: <http://www.snpmoralina.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/17/2430/41/arquivos/File/PPP2010.pdf>. Acesso em: 19 Mai. 2012.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Dr. Ubaldino do Amaral** 2010. Disponível em: <http://www.snpubaldino.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/17/2430/50/arquivos/File/ppp2010oficialcorrigidiencerrado.pdf>. Acesso em: 20 Mai. 2012.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Heloísa Infante Martins Ribeiro** 2010. Disponível em: <http://www.snpheloisaribeiro.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/17/2430/149/arquivos/File/PPPheloisa2010.pdf>. Acesso em: 24 Mai. 2012.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Maria Dalila Pinto**. 2012. Disponível em: <http://www.snpmariadalila.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/17/2430/505/arquivos/File/PPP2012.pdf> Acesso em: 21 Mai. 2012.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Rio Branco**. 2012. Disponível em: http://www.snriobranco.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/17/2430/17/arquivos/File/PPP_e_PPC_2012_2012.pdf. Acesso em: 19 Mai. 2012.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Tiradentes**. 2012. Disponível em: <http://www.snptiradentes.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/17/2430/84/arquivos/File/ColegioEstadualTiradentes.pdf>. Acesso em: 21 Mai. 2012.

_____. **Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Santa Terezinha** 2012. Disponível em: <http://www.snpsterezinha.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/17/2430/76/arquivos/File/PPP2012EEST.pdf>. Acesso em: 21 Mai. 2012.

SIQUEIRA, Rosana; BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **A Teoria e a Prática da Metodologia da Problematização em outras Realidades, a partir dos Trabalhos produzidos na UEL**: Uma Investigação Através do Site de Pesquisa Google Londrina/Pr. 2006. Disponível em: http://www2.uel.br/pessoal/berbel/metodologia_da_problematiza%E7%E3o. Acesso em: 25 Out. 2012.



TEIXEIRA, Gustavo. **Manual Antibullying**: para alunos , pais e professores. Rio de Janeiro, 2011.

PERSPECTIVA DE GÊNERO E PRÁTICA DE ENSINO: A SALA DE AULA EM DESTAQUE

Reginaldo Aparecido Coutinho (PG-UEL)

Pauline Bitzer Rodrigues (PG-UEL)

RESUMO : Acreditando não ser possível fazer separação entre teoria e prática na construção do conhecimento histórico, seja em ambiente acadêmico ou escolar, construímos o presente artigo com reflexões a partir de nossa experiência de estágio obrigatório, no ano de 2011, enquanto discentes de licenciatura. Nas aulas sobre Segunda Guerra Mundial ministradas em um terceiro ano de ensino médio, buscamos trabalhar, no geral, aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, e, mais especificamente, as questões de gênero e seus desdobramentos (propagandas, movimentos sociais, símbolos e reapropriações, etc.). Dessa forma tivemos o objetivo de, a partir do conteúdo, trazer reflexões pertinentes à experiência dos próprios estudantes de modo a tornar a História e seu estudo algo significativo e importante à sua realidade. Os caminhos e estratégias que construímos e percorremos, e os resultados que obtivemos em resposta são o mote deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Propaganda. Prática de Ensino. Segunda Guerra Mundial. Estados Unidos da América.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto da experiência docente que tivemos no estágio curricular obrigatório realizado no ano de 2011 no Colégio Estadual Professor José Aloísio Aragão, ou “Colégio de Aplicação da Universidade Estadual de Londrina” (UEL). Nas aulas, que foram ministradas ao terceiro ano “E” do Ensino Médio, a proposta adotada foi, ao ministrar as aulas sobre o conteúdo programático da Segunda Guerra Mundial, trazer os conceitos estruturais de: propagandas de guerra; mobilização da indústria e sociedade no esforço de guerra; comparação entre o papel social da mulher antes, durante, e depois da guerra e na contemporaneidade. Ou seja, ao discutirmos a Segunda Guerra Mundial pretendíamos mostrar, em um âmbito sócio-político-cultural as mudanças das formas de combate, o envolvimento da indústria formal e midiática no esforço de guerra e como esta guerra em especial trouxe modificações sociais de ordem globalizante principalmente na perspectiva do



gênero, no trato às mulheres: as novas oportunidades e [parciais] liberdades oferecidas, ao mesmo tempo em que se reafirmava o ideal doméstico de esposa, mãe e dona de casa.

METODOLOGIA

Como estratégia prática para a ministração do conteúdo e dos conceitos estruturais citados, as fontes utilizadas para o ensino do tema proposto estão abaixo dispostas em ordem a que foram apresentadas aos alunos:

“**Guerra Total**”, produzido pelos alunos do 4º Ano de História/UENP, 2011.

“**Education for Death**”, Clyde Geronimi, 1943, Walt Disney. (Educação para a morte)

“**Triumph des Willens**”, Leni Riefenstahl, 1935, Leni Riefenstahl-Produktion. (Triunfo da vontade)

“**POANHA – MATb 3OBET!**”

<http://facaoamolado.blogspot.com/2009/11/cartazes-da-propagando-do-governo-russo.html>

“**Campo de Concentração Estadunidense**”

http://www.google.com.br/imgres?q=jap+internment+camp&hl=pt-BR&gbv=2&tbn=isch&tbnid=T7RutQcz6uLN0M:&imgrefurl=http://www.usatoday.com/travel/news/2007-12-17-internment-camps-preservation_N.htm&docid=nA7C1141MiUziM&w=472&h=337&ei=n5x2TvmGLpGXtwfN_Lm-DA&zoom=1&iact=hc&vpx=882&vpy=407&dur=406&hovh=136&hovw=191&tx=94&ty=102&page=3&tbnh=109&tbnw=158&start=42&ndsp=24&ved=1t:429,r:4,s:42&biw=1280&bih=705

“**Japs Keep Moving**” <http://ilawled.com/images/10661-Japs-Keep-Moving/fitted.jpg?1309797484>

“**Campo de concentração Alemão 1**”

<http://fcit.coedu.usf.edu/holocaust/gifs/74607.gif>

“**Campo de concentração Alemão 2**” <http://2.bp.blogspot.com/-tjGExF7en1A/TcgjJe6SFI/AAAAAAAAABU/3jpB7Fg0bH4/s1600/dachau1.jpg>

“**Alemães capturados em Stalingrado**” http://www.dw-world.de/popups/popup_lupe/0,,594984,00.html

“**We Can Do It!**”, J. Howard Miller – Poster do Westinghouse War Production Co-Ordinating Committee, 1942.

“**We Can Do It!**”. Reichen - John Ganun and the OAM, 2010.

Para a construção dessa estratégia e sua aplicação, levamos em consideração a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) sobre o estudo de História na



formação dos estudantes: valorizar tanto o professor quanto os alunos em suas próprias inserções históricas enquanto sujeitos críticos e ativos no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, na produção do conhecimento histórico escolar. Segundo o historiador Renilson R. Ribeiro há uma reelaboração do saber acadêmico em âmbito escolar devendo-se usar o mesmo “método” da academia que é baseado no diálogo e na troca, no questionamento (problematizações) e na interpretação de representações, sem, no entanto, exigir a mesma cientificidade dos alunos, pois estes não são profissionais da História, mas sim sujeitos agentes da História. (RIBEIRO, 2004)

Dessa forma, para melhor trabalhar o conteúdo, partimos da coleta de dados através da aplicação de um questionário de conhecimento prévio de cunho sociocultural, o qual trouxe questões sobre suas individualidades, suas relações com o mundo exterior à sala de aula e questões específicas acerca do que é o ensino de História.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio deste verificamos que o “Terceiro E” era composto por trinta e dois alunos, sendo dezessete do sexo masculino e quinze do sexo feminino – a identificação foi facultativa e somente cinco alunos não se identificaram. A média de idade dos estudantes variou entre dezesseis anos e vinte e três anos, e, do total de estudantes, somente duas alunas são casadas.

O grau de escolaridade dos pais não demonstrou influência total sobre a vida educacional dos filhos: muitos ultrapassaram o nível de instrução educacional dos pais, que em sua maioria não completaram o ensino fundamental; apesar disso, quando comparada a outras salas, vemos que o número de pais com ensino superior é alto, embora não necessariamente uma meta a ser atingida ou uma influência direta.

É perceptível, ainda, que o grau de escolaridade das mulheres e/ou a dedicação aos estudos, de forma geral, é maior que o dos rapazes, seja por suas mães ou das próprias alunas que responderam o questionário. Podemos observar através da comparação numérica de leitores entre os alunos, na tabela abaixo, é que o sexo feminino predomina, visto que três alunas não têm livros preferidos/não leem ou não responderam, contra sete alunos do sexo masculino. É interessante destacar ainda a variedade de livros nas respostas sendo rara a repetição de títulos; o único livro repetido, aparecendo em dois questionários, foi o livro “A Cabana”, de William P. Young, o qual classificamos como romance, embora apresente



aspectos religiosos e de auto-ajuda. Elencamos a categoria Livros Históricos devido às respostas de dois alunos que responderam que seus livros favoritos são “O Príncipe”, de Nicolau Maquiavel, e “Espumas Flutuantes” de Castro Alves, dois clássicos da literatura mundial que, no entanto, não se pautam só a questões literárias, mas também a contextos históricos e sociais das épocas de suas concepções.

Livros	Meninos	Meninas
Literatura	06	11
Auto-ajuda	02	01
Religiosos	0	01
Históricos	02	0
Nenhum/Não respondeu	07	03

Ainda neste questionário foram abordadas as questões de etnias e religiosidades que, por não se fazerem o foco deste artigo, não trataremos aqui. A diversidade sexual e a identidade de gênero na sala de aula são apresentadas pelo gráfico abaixo:



A nossa concepção de diversidade sexual é a apresentada pela Professora Dr^a Mary Neide Damico Figueiró do departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina que diz que a identidade sexual:

Diz respeito ao processo de identificar-se psicologicamente como homem ou mulher, o que poderia ser designado, de forma simples, de sexo psicológico, e que se dá, comumente, antes de se completar o segundo ano de vida.

Já a identidade de gênero é, ainda segundo a autora:

O sexo social, refere-se ao processo pessoal de estruturação e direcionamento de comportamentos e de condutas sociais (forma de falar, de se vestir, de andar etc) para um esquema masculino ou para um esquema feminino, ambos construídos social e culturalmente.

Estas duas identidades, juntamente com a orientação sexual, constituem-se de maneira articulada e integram a identidade pessoal.



Resumidamente falando, a diversidade sexual abrange pessoas: heterossexuais, homossexuais, bissexuais e também, transgêneros, ou seja, travestis e transexuais.

Na sala de aula a diversidade sexual é nítida e traz outras questões. Consideramos que o aluno do sexo masculino que se autodenominou indefinido como bissexual, pois a indefinição denota desejo por ambos os sexos, já os nove alunos que não responderam acreditamos que o silêncio também fala. Vivemos numa sociedade de maioria machista na qual a tolerância ao que é diferente está aumentando, no entanto, não está aumentando a aceitação e o respeito pelo diferente. Logo, pensamos que ao não responder, estes alunos estão se privando de qualquer tipo de agressão que pensam poder ter caso responda diferente da maioria heterossexual.

É perceptível também que este medo de ser diferente é recorrente nos meninos, tendo em vista que a diversidade sexual entre as pessoas de identidade de sexo masculina é mais reprimida que para com as de identidade de sexo feminino, já que entre elas uma se declarou abertamente homossexual e nenhum dos garotos o fez, preferiram omitir suas respostas. Acreditamos que se a aceitação de diferentes identidades sexuais fosse maior entre o público masculino, os meninos que omitiram suas respostas teriam se declarado pertencentes a alguma outra orientação sexual diferente da heterossexual. Se fossem heterossexuais não teriam problemas em dizê-lo.

É importante que deixemos aqui a nossa visão com relação ao termo orientação sexual. Pensamos que como a identidade de sexo (masculino ou feminino) é uma das várias condições humanas que se concebem fisicamente sem a autonomia de escolha, a identidade sexual (heterossexual, homossexual, bissexual e também transgêneros) também não é uma opção, tampouco uma orientação, que denota uma ideia de que a sexualidade é construída através de fatores externos, mas uma condição humana tal qual a identidade de sexo.

Perante este perfil da turma do terceiro E decidimos abordar, como mencionado anteriormente, as transformações nas questões de gênero e embates sociais no período de guerra e os desdobramentos nos pós-guerra.

Conteúdos que foram ministrados:

Para dar conta do conteúdo programado para a nossa regência, acreditamos que foi de suma importância a apresentação de conceitos chaves, tais como Guerra Total, ideologia e propaganda ideológica. Partimos, para falar sobre Guerra Total, das ideias do historiador Eric

Hobsbawm para que pudéssemos evidenciar que estes tipos de conflitos mobilizam e envolvem toda a sociedade e não somente a esfera militar. Posteriormente passamos a falar sobre as questões de ideologias presentes na Guerra, que afetam a sociedade civil nas esferas econômica, cultural, social, e de gênero.

Ao abordar o papel feminino na guerra, enfatizamos as mudanças com relação aos discursos sobre a mulher de antes, durante e no pós-guerra. Para isso, nos baseamos nas discussões de Susan Hartmann, que irá mostrar como de certa maneira esses novos discursos não alteraram as regras tradicionais de gênero. (HARTMANN, 1978) Para isso, levamos como documentos algumas propagandas de guerra que chamavam as mulheres para o trabalho e que, no entanto, mostravam-nas ainda femininas e condicionadas a um trabalho temporário, visto que este trabalho seria somente enquanto os homens estivessem na guerra. Ou seja, enquanto nos anos iniciais as propagandas governamentais incentivavam seu trabalho, nos últimos anos elas começaram a inverter esse discurso e as mulheres passaram a ser aconselhadas a reassumirem seu papel de esposa, mãe e dona de casa quando a paz fosse conquistada.



Imagem 1: “We Can Do It!”, J. Howard Miller, em cartaz do Westinghouse War Production Co-Ordinating Committee, 1942.

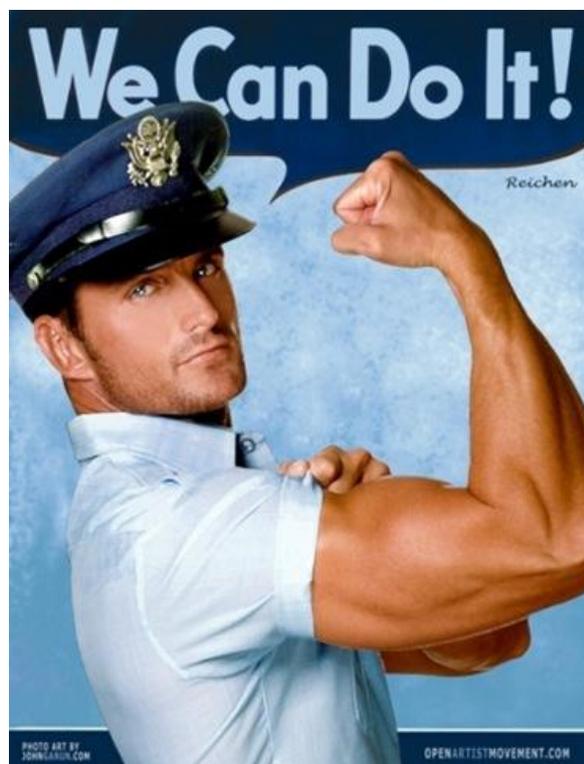


Imagem 2: “We Can Do It!”, Reichen - John Ganun and the OAM, 2010.

A partir do conteúdo e

A partir do conteúdo e das fontes, colocamos em sala de aula a discussão de que, apesar desse discurso propagandístico do final da guerra sobre a volta das mulheres ao “seu lugar social”, a experiência proporcionada pelas novas oportunidades não foi esquecida ou tomada como necessidade momentânea por grande parte das mulheres. Ao contrário, ela deu ânimo e armas para a luta ativista pela igualdade, pela liberdade pessoal e pelos seus direitos que teria seu estopim na década de 1960 com o movimento feminista.

Nessa luta, o famoso pôster “*We Can Do It!*” (Imagem 1), de Howard Miller, foi reapropriado e ressignificado. Posteriormente, em 2010, este mesmo pôster foi, também, apoderado por outro movimento social ainda discutindo gênero: o movimento LGBTTTT- Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Neste último uso a discussão estabelecida era para que as Forças Armadas estadunidenses abrissem espaço para a incorporação de homossexuais no seu contingente. A luta por direitos igualitários pode ser observado na Imagem 2 que traz, não a imagem de uma mulher, mas sim de um homem com a mesma postura e apelo que a Imagem 1 do período de guerra. Ambas as imagens foram utilizadas em sala de aula para demonstrar a capacidade dos movimentos sociais, no caso, de gênero, em fazer da mídia um instrumento de resistência.

CONCLUSÕES

Pelo questionário prévio pudemos perceber a multiplicidade identitária dentro da sala de aula, assim como a multiplicidade identitária de cada indivíduo. É importante também evidenciarmos que assim como o mundo demonstra mudanças nas questões de experiências individuais, seja com o bombardeamento de mídias de todos os gêneros, estas mudanças também devem adentrar as salas de aula, assim como deixar mais claro o papel das construções, rupturas e continuidades que rodeiam o papel da história, pois muitos dos alunos demonstraram, a priori, não atentar para este ponto.

Durante as aulas eram jogadas questões a sala de aula e a partir das respostas era medido o conhecimento do aluno, duas questões que foram bem marcantes foram as que relacionavam-se com os campos de concentração do período da Segunda Guerra Mundial, e outra que se falava sobre as personagens da segunda guerra mundial. Estas duas questões

foram respondidas por senso comum e com nítido teor de julgamento de valores já que se observava um olhar maniqueísta sobre os fatos que em algum momento se ouvira falar, por parte dos alunos. O nosso papel foi desconstruir este olhar contaminado por um olhar mais crítico acerca dos fatos e seus desdobramentos, assim como inferir a discussão dos gêneros dentro da sala de aula e observar o grande interesse em entender as aberturas propostas pela sociedade contemporânea ao debate sobre gêneros.

É interessante destacar, também, que a abordagem das questões de gênero fez com que os alunos apreendessem e entendessem o próprio papel social que desempenham de forma crítica, além de passarem a observar as reapropriações de lutas e ressignificações de símbolos por parte de muitos movimentos sociais, não só o feminista e o do LGBTTTT, como também de outros.

Referências

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 11ª edição, 2006. 102p.

HARTMANN, Susan M. Prescriptions for Penelope: Literature on women's obligations to returning World War II veterans. In: *Women's Studies*, Great Britain: Gordon and Breach Science Publishers, 1978, vol.5, pp. 223-239.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Diversidade Sexual: O que é?. In: *Homossexualidade e Educação sexual: construindo o respeito à diversidade*. Org.: Mary Neide Damico Figueiró. Londrina: UEL, 2007. 129p.

RIBEIRO, Renilson R. O saber (histórico) em Parâmetros: O ensino de História e as reformas curriculares das últimas décadas do século XX. *Mneme* (Caicó. Online), Caicós/RN, v. 05, n.10, p. 01-51, 2004.

EIXO TEMÁTICO: GÊNERO, SEXUALIDADE E MÍDIA

DISCURSO QUE ACOLHE; FÉ QUE SE MANTÉM: ANÁLISE DOS SENTIDOS NA FALA DO PAPA FRANCISCO SOBRE O CASAMENTO HOMOSSEXUAL

Heitor Messias Reimão de Melo (UENP)
heitorletras@gmail.com

RESUMO: Casar sempre foi o verbo mais adorado pelos apaixonados, esse sonho vem se consolidando com o passar dos anos e vem se tornando realidade para muitos, independente da idade, raça, crença e sexo. Antes o que era retraído pela própria sociedade com discursos de opressão, hoje ganha apoio de grande parte da mesma, contando com discursos também da justiça e de alguns religiosos, o que ainda não é regra. Este trabalho terá como objetivo



analisar duas entrevistas do Papa Francisco: o primeiro se refere a uma entrevista dada ao Padre Antonio Spadaro, na casa Santa Marta, e a segunda seria uma entrevista dada ao Ferruccio de Bortoli, ao jornal Corriere Della Sera. Pretende-se perceber quais sentidos estão presentes nas duas materialidades selecionadas levando em conta a presença das instituições religiosa, política e dos próprios valores sociais. Este artigo terá como os principais teóricos na fundamentação analítica Orlandi (2001, 2002 e 2010) e Lagazzi (1988), a partir da teoria de Pêcheux (1997).

PALAVRAS-CHAVE: Casamento homossexual; Análise do Discurso; Ideologia; Papa Francisco.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que casar é o desejo de muitos casais heterossexuais, prática que a sociedade trata como certo, como o ideal a ser alcançado por homens e mulheres, e que não deixaria de ser também o desejo de muitos casais do mesmo sexo, interpelados também pela mesma ideologia romântica do casamento. O fato é que, mesmo os sujeitos sendo afetados pelos discursos correntes sobre a união amorosa, o enlace matrimonial entre pessoas do mesmo sexo não é visto como “normal”, “natural”, “correto”.

Com este artigo espera-se mostrar como os aparelhos ideológicos de estado estão presentes em duas entrevistas como o atual chefe da Igreja Católica, o Santo Padre, o Papa Francisco. A primeira se refere a uma entrevista⁹ dada ao Padre Antonio Spadaro, na casa Santa Marta, e a segunda é uma entrevista dada ao Ferruccio de Bortoli¹⁰, ao jornal Corriere Della Sera. Em ambas as situações, o discurso aborda o casamento homossexual. Sendo assim, a análise terá os princípios da Análise do Discurso (AD) francesa em forma de Sequências Discursivas (SD).

Atravessando o Atlântico: Análise do Discurso pecheutiana em terras brasileiras

⁹ Primeira entrevista: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco_20130921_intervista-spadaro.html

¹⁰ Segunda entrevista: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/528880-o-meu-primeiro-ano-como-papa-entrevista-com-o-papa-francisco>



A Análise do Discurso (AD) pecheutiana, pautada no tripé: Marxismo, Psicanálise e a Linguística, nega o esquema de comunicação linear e transparente, e apresenta o discurso, considerando para a sua constituição a posição do sujeito, interpelado pela história (memória), pela ideologia, e influenciado pela língua. Essa teoria é classificada como não transparente, a AD sempre pensa no tripé para compor sua teoria, não fazendo ver o que está certo ou errado, apenas analisar como está funcionando.

Com a linguística ficamos sabendo que a **língua não é transparente, ela tem sua ordem marcada por uma materialidade que lhe é própria**. Com o marxismo ficamos sabendo que a **história tem sua materialidade**: o homem faz história, mas ela não lhe é transparente. Com a psicanálise é **o sujeito que se coloca como tendo sua opacidade: ele não é transparente nem para si mesmo**. Formas de materialidade – de não transparência – que vão constituir o cerne do conhecimento de casa um desses campos do saber. A análise do discurso **pressupõe a psicanálise, a linguística e o marxismo**. E na medida em que se constitui da relação de três regiões científicas: **a da teoria da ideologia, a da teoria da sintaxe e da enunciação**. (ORLANDI, 2010, p.13 – grifos nossos)

Os sentidos de sujeito se materializam não só no fala, mas também no texto, “Pensar no texto em seu funcionamento é pensá-lo em relação às suas condições de produção sua exterioridade” (ORLANDI, 2010, p.16) e pensar nas condições de produção é pensar no sentido escrito e as circunstâncias dos enunciados, também leva-se em conta contexto social, posição do sujeito no discurso e sua antecipação, que significa antecipar quem é a pessoa e, conseqüentemente, antecipar o seu discurso, inclusive porque já existe um discurso pré-estabelecido/formado.

O fato de que há um **já-dito que sustenta a possibilidade** mesma de todo dizer, é **fundamental para se compreender o funcionamento do discurso**, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. (ORLANDI, 2001, p.32- grifos nossos).

Partindo desse pressuposto, o sujeito se torna vulnerável a opiniões e segue condições determinadas mesmo que inconscientemente, calando, então, seu desejo (LAGAZZI, 1988), o sujeito "censurado" pela ideologia perde sua autonomia, por isso Pêcheux nega que o sujeito é considerado a fonte de seu dizer.

Na AD, o sujeito não é dono do seu saber, nem do seu dizer, mas sim é constantemente influenciado pelo sócio-histórico, pelos valores sociais, pela memória



discursiva, “isso resulta no que chamamos compreensão em análise de discurso que é o movimento pelo qual apreendemos o processo de produção dos sentidos e dos sujeitos” (ORLANDI, 2001, p 28). A partir disso, o analista se questiona sempre sobre o sentido, os porquês relacionados a sua determinação histórica.

METODOLOGIA: Sobre esta pedra edificarei sua opinião: Cardeal (ou cordial?) Papa Francisco

Ao se pensar em casamento homossexual, encontra-se um discurso que foge dos padrões sociais e que envolve principalmente a Igreja, mesmo que as entidades família, jurídica e social estejam inteiramente ligadas a esse assunto. A partir do *Corpus*, tenciona-se analisar duas entrevistas do Papa Francisco sobre assuntos diversos, onde encontra-se, em alguns trechos, falas sobre o casamento homossexual, esses trechos servirão de materialidade para a análise em formas de Sequências Discursivas (SD)., Pretende-se encontrar sentidos de influências ideológicas sobre o discurso ao casamento homossexual, explorando as das memórias e histórias já transpassadas pelo mundo, “A análise de discurso leva em conta em consideração da materialidade do texto e a construção de dispositivos da interpretação”(ORLANDI, 2001 p.25)

Se de um lado encontra-se sentidos de influencias religiosas, sociais e legislativas que são contra a esse assunto, as mesmas vem mudando o discurso para mais compassiva, e acolhedora.

(SD1)Bortoli: Muitos países regulam as uniões civis. É um caminho que a Igreja pode compreender? Mas até que ponto?

Papa Francisco: **O matrimônio é entre um homem e uma mulher.** Os Estados laicos querem justificar as uniões civis para regular **diversas situações de convivência**, impulsionados pela exigência **de regular aspectos econômicos entre as pessoas, como por exemplo assegurar a assistência de saúde.** Trata-se de pactos de convivência de várias naturezas, dos quais eu não saberia elencar as diversas formas. **É preciso ver os diversos casos e avaliá-los na sua variedade.** (grifos nossos)¹¹

¹¹ Segunda entrevista.



Na SD1, pode-se perceber a padronização de família já rotulada pela sociedade, um homem e uma mulher são as formas básicas de amor, “única forma de um casamento” dar certo.. Bergoglio é contra e nega a presença os dizeres permissivos da legislação legislativa – com relação a legislação brasileiros – já que a constituição traz no capítulo 1, art. 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo direito à vida, **à liberdade, à igualdade**, à segurança e à propriedade”¹², e independente de ser com o mesmo ou com o sexo oposto, qualquer cidadão tem direito ao casamento e a constituir uma família. Papa Francisco fala claramente sobre as condições de convivência, pois, assegura-se que casais homossexuais não entram na questão familiar, dessa forma, excluindo-os de terem os direitos de educação, saúde, econômicos os direitos de saúde, economia, que o Estado presta serviço como uma esfera familiar, apenas como um cidadão, isoladamente. O mesmo Papa que deixa claro que o único sentido de casamente é entre sexos opostos, mostra uma preocupação com a má avaliação dessas condições do casamento em suas variedades. Dessa forma, a fala do Papa se torna de

grande importância (para aqueles que os seguem), fazendo o falar dos casais que desejam a união civil se calar:

As relações de poder do cotidiano, o juridismo, têm seu respaldo no sendo comum. É consenso geral que nós cumpramos com os nossos deveres e reivindicamos os nossos direitos. E também consenso geral que, se o desejo se insurgir contra a ordem, interferindo nos direitos e deveres estabelecidos, deva se calar. (LAGAZZI, 1988, p 35)

(SD2) **A religião tem o direito de exprimir a própria opinião para serviço das pessoas**, mas Deus, na criação, tornou-nos **livres**: a ingerência espiritual na vida pessoal não é possível¹³. (*grifos nossos*)

Na SD2, Bergoglio fala de como a religião “exprime” sua opinião a serviço das pessoas, se a religião tem o direito de manifestar seus dogmas, já que na verdade a opinião dela é uma imposição àquele que a segue e que, perante a bíblia, Deus nos fez livre (livre arbítrio)¹⁴, assim nos “libertando”. As pessoas tem o direito de agir conforme lhes convém e lhes agrada. E por que, então, existe tanta opressão do desejo, Causando, assim, conflitos entre os ativistas homossexuais e os defensores dos princípios cristãos. Mas, o Papa Francisco sempre nos fala sobre influência religiosa, “Considera, a

¹² Constituição Brasileira de 1988

¹³ Primeira entrevista

¹⁴ Eclesiástico 15: 14, Gálatas 5:1



ideologia não é ocultação, mas a função da relação necessária entre linguagem e mundo.” (ORLANDI, 2001, p 47). Dessa, é preciso que o Papa fale, mesmo que sobre influencia para que em relação do mundo se tome um posicionamento, trave-se uma guerra, pois o sujeito sempre estará sobre influência ideológica (religiosa ou não) em formação sua formação discursivo, mesmo que esteja negando-a.

(SD3) “Não podemos insistir somente sobre questões ligadas ao aborto, ao **casamento homossexual** e uso dos métodos contraceptivos”. Isto não é possível. Eu não falei muito destas coisas e **censuraram-me** por isso. Mas quando se fala disto, é necessário falar num contexto. De resto, **o parecer da Igreja é conhecido e eu sou filho da Igreja, mas não é necessário falar disso continuamente**¹⁵ (*grifos nossos*).

Na SD3 não podemos desconsiderar o fato do Papa Francisco estar em uma entrevista, o que o torna claramente um antecipador, em que nota-se a pressão da mídia sobre assuntos polêmicos, como o casamento homossexual. Ele responde por não ter abordado esses assuntos polêmicos durante a Jornada Mundial da Juventude, que ocorreu no Rio de Janeiro em julho de 2013, o não abordar o assunto mostra a clara dominação da entidade religiosa em seu discurso, o Papa utiliza do silêncio, ao não falar sobre um assunto. Nesse momento, o silêncio prevalece como quem “cala consente”, questionam-se os porquês de não entrar em tão aprofundado assunto, seria por motivos de que é um assunto maçante e já passado, ou lhe incomoda não poder expressar sua própria opinião: “O silêncio não é mero complemento da linguagem. Ele tem significância própria” (ORLANDI, 2002, p 23), e já que o silêncio nasce da própria língua, calando-se o Papa diz muito: “é, sim, a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva”. (ORLANDI, 2001, p 24), sendo assim “censurado” por aqueles que se interessam pelo assunto.

(SD4) Eu, então, respondi-lhe com uma outra pergunta: “Diz-me: Deus, quando olha para uma pessoa homossexual, aprova a sua existência com afecto ou rejeita-a, condenando-a?” **É necessário sempre considerar a pessoa**¹⁶. (*grifos nossos*)

Na SD4 Francisco se mostra como um Papa acolhedor, pacificador, e que tem a posição de agregá-los à sociedade – mas quem disse que não são? – mesmo sendo homossexual, já que são irmãos, sendo necessário considerá-los, espelhando-se em Deus que

¹⁵ Idem

¹⁶ Primeira entrevista.



disse “amar ao outro como a ti mesmo”, desde que esse “mesmo” não tenha atração por pessoas do mesmo sexo, aqui o sujeito está diante daquilo que esta sendo tratado (casamento homossexual) e a história (Afinal, esse Papa veio para quebrar paradigmas – é o que se esperam) “a forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso” (ORLANDI, 2001, p 51), sendo o Papa chefe da maior Igreja do mundo, e a mesma vem perdendo seus fieis, o discurso do Papa tem a função de resgatar as ovelhas desgarradas, ao ver da Igreja.

(SD5) Em Buenos Aires recebia **cartas** de pessoas **homossexuais**, que são “**feridos sociais**”, **porque me dizem que sentem como a Igreja sempre os condenou. Mas a Igreja não quer fazer isto.**¹⁷ (*grifos nossos*)

Na SD5, como Papa ele se relata na entrevista, na época como Cardeal em Buenos Aires recebia cartas de homossexuais que se sentiam socialmente feridos, e nem por isso mudou seu discurso ou se retratou, isso quando ainda era Cardeal e finalizando diz que a Igreja não quer fazer isso – os condenar –, mas foi ele mesmo que disse três anos antes (Na mesma carta que ele cita na entrevista) que era uma guerra **contra Deus**, ou seja, ele próprio portador do

discurso religioso os ofende e depois se redime, bateu em uma face e beijou a outra, de nada adiantou, pois ainda se posiciona contra e totalmente interpelado pela ideologia religiosa.

Nesse ponto da análise, percebe-se que “o sujeito encontra, na linguagem, os recursos para lidar com o poder, para redistribuir a tensão que embate entre direitos e deveres, responsabilidades, cobranças e justificativas” (LAGAZZI, 1988, p 97), sabe-se que os discursos foram em momentos distintos, onde o mesmo Papa que defende a família sendo apenas formada por um homem e por uma mulher, se pronuncia de uma forma que mais compassiva, pensando na moral, no sofrimento e na forma que o afetado se sente, visando que ele tem o direito de se pronunciar, mas também tem o dever de manter a fé que segue e fazer com que os seus fieis se sintam amados por Deus e continuem a procurá-lo.

Considerações finais

¹⁷ Primeira entrevista.



Perante as SD's, encontraram-se as entidades religiosas, legislativa e social, de forma com que se fundamente sua opinião/verdade/fala.

Nessa análise, o papel do analista foi mostrar o sentido do discurso, não apontar o que é certo ou errado, cabe quem lê/escuta criar ou seguir sua própria opinião, “conseqüentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos”. (ORLANDI, 2001, p 17)

Para finalizar, parafraseando Barthers (apud Lagazzi, 1988, p 34) afirma que é preciso desconfiar de tudo que pareça evidente, daquilo que se aponta como o senso comum, pois tendo esses princípios de um analista teremos uma visão crítica, social, visando a filosofia de mundo, a história, a memória, os valores sociais e na política desconstruindo o sentido que aparentemente o sujeito falante nos passa.

Referências Bibliográficas

- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Fontes, 3ª edição, 2001 a.
- LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.
- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Edunicamp, 2002.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Introdução às Ciências da Linguagem*. - Discurso e Textualidade / Suzy Lagazzi-Rodrigues e Eni P. Orlandi (orgs) – Pontes, 2010 – 2ª Edição: Campinas, SP
- BRASIL, Ministério da Educação. *Constituição República Federativa do Brasil*. Brasília-DF, 1988.
- Disponível em:
<http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco_20130921_intervista-spadaro.html> Acesso dia 19 de maio de 2014
- Disponível em:
<<http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/renuncia-do-papa/leia-a-carta-do-papa-francisco-sobre-o-casamento-homossexual-na-argentina,91f7d6030566d310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>> Acesso dia 19 de maio 2014
- Disponível em:
<https://docs.google.com/document/d/1L4001o5S80BV7KClYXLeezT_i9qFlz0MulDOaCpRoag/edit> Acesso dia 10 de setembro de 2014
- BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB – Editora Canção Nova, São Paulo – SP. [20-]

Anexos:

(Trecho) Entrevista ao Papa Francisco

Pe. Antônio Spadaro

Casa Santa Marta, segunda-feira, 19 de Agosto de 2013, 9h50¹⁸

Reflecto naquilo que o Papa está a dizer e refiro o facto que existem cristãos que vivem em situações não regulares para a Igreja ou, de qualquer modo, em situações complexas, cristãos que, de um modo ou de outro, vivem feridas abertas. Penso nos divorciados recasados, casais homossexuais, outras situações difíceis. Como fazer uma pastoral missionária nestes casos? Em que insistir? O Papa faz sinal de ter compreendido o que pretendo dizer e responde. «Devemos anunciar o Evangelho em todos os caminhos, pregando a boa nova do Reino e curando, também com a nossa pregação, todo o tipo de doença e de ferida. Em Buenos Aires recebia cartas de pessoas homossexuais, que são “feridos sociais”, porque me dizem que sentem como a Igreja sempre os condenou. Mas a Igreja não quer fazer isto. Durante o voo de regresso do Rio de Janeiro disse que se uma pessoa homossexual é de boa vontade e está à procura de Deus, eu não sou ninguém para julgá-la. Dizendo isso, eu disse aquilo que diz o Catecismo. A religião

tem o direito de exprimir a própria opinião para serviço das pessoas, mas Deus, na criação, tornou-nos livres: a ingerência espiritual na vida pessoal não é possível. Uma vez uma pessoa, de modo provocatório, perguntou-me se aprovava a homossexualidade. Eu, então, respondi-lhe com uma outra pergunta: “Diz-me: Deus, quando olha para uma pessoa homossexual, aprova a sua existência com afecto ou rejeita-a, condenando-a?” **É necessário sempre considerar a pessoa.** Aqui entramos no mistério do homem. Na vida, Deus acompanha as pessoas e nós devemos acompanhá-las a partir da sua condição. É preciso acompanhar com misericórdia. Quando isto acontece, o Espírito Santo inspira o sacerdote a dizer a coisa mais apropriada».

«Esta é também a grandeza da confissão: o facto de avaliar caso a caso e de poder discernir qual é a melhor coisa a fazer por uma pessoa que procura Deus e a sua graça. O confessional não é uma sala de tortura, mas lugar de misericórdia, no qual o Senhor nos

¹⁸ http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco_20130921_intervista-spadaro.html



estimula a fazer o melhor que pudermos. Penso também na situação de uma mulher que carregou consigo um matrimônio fracassado, no qual chegou a abortar. Depois esta mulher voltou a casar e agora está serena, com cinco filhos. O aborto pesa-lhe muito e está sinceramente arrependida. Gostaria de avançar na vida cristã. O que faz o confessor?»

«Não podemos insistir somente sobre questões ligadas ao aborto, ao **casamento homossexual** e uso dos métodos contraceptivos». Isto não é possível. Eu não falei muito destas coisas e **censuraram-me** por isso. Mas quando se fala disto, é necessário falar num contexto. De resto, **o parecer da Igreja é conhecido e eu sou filho da Igreja, mas não é necessário falar disso continuamente**».

«Benedetto XVI non è una statua
Partecipa alla vita della Chiesa»

(TRECHO) Bergoglio e il primo anno da Papa: «Grande attenzione ai divorziati. Sulle unioni civili valutare i casi»

Bortoli: Muitos países regulam as uniões civis. É um caminho que a Igreja pode compreender? Mas até que ponto?

Papa Francisco: **O matrimônio é entre um homem e uma mulher.** Os Estados laicos querem justificar as uniões civis para regular **diversas situações de convivência**, impulsionados pela exigência **de regular aspectos econômicos entre as pessoas, como por exemplo assegurar a assistência de saúde.** Trata-se de pactos de convivência de várias naturezas, dos quais eu não saberia elencar as diversas formas. **É preciso ver os diversos casos e avaliá-los na sua variedade.**¹⁹

O BEIJO GAY NA TELEDRAMATURGIA: UMA EVOLUÇÃO NA MENTALIDADE DA SOCIEDADE BRASILEIRA?

Jéfferson Balbino (G-UENP)

jefferson.balbino@nomundodosfamosos.com.br

RESUMO: A presente pesquisa propõe uma análise acerca do comportamento da atual sociedade brasileira diante do beijo *gay* masculino ocorrido na novela “Amor à Vida”, da TV Globo. Para tal análise, será observada como a sociedade reagiu a esse fato peculiar na história da teledramaturgia brasileira, será discutido também o porquê de somente agora, em

¹⁹ <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/528880-o-meu-primeiro-ano-como-papa-entrevista-com-o-papa-francisco>



2014, a emissora exibir uma cena como essa já que a mesma havia vetado uma cena semelhante em 2005, na novela “América”. Iremos discutir e compreender como algo corriqueiro ainda propicia incômodo e o que essa cena contribuiu para a evolução da mentalidade da sociedade brasileira servindo de ponto de inflexão num Brasil, que ainda mantém fortes traços de extremo conservadorismo. Analisaremos ainda de forma remanescente como a sociedade via esse fato, e como esse tema impregnou na identidade da sociedade brasileira. O objetivo predominante dessa pesquisa é mostrar se o beijo gay da novela da TV Globo propiciou ou não uma evolução na mentalidade da sociedade de nosso país e como isso contribuiu culturalmente e, sobretudo, socialmente.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade. Beijo Gay. Teledramaturgia. TV Globo. Mentalidade.

INTRODUÇÃO

Ao observarmos a sociedade brasileira do período contemporâneo podemos observar um elemento cultural que permeia as diversas classes sociais, atingindo um grande público: as telenovelas. Tendo em vista a importância que essas produções assumem no cotidiano nacional, mobilizando grandes audiências em frente à televisão todos os dias para acompanhar as tramas que são desenvolvidas, essa pesquisa intenciona-se estabelecer uma relação que à sociedade brasileira e as suas representações homoafetivas nos enredos televisivos.

A teledramaturgia brasileira é, sem dúvida, um dos mais importantes produtos culturais do Brasil, seja por representar o momento social ou por se tornar palco de análise comportamental da sociedade. As novelas desempenham um papel crucial na definição das normas culturais e sociais da sociedade brasileira e isso é perceptível quando nos defrontamos com a história da teledramaturgia em nosso país, por exemplo, em 1975, a novela “Escalada”, produzida pela TV Globo, abriu caminho para a legalização do divórcio no Brasil, considerado até então o maior país católico do planeta.

E, é partindo dessa concepção que iremos buscar a resposta se o beijo gay ocorrido no último capítulo da novela “Amor à Vida” (2014) propiciou ou não uma evolução na mentalidade da sociedade brasileira, iremos transcorrer a maneira que o autor da trama, Walcyr Carrasco, abordou a história de amor dos personagens Félix (Mateus Solano) e Niko (Thiago Frago), a maneira que essa trama caiu no gosto do público a ponto de se estabelecer no Facebook e no Twitter, as maiores redes sociais, campanhas que contaram com a adesão de milhares de adeptos favoráveis a veiculação do beijo gay na novela pela TV Globo. É nítido que houve uma manifestação de uma considerável parte da sociedade brasileira que lutaram em prol dessa causa e, conseqüentemente, pressionaram e impulsionaram os dirigentes da TV Globo a liberarem a exibição da cena do beijo gay na novela.



Essa pesquisa também pretende mostrar como foi o impacto que a cena do beijo gay na novela propiciou em todos os setores da sociedade, a maneira que os líderes políticos conservadores se posicionaram contra tal veiculação da cena em rede nacional chegando a atacar judicialmente à emissora. Como no caso, onde o líder político evangélico, o Sargento Isidório, abriu um processo contra emissora alegando na petição que *“a família é a essência da sociedade, e deve ser preservada”*. Já o deputado, direitista e ex-oficial do Exército Jair Bolsonaro, que é conhecido por seu bloqueio à lei brasileira de combate a homofobia acusou o autor da novela de tentar “difundir” a homossexualidade.

Já o pastor e parlamentar Marcos Feliciano que atualmente vem sendo alvo de protestos por ativistas gays de todo o país devido sua maneira ríspida em tratar de assuntos relacionados à causa gay se mostrou indiferente à situação alegando: *“Eu teria algo a dizer caso fosse exibido numa programação infantil, pois com estes me preocupo, mas pelo horário exibido só adultos viram”*. Nessa conjuntura social que se posicionaram contra o beijo gay está também à renomada psicóloga cristã Marisa Lobo argumentou:

Enquanto a Globo achar que pode escarnecer do seu grande público, porque este aceita tudo, ela vai enfiar goela baixo todo lixo que quiser. Os ativistas gays da Globo sabem. Não se nasce gay. A cultura, a mídia podem influenciar. Ela escolheu militar na causa compulsoriamente.

Enfim, o beijo homoafetivo transmitido pela novela “Amor à Vida” não marcou apenas por ser o primeiro beijo homossexual da teledramaturgia da TV Globo (a terceira maior rede de televisão do mundo), mas sim pela discussão que propiciou em todas as esferas sociais. E, é justamente isso que essa pesquisa pretende mostrar a forma que essa espécie de representação social dialogou com toda a sociedade brasileira, a polêmica e a discussão gerada a partir de uma cena onde dois homens se beijam por cerca de 30 segundos no produto televisivo de maior audiência da TV brasileira e o que isso acarretou de fato na vida social do país, como esse fato ocasionou diversos debates sociológicos e a maneira que a sociedade absorveu, se modificou e, conseqüentemente, aceitou uma cena polêmica como essa numa novela que se inspira nos fatos reais de toda a sociedade.

Portanto, essa pesquisa pretende *mostrar* o diálogo estabelecido entre a telenovela com todas as esferas sociais, a revolução que a novela “Amor à Vida” causou por exibir essa polêmica cena, o frisson político que isso desencadeou onde alguns parlamentares reforçavam equivocadamente em seus discursos que “Amor à Vida” era uma novela repleta de misoginia. Porém, nessa pesquisa responderemos a indagação se o *beijo homossexual* na teledramaturgia



propiciou ou não uma evolução na mentalidade da sociedade brasileira através desse beijo com efeito polêmico e também pedagógico sobre a população sendo acima de tudo um marco histórico na vida social da Nação.

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar o comportamento da sociedade brasileira diante de um beijo gay masculino exibido na novela “Amor à Vida”, da TV Globo.

METODOLOGIA

A escolha pela telenovela “Amor à Vida” teve vários motivos: uma escolha pessoal, motivada pelo impacto na audiência e no cotidiano das pessoas, os temas abordados, enfim uma gama de fatores que despertou um interesse por este gênero de dramaticidade. Através dessa telenovela pretendemos conhecer, alguns meandros do gênero e sua importância no cenário da mídia no Brasil.

O enfoque principal será no delineamento dos elementos sociais significativos para os quais o autor de “Amor à Vida” remete quando explora a temática do homossexualismo

masculino. Essa abordagem requer uma visualização sobre todo o desenrolar do tema e como os significados sociais aparecem e são trabalhados pelo autor.

Essa visualização e exploração sociológica dos significados sociais serão feitas a partir da perspectiva de Karl Mannheim (1974) e Antônio Candido (2000). Os referidos autores apontam caminhos para elucidar os significados sociais que aparecem num produto cultural como esse, a novela “Amor à Vida”, pois a Sociologia da Cultura precisa perceber os significados que se fazem presentes nas relações sociais, sobretudo, nessa cultura olhada através do aspecto da produção cultural. Esses estudos de Mannheim ocasionam uma metodologia capaz de nos orientar para identificarmos tanto os elementos funcionais quanto os elementos estruturais do fenômeno social sob a ótica das manifestações e/ou configurações da cultura.

Como o próprio Mannheim observa:



(...) O conhecimento de um assunto que não possa ser abarcado num só ato requer toda uma série de atos escolhidos não ao acaso, mas de acordo com um esquema adequado à estrutura do fenômeno. Trata-se de escolher posições que possibilitam observações consecutivas de tal modo que elas se relacionem umas às outras e acabem por revelar a configuração do fenômeno (...) (Mannheim, 1974, p. 23).

Através dessa perspectiva de Mannheim procuramos construir a análise dos significados que estão presentes na temática do homossexualismo em “Amor à Vida” destacando os principais significados remetidos pelo autor e principalmente - conforme evidenciado - mediatizando-os com a realidade atual para compreender a relevância dada por Walcyr Carrasco para a questão do beijo gay.

Paralela, e em consonância com a proposta de Mannheim, temos a perspectiva de Antônio Candido, que observa a importância dos elementos sociais presentes numa estrutura artística, passíveis de compreensão sociológica e que essa compreensão também possa revelar a própria função da produção artística.

Para Candido (2000) é de extrema importância realizar uma distinção entre a crítica literária e a análise sociológica, pois a crítica literária tem um olhar atento aos elementos sociais em produções artísticas, isso sem desagregar os aspectos formais da obra de suas circunstâncias sociais. A crítica será orientada sociologicamente, portanto o interesse pelo social introduz como elemento indispensável da estrutura interna de uma obra.

O estudo terá como premissa a perspectiva de Karl Mannheim (1974) e Antônio Candido (2000) que apresentam a exímia compreensão de um produto da cultura e o artista no contexto social e ainda os significados sociais presentes na construção de um produto cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2005, foi ao ar pela TV Globo a novela “América” que trazia em seu enredo a história de amor do estudante Júnior (Bruno Gagliasso) com o peão Zeca (Erom Cordeiro). Glória Perez, a autora da novela, com base nas pesquisas internas da emissora e com as



manifestações de apoio dos telespectadores da novela entendeu que um beijo entre os personagens seria aceito e, sendo assim, escreveu a cena do beijo gay onde foi gravada três versões do beijo sendo que uma delas seria escolhida na ilha de edição para ser exibida no último capítulo da trama. A expectativa em torno da cena era grande, tanto os artistas quanto o público sabiam da gravação da cena, mas foram surpreendidos quando os créditos de encerramento subiram encerrando o último capítulo da novela. O ator Bruno Gagliasso chorou quando não viu a cena que havia gravado ir ao ar e a censura do beijo provocou revolta para a comunidade LGBT. A autora da novela fez a seguinte alegação para a Imprensa:

Eu e o Marcos [Schechtman, diretor da novela] tivemos duas reuniões com a cúpula e defendemos a cena até o final. Não sou maluca, divulguei que o beijo ia sair. Está na hora de ser mostrado. O beijo tinha aceitação. Não vou carregar isso. É injusto. (Folha, 2005).

Na ocasião, a autora ainda declarou sua frustração diante do veto do beijo pela alta cúpula da emissora, afirmando:

Claro que fiquei frustrada. O beijo seria um desfecho natural de uma história suave. É por isso que o público inteiro entendeu e queria o beijo. Eu tentei. Isso é que quero que os gays saibam. (Folha, 2005)

A princípio a emissora negou a censura da cena, onde o diretor da CGCom (Central Globo de Comunicação) declarou:

Não houve cena cortada. No capítulo que foi entregue, não tinha essa gravação. E, se tivesse [a cena], e a Globo julgasse que deveria cortar, cortaria, como corta tudo o que acha que não é pertinente. (Folha, 2005).

Posteriormente, diante de tamanha pressão e repercussão nacional e internacional do veto da cena, a TV Globo divulgou uma nota oficial esclarecendo toda a polêmica:



A TV Globo se orgulha por ter sido pioneira e por ser ainda a única emissora a se utilizar da sua teledramaturgia para sistematicamente tratar de questões relevantes da realidade da nossa sociedade. E, neste campo, não temos tabus, tratando de temas sem restrições, podendo citar, como exemplos, racismo, prostituição e até reforma agrária. O tema homossexualismo chega a ser recorrente, constou seguidamente das três últimas novelas das oito, tendo sempre com premissa a crítica à homofobia. Temos certeza de que fomos bem sucedidos em todos esses exemplos. No que se refere ao beijo entre dois personagens do mesmo sexo no capítulo final de "América", a direção da emissora, antes de qualquer gravação, recomendou à autora e à direção da novela para que a cena fosse escrita com a mesma sutileza e delicadeza com que o assunto foi tratado durante a novela. Foram apresentadas gravações, com diferentes formatos, que permitiam entender, com mais ou menos intensidade, que estaria ocorrendo um beijo. A direção da TV Globo, ainda sim, determinou uma mudança na versão escolhida, optando pela abordagem que julgou mais apropriada para exibição numa novela das oito. Com a certeza de que em nada prejudicou a mensagem geral que a autora passou sobre o tema. (Folha, 2005).

Na época, especialistas em teledramaturgia garantiram que a emissora censurou o beijo gay da novela "América" para não comprar briga com a sociedade conservadora que compunha mais da metade da audiência de suas novelas.

Em 2014, mais precisamente 9 anos depois, e depois ainda de várias novelas com casais homossexuais sem direito a beijo eis que surge "Amor à Vida", de autoria de Walcyr Carrasco produzida e exibida pela TV Globo entre 2013 e 2014, tinha como mote central de seu enredo uma disputa pelo poder numa mesma família, onde Félix Khoury (Mateus Solano), o vilão da história, queria herdar todos os bens da família em detrimento de sua irmã adotiva Paloma (Paola Oliveira) e, para alcançar seu objetivo, ele não media esforços, sendo capaz de sequestrar a filha recém-nascida da irmã e jogá-la numa caçamba de lixo. O vilão tinha todos os motivos do mundo para ser odiado, pelos telespectadores da novela, telespectadores esses que representam, e compõem uma grande parcela da sociedade brasileira, porém, o personagem caiu nas graças do público, por um detalhe: ele era gay.

Félix era casado, pai de família, empresário, mantinha relacionamentos extraconjugais com homens, não era um gay assumido, embora todos soubessem da sua sexualidade velada, devido o fato do personagem apresentar trejeitos característicos...



Ao longo da narrativa o personagem foi se humanizando com as constantes transformações impostas pelas circunstâncias da vida e vai conquistando cada vez mais o público, e ao ganhar a confiança do público o autor da novela põe um amor verdadeiro na vida do anti-herói, o Niko, o casal gay Félix e Niko, supera diversos obstáculos, alguns preconceituosos e assim protagonizam no último capítulo da narrativa o primeiro beijo gay na teledramaturgia da TV Globo. E com isso não apenas surpreende público e crítica, mas supera uma das maiores barreiras do preconceito: a conservadora sociedade brasileira.

Carrasco conseguiu romper tabus na TV brasileira ao mostrar numa novela um personagem gay com direitos iguais dos personagens heterossexuais. Em vários capítulos ao longo da novela o personagem aparecia levando algum affair para cama numa insinuação de carícias e atos sexuais... Antes do beijo gay de “Amor à Vida” ser exibido, o ator Mateus Solano declarou em entrevista ao site de entretenimento “No Mundo dos Famosos” que não torcia para acontecer o beijo gay de seu personagem até porque seu personagem já tinha ido além, levando uma mensagem muito mais profunda na quebra do preconceito. O ator fez a seguinte explicação:

Não Jéfferson... Eu não torço pelo beijo gay não! Até porque o Félix já ultrapassou isso, já fez coisas muito mais importantes e mais chocantes – digamos assim, do que um beijo gay, por exemplo. E a questão do beijo gay é muito mais empresarial, da empresa, não só a Globo, mas qualquer empresa achar que for interessante daí mais gente vai ligar ou desligar a TV, aí vai determinar se o beijo gay vai ser ou não interessante. Mas as questões da sociedade nunca podem ser ultrapassadas por uma vontade empresarial. Então por isso o Walcyr esta sendo muito corajoso em por essas questões de forma muito bacana, muito crua, muito nua, mas ao mesmo tempo muito chic demais. (NO MUNDO DOS FAMOSOS, 2013).

Embora houvesse segmentos da sociedade que repudiaram a cena do beijo gay da novela “Amor à Vida”, a maior parte da sociedade torceram e vibraram com o feito, como o ator Thiago Fragoso que alegou:

Estou extasiado por saber que as pessoas estão tendo essa reação. Tudo o que a gente busca como artista, pelo menos para mim, é conseguir se comunicar com as pessoas no nível mais profundo, provocar esse momento da catarse. Ainda estou meio anestesiado. (O GLOBO, 2014).



Já o ator Mateus Solano declarou, após a veiculação do beijo:

Fiz história? Não sei se fiz história. É tudo tão efêmero. É uma cena que, se Deus quiser, vai reverberar na sociedade e em outros trabalhos. É um pequeno passo na dramaturgia, mas um grande passo na sociedade. (O GLOBO, 2014).

O autor Walcyr Carrasco acredita que a novela “Amor à Vida” foi um marco no sentido de romper com o preconceito presente na sociedade ocasionando uma “*demonstração da convivência de diferentes*”. Após a exibição da cena do beijo, a TV Globo emitiu o seguinte comunicado esclarecendo para a sociedade a exibição da cena:

Toda cena de novela é consequência da história, responde a uma necessidade dramática e reflete o momento da sociedade. O beijo entre Felix e Niko selou uma relação que foi construída com muito carinho pelos dois personagens. Foi, portanto, o desdobramento dramático natural dessa trama. A pertinência desse desfecho foi construída com muita sensibilidade pelo autor, diretor e atores e assim foi percebida pelo público. É importante lembrar que o relacionamento homossexual sempre esteve presente nas nossas novelas e séries de maneira constante, responsável e natural. A cena esteve de acordo com essa premissa e com a relevância para a história. (O GLOBO, 2014).

A novela foi se aproximando cada vez mais da realidade socioeconômica da maioria dos brasileiros, o que acarretou numa inigualável identificação por parte da sociedade o que fez do gênero uma espécie de instituição cultural repassada de geração para geração. As novelas traçam um retrato da sociedade brasileira ao longo dos tempos, a teledramaturgia brasileira é de uma importância transcendental para o auto reconhecimento da Nação brasileira.

CONCLUSÃO



Essa pesquisa acerca do beijo gay na novela “Amor à Vida” e o seu reflexo na sociedade brasileira mostrou, através de uma observação etnográfica multidisciplinar, abrangendo os mais variados segmentos como a psicologia, a antropologia, a comunicação, a sociologia e a história, a cultura da família. Por isso como diz Jesus Martín-Barbero (2006, p. 102): “*A telenovela é mesmo uma narrativa popular, com as marcas de reconhecimento, mais do que de identificação*”. As novelas é um produto sujeito a inúmeras leituras, pois acarreta ressignificações a todo o momento, nenhum cidadão assiste da mesma maneira, pelo contrário, cada indivíduo ‘recorta’ as partes da novela que mais lhe interessam e isso é possível principalmente pelo fato da sociedade brasileira ser completamente desigual.

A novela que sucedeu “Amor à Vida” no horário das 21 horas na Globo, foi “Em Família”, de autoria de Manoel Carlos, e trazia em seu enredo um romance lésbico que se desencadeou em casamento com direito a um beijo mais expressivo do que o do Félix e Niko de “Amor à Vida”. Para isso ter ocorrido após outros tantos outros beijos lésbicos vetados em outras novelas produzidas pela TV Globo indicam uma grande evolução na mentalidade da sociedade brasileira, pois se não houve a emissora não teria exibido, porém, na atual novela das nove, “Império” a emissora vetou um beijo gay que já iria ser exibido nos capítulos iniciais da trama, seria um retrocesso na mentalidade social ou, como disse o Mateus Solano, apenas ‘uma questão empresarial’? O tempo e os próximos capítulos irão dizer...

O beijo gay na teledramaturgia brasileira é um avanço social e cultural nesse rico universo televisivo, pois é inegável que esse tipo de cena ocasiona em toda sociedade brasileira uma transformação social, propiciando aos brasileiros, mais democracia, uma vez que trata diferentes realidades ao público e, assim, ajuda no combate da homofobia, afinal, parafraseando o novelista Walcyr Carrasco: “*O beijo gay diz que o mundo é para todos*”.

REFERÊNCIAS

BARBERO, Jesús Martin. **Sociedade Midiatizada**. São Paulo: Mauad, 2006.

BENJAMIN, Walter. **A Obra de Arte na Época de suas Técnicas de Reprodução**. São Paulo, Abril Cultural: 1980.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 1997.



CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. 8ª ed. São Paulo, T.A. Queiroz; Publifolha: 2000.

DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**. São Paulo, Edusc: 2004.

FOCALT Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

FOLHA ON LINE. **‘América’ bate recorde e veta beijo gay**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u54943.shtml>>. Acesso em 19/09/2014.

_____. **Gagliasso chora após corte de beijo gay**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u54954.shtml>>. Acesso em 19/09/2014.

_____. **Leia nota da Globo sobre o beijo gay**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u54995.shtml>>. Acesso em 19/09/2014.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor & Erotismo nas Sociedades Modernas**. São Paulo, Editora UNESP: 1993.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro, DP&A: 2003.

HAMBURGER, Esther. **O Brasil antenado: a sociedade da novela**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 2005.

LOPES, Maria Immacolata Vassalos de. **Vivendo com a Telenovela: Mediações de Recepções de Teleficcionalidade**. São Paulo, Summus: 2002.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da Cultura**. São Paulo, Perspectiva/EDUSP: 1974.

MARCUSE, Herbert. **Cultura e Sociedade, vol. 1**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MEMÓRIA GLOBO. **Guia Ilustrado da TV Globo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 2010.

O GLOBO. **Um Grande Marco na Sociedade**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/um-grande-passo-na-sociedade-diz-mateus-solano-sobre-beijo-gay-de-amor-vida-11471659>>. Acesso em: 19/09/2014.

NO MUNDO DOS FAMOSOS. **Entrevista Especial com: Mateus Solano**. Disponível em <http://ee.famosos.zip.net/arch2013-11-03_2013-11-09.html>. Acesso em 19/09/2014.



PFROMM NETTI, Samuel. **Comunicação de Massa**. São Paulo, Enio Guazzelli: 1972.

SOUZA, José Carlos Aronchi. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo, Summus: 2004.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e Plurais: Identidade, Casamento e Família em Circunstâncias Pós-Modernas**. Rio de Janeiro, Rocco: 1994.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 1971.

XAVIER, Nilson. **Almanaque da telenovela brasileira**. São Paulo, Panda Books, 1ª ed., 2007.

EIXO TEMÁTICO: SEXUALIDADE E DIREITOS SEXUAIS E ANTIDISCRIMINATÓRIOS

FILHOS/AS DE CASAS DO MESMO SEXO: ALGUNS SENTIDOS ATRIBUÍDOS À NOÇÃO DE FAMÍLIA

Gilclécia Oliveira Lourenço (PG-UNICAP)
gilcleciaoliveira@yahoo.com.br

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas (UNICAP)
crisamaz@gmail.com

Ricardo Delgado Marques (PG-UNICAP)
ricardomarques_psi@yahoo.com.br

RESUMO: Neste trabalho, investigou-se como crianças e adolescentes que vivem em famílias cujo casal parental é constituído por pessoas do mesmo sexo atribuem sentido a suas famílias. Participaram da pesquisa três crianças e um adolescente com idades entre 7 e 14 anos. Para a coleta de dados, foi utilizado um “álbum de fotografias” como estímulo para a narrativa de histórias por parte das crianças e do adolescente. Os dados coletados foram submetidos à Análise Discursiva em uma perspectiva foucaultiana. Os resultados mostram que, embora a orientação sexual ainda seja um empecilho para o reconhecimento social da paternidade ou maternidade, para os/as participantes, a delimitação de família tem como base a afetividade. Os laços sanguíneos não representam o único nem o mais importante determinante na delimitação de família. Dessa maneira, considera-se que apesar de o discurso dos/das participantes ser atravessado pela heteronormatividade, seus desejos, crenças e fantasias são reflexos de suas experiências pessoais e espelham as contingências de suas vidas.



PALAVRAS-CHAVE: Família. Filhos de casais do mesmo sexo. Parentalidade. Heteronormatividade.

INTRODUÇÃO

As temáticas que tomam a família como foco ou como pano de fundo têm sido alvo de inúmeros estudos e discussões. No entanto, a legitimação e a legalização dos vínculos afetivos que as pessoas têm constituído ao longo do tempo, vêm encontrando inúmeros empecilhos e dificuldades quanto ao reconhecimento pela sociedade.

Até 1969, a constituição brasileira reconhecia como legítimas, apenas as famílias constituídas legalmente pelo casamento. Só em 1988, as uniões estáveis e a monoparentalidade foram reconhecidas como entidades familiares. Isso representou um grande avanço, pois, além de reconhecer aquelas em que existe apenas um dos genitores, desvinculou o conceito de família do casamento, como modelo único e legítimo (Menezes, 2009).

Apesar disso, o que se pode observar socialmente é uma ideia resistente e predominante do modelo de família nuclear e tradicional, constituído por um casal heterossexual e seus/suas filhos/as. O ideal ainda considera necessário que haja um par e que sejam de sexos diferentes (heteronormatividade), para que a família funcione bem, fato que pode ser observado nos mais diversos âmbitos da organização social.

No campo jurídico, pode-se identificar o ideário familiar influenciando diretamente as decisões sobre guarda e pedidos de adoção (Santos, 2012). No âmbito escolar, é perceptível a legitimação da ideia de família nuclear nos procedimentos acadêmicos, datas comemorativas, no material didático usado nas escolas (Amazonas, Lima, Siqueira & Arruda, 2008), e na visão dos/das professores/as de ensino fundamental que têm o conceito de família constituído por um casal de sexos opostos e seus/suas filhos/as (Amazonas, Vieira & Leite, artigo submetido para publicação aguardando parecer, cedido pelos/as autores/as).

É nesse contexto que as famílias constituídas pela união de duas pessoas do mesmo sexo aparecem à margem da sociedade (Uziel et al, 2006). González e López (2009) afirmam que ainda hoje esse tipo de família é o menos conhecido e aceito, devido, em parte, à invisibilidade em que se refugiam temendo o rechaço social.



A proposta deste estudo foi abrir espaço para as vozes de crianças e adolescentes, atribuindo-lhes papéis de protagonistas. Sendo assim, busca-se pôr em evidência as experiências de crianças e adolescente que vivem em famílias cujo casal parental é constituído pela união de dois homens ou de duas mulheres.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa e numa análise descritiva, que objetivou investigar os sentidos atribuídos à família por três crianças e um adolescente, filhos de casais constituídos por pessoas do mesmo sexo.

Ferramenta de produção dos dados

Para a construção dos dados utilizou-se um “álbum de fotografias” confeccionado pela própria pesquisadora. Esta técnica, inspirada em um trabalho desenvolvido por Melo (2008), objetiva incentivar a narrativa de histórias a partir de estímulos visuais e propicia ao/a participante falar sobre seus sentimentos, desejos e sua própria história.

Trata-se de um álbum construído a partir da seleção de 14 imagens, conseguidas através da internet. As imagens utilizadas retratavam diversas pessoas, em diferentes situações do cotidiano, que podiam ou não ser interpretadas como famílias.

Os personagens

Participaram do estudo três crianças e um adolescente, de ambos os sexos, com idades entre 7 e 14 anos (amostra intencional), todos/as residentes no estado de Pernambuco, sendo três na região metropolitana do Recife e um no interior do estado. Todos/as os/as participantes são filhos/as da união de duas mulheres e conhecem seus pais biológicos.

Três dos/das quatro participantes residem com a genitora, mas de alguma maneira foram adotados/as afetivamente pelas companheiras de suas mães. Apenas um foi adotado por ambas as companheiras. Para preservar a identidade dos/das participantes, todos os nomes utilizados são fictícios.



Procedimento de produção dos dados

O uso do álbum de fotografias teve um tempo de aplicação aproximado de uma hora. O álbum foi oferecido aos participantes e para cada imagem foi solicitado que contassem uma história. As histórias contadas e os diálogos entre os/as participantes e a pesquisadora foram gravados digitalmente e, posteriormente, transcritos. Também foram registrados os gestos relevantes como, por exemplo, expressões faciais, gesticulações, sorrisos, entre outros.

Procedimento de análise dos dados

Os dados obtidos foram submetidos a uma análise discursiva a partir da perspectiva foucaultiana. O discurso foi aqui entendido não apenas como uma expressão de ideias, através de uma linguagem verbal ou não verbal, mas como as condições que possibilitaram a construção e atribuição de sentido às coisas e a nós mesmos (Veiga-Neto, 2007).

Ao falar sobre o discurso, Foucault (1997), afirma que nele existem apenas enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva e relações que ele próprio põe em funcionamento. Analisá-lo é dar conta dessas relações que são históricas e de práticas muito concretas que estão vivas nos discursos. Deste modo, as histórias criadas a partir do álbum de fotografias foram analisadas levando-se em consideração o dito e o contexto de produção do que foi dito e interpretadas como uma forma dessas crianças/adolescente atribuir sentido às suas famílias.

A FAMÍLIA: JOGOS DE DESEJOS

As lutas pelo reconhecimento das uniões conjugais entre pessoas do mesmo sexo representam um marco em relação às reivindicações das classes de sexualidades discordantes da norma, pois ela evidencia a exigência não apenas de direitos de cidadania, em nível individual, mas também à constituição familiar (Mello, 2005). Ainda que esses casais não tenham reconhecimento social e legitimação do Estado, estas uniões se apresentam cada vez mais presentes.

Ana, 7 anos, reside desde os 4 anos com a mãe e sua companheira, diante da imagem de duas mulheres se abraçando, em que uma delas encontra-se grávida, diz:



“Era uma vez uma mulher que era casada com outra mulher. Elas se amavam muito e queriam ter um filho. Até que uma ficou grávida. E as duas viveram felizes para sempre”.

Nos últimos anos a sociedade vem sofrendo pequenas, mas importantes transformações no que diz respeito à aceitação das novas configurações familiares e aos direitos que lhes são atribuídos. Em seu enunciado, a participante indica sua inserção nessa formação discursiva cujas condições de existência possibilitam que ela pense o relacionamento erótico e amoroso entre pessoas do mesmo sexo reconhecendo o direito dessas pessoas de construir uma família.

O discurso, segundo Foucault (1997) é um conjunto de enunciados que se apoiam em uma mesma formação discursiva, não se trata de uma unidade retórica que se repete indefinidamente e cuja emergência é possível demarcar ou explicar pela história, mas sim podemos definir um conjunto de suas condições de existência.

Ao elaborar uma história sobre uma imagem, cujos personagens são dois homens brincando com duas crianças, a mesma participante, Ana, narra:

Era uma vez um homem que tinha dois filhos. Ele se separou e ficou com as crianças. Até que se apaixonou de novo. Só que dessa vez as pessoas não gostavam do namoro dele porque era com outro homem. Mas, ele foi pro juiz e o juiz disse que tudo bem, que ele podia ficar com os filhos e com o namorado. Aí todos eles ficaram felizes (Ana, 7 anos).

Embora capaz de pensar sobre esse novo modelo de família, Ana não está imune às contradições existentes no discurso. Ainda há preconceito e intolerância ao diferente, especialmente quando se trata de comportamentos sexuais e isso pode ser visto naquilo que Ana diz: *“as pessoas não gostavam do namoro dele porque era com outro homem”*. De fato, constituir vínculos afetivos em moldes que divergem da heteronormatividade não é, propriamente, uma situação confortável para um indivíduo.

Segundo esta norma, haveria uma relação linear entre sexo, sexualidade e desejo e estes se destinariam, prioritariamente, à reprodução. Esta ênfase no biológico, na reprodução, tem por base a crença de que as identidades de gênero e as práticas sexuais são naturais, ao invés de considerá-las como *“un conjunto arbitrario de regulaciones inscritas en los cuerpos que aseguran la explotación material de un sexo sobre el otro”* (Preciado, 2002, p. 22).



O enunciado de Ana, também revela que a batalha travada entre os discursos sociais de não reconhecimento da relação entre pessoas do mesmo sexo e os desejos dessas mesmas pessoas de terem suas relações legitimadas acaba muitas vezes por eleger o Estado como mediador legal dessas práticas. Sendo assim: “O Estado se torna o meio pelo qual uma fantasia se torna literal; desejo e sexualidade são ratificados, justificadas, conhecidas, declaradas publicamente instaladas, imaginadas como permanentes, duradouras” (Butler, 2003, p. 234). Nesse sentido, o Estado ou qualquer um dos seus representantes legais (neste caso, o juiz) simbolizariam a saída possível para a afirmação dessas configurações familiares.

A vida de Ana é marcada por uma disputa judicial entre seus pais biológicos por sua guarda. A figura do Juiz representa a autoridade máxima da qual depende o reconhecimento das relações familiares estabelecidas. Sua fala aponta para a instauração de relações de poder marcadas por uma hierarquia. O fato de o juiz afirmar “que tudo bem” legaliza e reconhece os laços afetivos da família e, de alguma maneira, autoriza a felicidade de todos, sem que seu personagem precise optar entre ter os filhos ou o namorado perto dele.

Todavia, apesar de na história de Ana o poder ser representado pela figura do juiz, não se pode entendê-lo como algo que está centralizado e tem o intuito dominador, mas que surge de todos os lados e se desloca em todas as direções, afetando as várias relações (Foucault, 2007). Neste sentido, “o poder não atua simplesmente oprimindo ou dominando as subjetividades, mas opera de forma imediata na sua construção” (Arán & Peixoto Junior, 2007, p. 132).

Outras falas apontam a dificuldade de questionar e resistir às “verdades” relacionadas à sexualidade, pois estas estão fortemente naturalizadas e incorporadas (Nardi & Quartiero, 2012). É o que nos aponta Carol, de 8 anos. Esta garota reside, há dois anos, com a mãe e a sua companheira... Porém, sua mãe sempre manteve relacionamentos homoeróticos e Carol sempre conviveu com as namoradas da mãe. Em uma conversa propiciada pela aplicação do instrumento ela diz:

[...] sei lá... assim: todo mundo tem mãe e pai... eu também tenho pai... mas, assim: minha mãe namora uma mulher... não é um homem... aí é diferente... eu digo que ela é minha tia quase mãe, amiga da minha mãe... eu não digo que ela é namorada de mamãe. [...] Sei lá... eles podem achar minha família estranha (Carol, 8 anos).



A fala de Carol aponta a dificuldade de pensar-se e incluir-se na diversidade. Apesar de manter laços afetivos bastante estreitos com a companheira da mãe, é mais confortável apresentá-la socialmente como “tia quase mãe” e omitir a relação amorosa existente entre sua genitora e outra mulher. Ela define o relacionamento da mãe como “*diferente,*” posteriormente, fala sobre o receio de ter sua família rotulada como “*estranha.*” O discurso de Carol evidencia a ligação firmada entre o “diferente” e o “estranho,” por vezes utilizados como sinônimos.

Segundo Butler (2001), o sexo não é apenas e simplesmente algo que alguém possui, mas aquilo que o torna alguém viável e inteligível. As práticas sexuais que divergem das normas seriam (des)qualificadas como ininteligíveis, absurdas ou “estranhas.” O efeito naturalizado das performatividades de sexo e gênero é produzido e fortalecido através das constantes reiterações normativas: palavras, gestos, atitudes, entre outras que são frequentemente utilizadas para renovar esses preceitos. Vale ressaltar que, entende-se a performatividade como uma “conduta” de reiteração da norma ou de um conjunto de normas, que não podem ser interpretadas como atos teatrais de simples repetição, mas algo que ao se fazer, simultaneamente, dissimula e produz a norma (Butler, 2001).

Mobilizada por uma das imagens do álbum de fotografias, constituída por dois homens brincando com um bebê, Carol fala sobre as diversas possibilidades de ser família:

[...] *Sabia que dois homens podem ter filhos? [...] Eu não sabia não. Mas, tia Vivian (companheira da mãe biológica) me disse que pode. Pode ser adotado, pode ser filho de um deles... Mas os dois cuidam, e são família. [...] Minha família é assim, sabia? Quer dizer, mais ou menos. [...] É assim, só que com duas mulheres. Minha mãe e tia Vivian são namoradas. Mas, pra mim, tia Vivian é como se fosse uma mãe. A gente é uma família assim... com duas mães...* (Carol, 8 anos).

Carol fala de sua descoberta sobre algo que transcende a descendência biológica e posteriormente sobre seu conceito de família como aquelas pessoas que exercem cuidados mútuos. Ela reconhece como figura materna a companheira de sua mãe biológica, e é a própria companheira de sua genitora que lhe esclarece sobre as diversas possibilidades de configurações familiares. O fato de Carol ter “duas mães” não diz apenas sobre uma insubordinação à norma da conjugalidade heterossexual, mas fala sobre a possibilidade real de um par do mesmo sexo exercer a parentalidade.



Lucas, de 8 anos, após contar uma história sobre a imagem de duas mulheres que seguram um bebê, introduz a temática sobre as suas várias “mães”.

“Eu tenho duas mães, sabia? [...] É. São as duas que me pegaram pra criar: uma eu chamo de mainha e a outra é mãe”.

Ao ser questionado como é ter duas mães, ele responde:

É bem maneiro... assim... eu gosto da minha mãe de verdade (genitora)... a que me teve... do meu pai... Mas, gostar mesmo de verdade, eu gosto das minhas duas mães... Elas são mais legais. [...] Eu tô acostumado com elas... desde pequenininho que eu moro com elas. [...] Lá é estranho (Casa da família de origem)... Eu não conheço as pessoas... assim... eu conheço... mas aqui... eu sei o nome completo das minhas mães... a gente sempre faz as coisas juntos... eu sei tudo sobre elas, entende? (Lucas, 8 anos).

Lucas foi adotado ainda pequeno por duas mulheres, no entanto, conhece a família biológica e sempre vai visitá-la no período de férias escolares. Sua fala é bastante significativa, pois ele usa a palavra verdade, tanto para caracterizar a sua genitora, quanto para falar sobre o sentimento devotado às mães adotivas. A “mãe de verdade” é aquela que o gerou, no entanto, o sentimento “verdadeiro” é nutrido por aquelas que o criaram.

Ao usar a expressão verdade para designar sua genitora, ele aponta para o mito da maternidade biológica como aquela natural. Esse mito diz respeito a uma prática discursiva produzida coletivamente e arraigada em nossa cultura, que perpassa todas as relações sociais, organizacionais e institucionais, atuando em todo o processo de subjetivação dos sujeitos, processo que sempre é contínuo e inacabado.

Nesse sentido, a expressão utilizada por Lucas não é a de uma representação voluntária, mas de um enunciado construído por forças discursivas produzidas através de jogos de poder que permeiam as práticas de si. Foucault (1985), citado por Ferreira-Neto (2011), afirma que essas práticas não são um exercício solitário, mas algo que se constrói nas práticas sociais, ocorrendo, muitas vezes, em estruturas comunitárias institucionalizadas.

Importante notar que Lucas justifica a veracidade e a força do seu vínculo afetivo com as mães adotivas pelo fato de ter crescido com elas, estabelecido uma rotina e saber sobre detalhes pessoais, fato que evidencia o estabelecimento de uma forte identificação com as companheiras que o adotaram.



A delimitação de família não está diretamente relacionada com a noção de parentesco, com a questão biológica ou a aproximação física, os contornos são dados pelo grau de afeto que perpassa as relações. A legitimação desses grupos como suas famílias pelas próprias crianças corrobora o conceito de que a entidade familiar deve ser entendida “como grupo social fundado, essencialmente, em laços de afetividade, pois a outra conclusão não se pode chegar à luz do texto constitucional” (Farias, 2002, p.327).

João, único adolescente da pesquisa, fala de algumas situações em que teve que aprender a lidar com a norma heterossexual.

Ficam tirando onda; “Ôxe, tua mãe fica tomando as namoradas de tu.” “Tua mãe arruma mais mulé que tu.” Eu digo: Ôxe, sorte dela, se ela pega mais do que eu, ôxe, sorte dela... [...] Eu nem gosto muito não, sabe. Quando o povo fala assim, eu tapeio, rio um pouquinho e saio fora. [...] Os meninos chegavam, ôxe... “Tua mãe é sapatão, num sei o que, num sei o que lá.” Rapaz, tire onda não; “Tua mãe é sapatão mesmo.” Ai, eu peguei e derrubei ele da cadeira e dei uns murros nele lá... fui expulso da escola... eu brigava direto com os meninos. [...] Até quando eu comecei a entender isso... aí eu fui sabendo mais das coisas... [...] Eu vou ter preconceito com isso? Se minha mãe é isso, ôxe, eu tenho que apoiar... (João, 14 anos).

A fala de João evidencia um discurso que se alterna entre ceder às provocações dos colegas ou mostrar que não se importa. O recorte da fala do participante aponta para a existência de uma polivalência discursiva. Neste sentido, não há um revezamento entre as forças discursivas, mas uma coexistência entre elas.

Segundo Fairclough (2008), é possível que existam diferentes discursos, mesmo que contraditórios, que atendam à mesma estratégia; ou um mesmo discurso que transite por estratégias opostas. Não existe “um discurso de poder e em oposição a isso outro discurso que funciona contra ele. Os discursos são elementos ou blocos táticos que operam no campo das relações de força” (p. 86).

De todo modo, a expressão “sapatão”, utilizada acima na fala de João, nos chama a atenção. Esta expressão faz referência aos “pés grandes”, uma característica tipicamente atribuída à figura masculina. A utilização dessa expressão enfatiza a mulher lésbica como aquela que é masculinizada, reforçando padrões estereotipados. Para Silva (2000), os repetidos enunciados performáticos possibilitam a construção de identidades. Aquilo que está marginalizado necessita ser enquadrado, categorizado e nomeado para ser reconhecido. Desta



maneira “o ato de nomear é, ao mesmo tempo, a repetição de uma norma e o estabelecimento de uma fronteira” (Arán & Peixoto Junior, 2007, p.134).

O adolescente, em outro momento questiona a heterossexualidade como normalizadora das relações e das configurações familiares:

Por que todo mundo tem que ter pai e mãe? E quem não tem vai fazer o que? Nada. Vai viver como? Do mesmo jeito, só que diferente. Eu não sou mais especial, também não sou menos legal que meus colegas, né? (João, 14 anos).

João fala sobre a possibilidade e a necessidade de ser reconhecido como “diferente”. Se diferenciar é apontar para uma nova possibilidade, para um modo de ser que ao mesmo tempo em que se repete, cria: “*Do mesmo jeito, só que diferente*”. Arán e Peixoto Junior (2007, p.129) colocam que “embora gênero e subjetivação sejam reiterações da norma sexual, na própria instabilidade da repetição do mesmo é possível vislumbrar a positividade da subjetivação como resistência, singularidade e produção da diferença”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pretendeu com esse estudo comprovar que não existem diferenças significativas entre famílias constituídas por um casal parental heterossexual e famílias construídas a partir da união de duas pessoas do mesmo sexo. Há, sim, diferenças relevantes entre essas conjugalidades, a começar pela discriminação e preconceito que sofrem. Existem especificidades para cada uma das uniões (Mello, 2005).

Apesar dessas peculiaridades, o que se percebe é que para as crianças e adolescentes que estão diretamente envolvidos nesses contextos, a definição de uma configuração familiar é demarcada pelos laços afetivos que são estabelecidos entre seus membros, não pela descendência biológica, nem pela orientação sexual do casal parental. “A afeição se constitui como a verdadeira base dos relacionamentos, não se aceitando mais nenhum outro limite” (Amazonas, Limas, Siqueira & Arruda, 2008).

No entanto, as falas dos participantes não podem ser analisadas ou interpretadas por si só. Todas as contingências de suas vidas devem ser levadas em consideração como práticas discursivas e jogos de poder que perpassam a construção de subjetivação dos participantes.



Oportunizar a esses jovens participantes o espaço da fala, propiciou apreender outro olhar sobre as relações existentes dentro das práticas familiares que por diversas vezes foram negadas socialmente. À luz da reflexão provocada pelos discursos dos participantes, só nos cabe “desejar optar por outra história, operar em um lugar que não seja nem legítimo nem ilegítimo” (Butler, 2003, p.228), mas que simplesmente exista como uma das infinitas possibilidades de relações humanas.

REFERÊNCIAS

- Amazonas, Maria Cristina; Lima, Albenise de Oliveira; Siqueira, Danielle de Fátima & Arruda, Gabriela (2008). Representação de Família e Material Didático. *Revista Interamericana de Psicologia*, 42(2), 236-246.
- Amazonas, Maria Cristina; Vieira, Luciana & Leite, Marcelo (Artigo em preparação, cedido pelos autores) *Representação de Professores sobre as Famílias onde o Casal Parental é do mesmo Sexo*.
- Arán, Márcia & Peixoto Junior, Carlos Augusto (2007). Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu* (28), 129-147.
- Butler, Judith (2001). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. Em: Louro, Guacira Lopes (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp.153-172). Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, Judith (2003). O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu* (21), 219-260.
- Fairclough, Norman (2008). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Farias, Cristiano (2002). Direito Constitucional à Família. *Revista da Escola Superior da Magistratura de Sergipe*, 03, 319-330.
- Ferreira Neto, João (2011). *Psicologia, Políticas Públicas e SUS*. São Paulo: Escuta.
- Foucault, Michel (1997). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, Michel (2007). *A História da Sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Graal.
- González, María del Mar & López, Francisca (2009). Relaciones familiares y vida cotidiana de niños y niñas que viven com madres lesbianas o padres gays. *Cultura y Educación*, 21 (4), 417-428.
- Mello, Luiz (2005). Outras Famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. *Cadernos Pagu* (24), 197-225. Recuperado em 18 de março de 2012. Obtido em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a10.pdf>



- Melo, Liliane Maria (2008). *Parentalidade e Conjugalidade: a experiência de mulheres que tiveram um filho vítima de incesto*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.
- Menezes, Katia Lacerda (2009). *Conversando com crianças: posicionamentos e sentidos em construção sobre família em contextos de conflito na justiça*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Nardi, Henrique Caetano & Quartiero, Eliana (2012). Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, 11, pp.59-87.
- Preciado, Beatriz. (2002). *Manifiesto Contra-Sexual: prácticas subversivas de identidade sexual*. Madrid: Opera Prima.
- Santos, Maria Luiza (2012). Adoção por Casais Homoafetivos. Em: Ferraz, Carolina; Leite, Glauber & Newton, Paulla Christianne (coord.). *Cidadania Plural e Diversidade: a construção da igualdade nas diferenças* (pp.183-195). São Paulo: Verbation.
- Silva, Tomaz Tadeu da (2000). A produção Social da Identidade e da Diferença. Em: Silva, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp.73-102). Petrópolis: Vozes.
- Uziel, Anna Paula; Ferreira, Igor; Medeiros, Luciana; Antonio, Carlos Alexandre; Tavares, Marcelo; Moraes, Mariana; Andrade, Rafael & Machado, Renata (2006). Parentalidade e Conjugalidade: aparições no movimento homossexual. *Horizontes Antropológicos* (pp.203-227). Porto Alegre: 12(26).
- Veiga-Neto, Alfredo. (2007). *Foucault e a Educação*. Belo Horizonte: A



OFICINAS

EIXO TEMÁTICO: DIVERSIDADE SEXUAL

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM PRINCÍPIOS CRIATIVOS E LÚDICOS PARA
REFLEXÃO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA**

Jurandir Ferreira de Paiva Júnior (UENP)



juninhoseghetto@hotmail.com.

Maria Cristina Simeoni (UENP)

RESUMO: Essa oficina fará parte de uma das etapas metodológicas na produção de uma pesquisa, que está em andamento, no Grupo de Pesquisa Criatividade e Ludicidade – CRILU. Pois, a idealização se implica na dificuldade de educadores e educadoras trabalharem e lidarem com as diferenças em sala de aula, estampadas por desconhecimento de práticas que envolvam os assuntos de Gênero e Diversidades nas realidades escolares. A metodologia empregada nessa pesquisa é a Metodologia da Problematização, apresentada por BERBEL (1995), com as etapas Observação da Realidade, Pontos-Chave, Teorização, Hipóteses de Solução e Aplicação à Realidade. Como problema norteador e que se instala também para a oficina, definiu-se: Quais as probabilidades de contribuir com uma aprendizagem reflexiva e significativa a partir de eixos criativos e lúdicos acerca de Gênero e Diversidade Sexual na Escola? Para tanto, o principal objetivo é expor jogos e brincadeiras que permitam a compreensão a respeito de Gênero e Diversidade Sexual na Escola para o Ensino Fundamental. Como resultados iniciais, da revisão de literatura (KISHIMOTO, 2002; LUCKESI, 2009; OLIVEIRA, 2010; VINHA 2010) obteve-se que o brincar é fundamental para o desenvolvimento dos alunos e principalmente se for trabalhado com eixos criativos e lúdicos. Além do mais, ao tratar desses assuntos com Criatividade e Ludicidade é se preocupar com questões de igualdade e com os conflitos vivenciados no âmbito escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Fundamental. Criatividade e Ludicidade. Gênero e Diversidade Sexual

INTRODUÇÃO

A realização dessa oficina visa verificar e discutir ações para desenvolvimento de um projeto de pesquisa proposto no Grupo de Pesquisa Criatividade e Ludicidade – CRILU, no Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ. Pretende-se, ainda, levar e observar as possibilidades de alcançar nas atividades criativas e lúdicas uma reflexão a respeito de Gênero e Diversidade Sexual na Escola. Jogos e brincadeiras são ferramentas norteadoras e objetivas para esta pesquisa, que se encaixarão como

eixos de Criatividade e Ludicidade. Por isso, o objetivo geral é expor jogos e brincadeiras que permitam a compreensão a respeito de Gênero e Diversidade Sexual na Escola.



A Metodologia da Problematização, apresentada por BERBEL (1995), com as etapas Observação da Realidade, Pontos-Chave, Teorização, Hipóteses de Solução e Aplicação à Realidade está em desenvolvimento com o estudo, no Grupo de Pesquisa CRILU. Na primeira etapa, Observação da Realidade, “procuramos observar a realidade em busca de uma questão de estudo”, com procedimentos a campo para anotações e registros sobre uma determinada realidade. Pois, “[...] isso nos possibilita perceber os aspectos instigantes e os problemas que estão ali presentes” (MORAES; BERBEL, 2006, s/p).

Um problema, no âmbito desta Metodologia, é uma questão para a qual não se encontra resposta pronta (BERBEL, 2002). Como Problema destacou-se: Quais as probabilidades de contribuir com uma aprendizagem significativa a partir de eixos criativos e lúdicos acerca de Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual na Escola?

Os Pontos-Chave são elaborados no segundo momento, do qual se deve “refletir primeiramente sobre as possíveis causas da existência do problema em estudo” (BERBEL, 1998, p. 170). Ainda, devem-se elencar os “[...] possíveis fatores e condicionantes maiores desse processo” (MORAES; BERBEL, 2006, s/p).

A Teorização “é o momento de construir respostas mais elaboradas para o problema”. Nesse sentido, “todo estudo até a etapa da Teorização deve servir de base para a transformação da realidade” (COLOMBO; MORAES; BERBEL, 2006).

As Hipóteses de Solução é o “[...] momento de elaborar todas as ações possíveis que, entende-se, aplicadas à realidade da qual se extraiu o problema, contribuirão para sua solução ou encaminhamento” (ALBERTINO; CRIVARI, 2001, p. 120). Na Aplicação à Realidade, última etapa, “[...] ultrapassa o exercício intelectual, pois as decisões tomadas deverão ser executadas ou encaminhadas” (CARVALHO; BALBINOT; GIANNOTTI, 2001, p. 20).

Com essa metodologia espera-se observar na realidade das escolas, possibilidades para modificar e aprimorar novos conhecimentos. Como também, espera-se que as escolas sempre se apoiem em eixos necessários ao desenvolvimento corporal, psíquico e sociocultural das crianças e dos adolescentes, como por exemplo, a Criatividade e a Ludicidade.

A palavra Criatividade atribui-se ao significado do verbo criar, correlação da qual há criação, invenção e imaginação resultante da originalidade. Ambas as correlações, se destacam



na qualificação ou caracterização de habilidades ligadas a um determinado objeto, pessoa, existência, origem e possibilidades criativas.

Vinha (2010, p.19) expõe que “a criatividade, para efeitos de categorização, é geralmente associada à fluência, à flexibilidade, e à originalidade”. A fluência vem da fluidez, ou seja, da habilidade de fluir espontaneamente. Já a flexibilidade está na característica do que é flexível, uma particularidade do ato de manejar, pela maleabilidade e pela facilidade. Nesse intuito, a originalidade se emprega em algo incomum, relacionado à flexibilidade criativa e de caráter original.

Em relação à ludicidade, Luckesi (2010) ressalta que “[...] é um fenômeno interno do sujeito, que possui manifestações no exterior”. Por isso, só há Ludicidade quando o sujeito age em plenitude com a atividade lúdica proposta.

Assim, a ação plena está na experiência interna, a qual promove prazer e não provoca conexões com outras ações, somente, com as ações que estejam ligadas à atividade ou em consciência do seu desenvolvimento.

Para a conceituação das temáticas, entende-se que “gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos” (BRASIL, 2009, p. 39). Prontamente, a sexualidade “refere-se às elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade” (BRASIL, 2009, p. 112).

A diversidade sexual acena-se para as várias formas de expressão da sexualidade. Precisamente, está ligada a manifestação cultural e social pela forma de expressão das pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTTT). Essas pessoas são comumente conhecidas por apresentação da sigla LGBTTT, a qual também se refere a outras identidades sexuais humanas.

Finalmente, ao relacionar essas discussões de Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual na Escola, guiados pela Criatividade e Ludicidade como eixos norteadores, não tem apenas a pretensão de expor uma seleção de jogos e brincadeiras, e sim de provocar vislumbres no entendimento igualitário pela compreensão reflexiva desses assuntos.

Para reconhecimento de identidades, a escola ainda se encontra num espaço de processamento para a inclusão e adaptação social. E, nesse processo se atribui o conhecimento



aos conceitos desconhecidos e provocar as rupturas de padrões, para desnaturalizar normatizações simbólicas.

A inclusão das diversidades, em busca da conscientização reflexiva no espaço escolar estabelece organização, normas e estruturas, das quais permitem e podem não permitir a igualdade das pessoas nas relações sociais.

Para tanto, tratar-se desses assuntos é se preocupar com questões de igualdade e com os conflitos vivenciados no âmbito escolar para conquistá-la, como nos alerta Felipe (2008, p. 3):

As expectativas sociais e culturais depositadas em meninos e meninas, homens e mulheres, quando não atendidas, geram violências de toda a ordem. A escola, como um espaço social importante de formação dos sujeitos, tem um papel primordial a cumprir, que vai além da mera transmissão de conteúdos. [...] A escola não pode se eximir da responsabilidade que lhe cabe de discutir determinados temas, tais como as desigualdades de gênero e a diversidade sexual, como apontam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Nessa citação, a autora faz considerações à função social da escola, além disso, faz demonstração de um dos amparos legais para prudência da educação. Isso, na abordagem de temas relacionados com a intervenção pedagógica, frente às desigualdades nas relações sociais e pela contribuição com a natureza da dimensão humana.

Enfim, esta pesquisa consiste nas probabilidades de intervenção educativa, perante todas as formas de discriminação referente às relações de Gênero, à educação para a Sexualidade e a conscientização em atendimento da Diversidade Sexual no âmbito escolar. Portanto, a oficina contribuirá na explanação de Pontos-Chave, mediante ao diálogo e discussões dos participantes.

Dessa forma, a apresentação da oficina contribuirá não somente para a segunda fase da pesquisa e, sim em levar os participantes à: Refletirem sobre as funções e papéis sociais da escola, em benefício da compreensão de questões que abordam a Identidade de Gênero e a educação sexual; Combater preconceitos e discriminações com violência de gênero e violência sexual dentro e fora do âmbito escolar; Sugerir, por meio de atividades criativas e lúdicas, reflexões sobre a naturalidade das expressões sociais, sem estigmas às diferenças e sem classificação pelo sexo anatômico; Definir Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual como condições da dimensão humana, numa intervenção transversal com jogos e brincadeiras; Destituir a fixação social pelos papéis masculinos e femininos, bem como,



apresentação das possibilidades de constituí-los mediante sua identificação ao desenvolvê-los; Mediar o conhecimento com a explanação dos conceitos de Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual, metodologicamente, na execução de atividades criativas e lúdicas; Reconstruir o respeito mútuo como instrumento para (re)humanização de uma sociedade mais justa; e Identificar que o desenvolvimento sexual humano e as diferenças entre relações sociais são processos comuns no cotidiano, e que se constroem por meio da ação educativa, seja ela com a mediação formal ou não formal.

JUSTIFICATIVA

Para Luckesi (2010), brincar “significa agir lúdica e criativamente”. Ressalva Oliveira (2010, p. 38) que, “vivenciar uma situação lúdica supõe uma relativa entrega, uma confiança no meio ambiente e, principalmente, nas pessoas que dele participam e em si mesmo”. Mas, só há ludicidade quando o sujeito age em plenitude, ou seja, que se envolve por inteiro numa brincadeira ou jogo. Pois, o lúdico é “[...] um fenômeno interno do sujeito” e, espontaneamente, provoca manifestações exteriores (LUCKESI, 2010). Desse modo, o brincar para esses autores é fundamental para o bem-estar do corpo e da mente.

Já os eixos criativos, por exemplo, estão relacionados com as “habilidades peculiares que permitem se sair bem de uma situação ou de resolver um problema, mesmo que parcialmente” (VINHA, 2010, p. 17). Isso pode ocorrer de tal forma que, em qualquer expressão de ação criativa com intermédio da mediação pedagógica, os alunos podem atingir alguns atributos que os levarão para experiência de plenitude, para a vivência da ludicidade e para a ativação de conhecimentos.

Por outro lado, Gênero e a Sexualidade vêm inferidos pela sociedade de forma errônea com a exposição de simbologias, tabus, normativas nas relações sociais e nas definições de Orientação Sexual. Isso reflete negativamente no âmbito escolar, principalmente, quando o assunto envolve discussões e reflexões acerca da Diversidade Sexual.

A sociedade é constituída nas diferenças culturais e sociais. Isso se implica na dificuldade de educadores e educadoras trabalharem e lidarem com as diferenças em sala de aula. Com base nessa dificuldade, Louro (2013, p. 15-16), pontua que “ao classificar os



sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas sutis e violentas, também distingue e discrimina”.

A desenvoltura pelo cumprimento de uma oficina, sob temática das questões práticas e de entendimento das relações de Gênero e Diversidade Sexual na Escola, está a partir da análise da complexidade do assunto emergente na sociedade. Neste sentido, torna-se indispensável uma reflexão sobre as atuais e/ou futuras práticas docentes, para que possam desenvolver conceitos ativos para o crescimento do conhecimento intelectual.

Por isso, justifica-se essa oficina as reflexões que deverão surgir voltadas para a compreensão das relações sociais de pessoas que tende a favorecer um aceitação dos direitos iguais, perante ou não da identificação das orientações sexuais na abordagem e atendimento das diversidades nas escolas. Sempre pautadas em ações de respeito, dentro e fora do âmbito escolar.

METODOLOGIA

A metodologia a ser desenvolvida nesta oficina, inicialmente, contará com a exposição do assunto. Bem como, dialogar com o público alvo as questões que dizem a respeito das representatividades socioculturais frente a essa temática no ambiente escolar. Com isso, identificar o que já possuem de conhecimento sobre o assunto.

Nesse intuito, o recurso material encontra-se na utilização do aparelho data show com a exposição por meio de slides. Mediante a isso, será proposta uma análise de algumas imagens e vídeos na observância da importância de se trabalhar com as alunas e alunos jogos e brincadeiras, que visam refletir os aspectos das relações de Gênero e Diversidade Sexual.

Desta maneira, a oficina pretende trabalhar os seguintes itens:

Os princípios e os atributos da Criatividade e da Ludicidade

O Brincar e a Ludicidade

Gênero e Diversidade Sexual em conceitos gerais

Contação de histórias acerca de Gênero e Diversidade Sexual

Recursos estratégicos de intervenção pedagógica com apoio dos jogos para as relações de Gênero

Políticas de atendimento à Diversidade Sexual na Escola



Bullying Homofóbico e práticas Anti Bullying

REFERÊNCIAS

ALBERTINO, Fátima Maria de Freitas; CRIVARI, Maria Madalena Ferrari. Como adequar o ensino do diagnóstico de enfermagem aos alunos de graduação em enfermagem para a práxis. In: BERBEL, Neusi Aparecida Navas (Org.). **Conhecer e Intervir: o desafio da Metodologia da Problematização**. Londrina: Editora UEL, 2001.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos?** Londrina/PR. 1998, p. 139-154. Disponível em <http://w.w.w.scielo.br/pdf/icse/v2n2/08>. Acesso em: 05 Abr. 2014.

_____, Neusi Aparecida Navas. **O Problema de Estudo na Metodologia da Problematização**. 2002. Disponível em: http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/docentes/conheca_neusi_arq1.pdf. Acesso em: 02 Abr. 2014.

BRASIL. **Gênero e Diversidade na Escola**. Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-raciais. Rio de Janeiro; CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

COLOMBO, Andréa Aparecida; MORAES, Katiane Cavalcante de; BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **Aplicações da Metodologia da Problematização com o Arco de Maguerez. O que há publicado em site de pesquisa disponível na Internet?** Disponível em: http://www2.uel.br/pessoal/berbel/metodologia_da_problematiza%E7%E3o/. Acesso em: 02 Abr. 2014.

FELIPE, Jane. **Proposta Pedagógica**. In: BRASIL. Educação para a Igualdade de Gênero. Salto para o Futuro/MEC: Ano XVIII, boletim 26, novembro de 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade. Trad.: SILVA, Tomaz Tadeu da. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MORAES, Katiane Cavalcante de; BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **O uso da metodologia da problematização para a investigação sobre avaliação da aprendizagem. O que há de específico para o ensino superior?** Londrina: Revista Semina: CSH; v. 27, n. 2, p. 169-186, jul./dez. 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Ludicidade e Atividades Lúdicas: uma abordagem a partir da experiência interna**. Disponível em: www.luckesi.com.br. Acesso em: 14 abr. 2010.



OLIVEIRA, Vera Barros de. **Brincar: caminho de saúde e felicidade.** In.: OLIVEIRA, Vera Barros; SOLÉ, Maíra Borja i; FORTUNA, Tânia Ramos. Brincar com o outro: caminho de saúde e bem-estar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PARANA. **Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual.** Curitiba: SEED, 2010.

VINHA, Maria Lúcia. **Criatividade em ação: escrita de roteiros para Animações Virtuais.** Curitiba: Honoris Causa, 2010.

DIALOGANDO: UM ESPAÇO PARA RESSIGNIFICAR DIVERSIDADE SEXUAL

Marcos Antonio Hoffmann Nunes (IFPR)

RESUMO: A questão do respeito e compreensão à diversidade sexual aponta para uma carência de intervenções. A oficina tem por objetivo sensibilizar sobre a importância das discussões acerca das diversas formas de expressão da sexualidade, além de problematizar as questões que cercam esse debate. Essa ação constitui um importante mecanismo de fortalecimento, tanto no âmbito da formação pessoal, como também social. Desmistificar as ideias acerca da homossexualidade, identidade de gênero, orientação sexual e homofobia contribui para a construção de uma sociedade igualitária e tolerante às diferenças. A oficina será desenvolvida por meio de dinâmicas e debates.

Palavras-chave: Homofobia. Diversidade sexual. Sexualidade.

INTRODUÇÃO

Homem nasce para ser “homem” com H maiúsculo enquanto que a mulher nasce para ser “mulher”, mas essa com “m” minúsculo, e é bom que permaneça assim para conservar a ordem “natural” das coisas. A masculinidade é vigiada e guardada pelas diversas instituições sociais, começando pela família e perpassando pelas demais, sobretudo, a Igreja. Para aqueles que não atendem às expectativas sociais quanto ao “ser homem” e o “ser mulher” sua sexualidade é colocada em xeque. Portanto, homossexuais, bissexuais e transgêneros são vistos pela ótica dos sujeitos desviantes que ultrapassam as fronteiras estabelecidas socialmente.

Nossa sociedade é marcada pelas diferenças, mas nem sempre, ou raramente, essa diversidade é valorizada e respeitada, pelo contrário, observam-se nas práticas cotidianas por meio de ações e movimentos preconceituosos, certa desvalorização e desqualificação ao que



não se encaixa nas normas tidas como referência. Essas diferenças podem ser de qualquer ordem e causam maior estranhamento, sobretudo, quando se referem à diversidade sexual. Vale lembrar que não há nenhum problema quanto às diferenças. A questão torna-se problema quando as diferenças são transformadas em desigualdades.

Quando o sujeito não corresponde aquilo que é esperado dele pela sociedade e manifesta um comportamento dito “desviante” é visto como uma pessoa que possui “uma diferença indesejável”. Tornando-se dessa forma alguém que não merece crédito ou consideração. Em alguns momentos essa rejeição manifesta-se por meio de atos violentos que podem ser percebidos desde insinuações sutis até agressões físicas.

O preconceito contra homossexuais é entendido como homofobia que nada tem a ver com “medo” como poderíamos supor a partir da desinência fobia, ao contrário, se refere ao ódio, a “atitude de hostilidade” contra sujeitos que não atendem ao ideal normativo da sexualidade. Nesse sentido estão vulneráveis à homofobia não somente homossexuais, bem como todos aqueles que não correspondem ao padrão heteronormativo, imperativo inquestionável que afirma práticas heterossexuais e nega e desqualifica qualquer outro tipo de manifestação.

Por heteronormatividade, entende-se a produção de práticas e códigos heterossexuais, sustentada pelo casamento monogâmico, amor romântico, fidelidade conjugal, constituição de família (esquema pai-mãe-filho(a)(s)). Na esteira das implicações da aludida palavra, tem-se o heterossexismo compulsório, sendo que, por esse último termo, entende-se o imperativo inquestionado e inquestionável por parte de todos os membros da sociedade com o intuito de reforçar ou dar legitimidade às práticas heterossexuais (FOSTER, 2001, p.19).

Ao falar em diversidade sexual, conseqüentemente, surge o preconceito que a cerca e faz-se necessário uma discussão e reflexão no sentido de compreender os mecanismos e implicações envolvidos nesta questão.

Portanto, compreender a diversidade sexual implica entender como se estabelecem as relações sociais. Compreender esse fenômeno vai além de entender como os homossexuais sentem e internalizam esse preconceito... é entender a dinâmica social e sua estrutura e funcionamento... é entender a realidade social... é entender as práticas sociais como formadoras de subjetividades... é entender o que se esconde atrás de discursos naturalizados.

JUSTIFICATIVA



Ao problematizar a questão da sexualidade como constructo social a oficina se propõe a desmistificar os conceitos pré-estabelecidos e tecidos a partir de uma ordem social e cultural. Nesse sentido faz-se necessário criar espaços que propiciem debates e discussões acerca do tema a fim de supera-los.

METODOLOGIA

A metodologia tem como ponto de partida o debate e reflexão e as possibilidades de transformações sempre partindo dos pontos de vistas expressados pelos participantes, para a reflexão crítica e desconstrução de preconceitos. Para tanto será, lançado mão de dinâmicas e exibição do curta “medo de quê?”. A oficina é direcionada a quaisquer pessoas que se interessam pelo tema e o número de participantes pode variar entre 20 a 25. Tópicos a serem abordados: sexo; gênero; diversidade sexual.

REFERÊNCIAS

CASTAÑEDA, Marina. **A experiência homossexual**: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas. Tradução Brigitte Monique Hervot e Fernando Silva Teixeira Filho. São Paulo: A Girafa, 2007.

FOSTER, David W. Consideraciones sobre el estudio de la heteronormatividade en la literatura latinoamericana. *Letras: Literatura e autoritarismo*, Santa Maria, n.22, jan/jun 2001.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4º ed. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Bagoas: Estudos Gays – gêneros e sexualidades*, Natal, v.1, n. 1, jul./dez. 2007.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz; PRADO Marco Aurélio Máximo. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, Gustavo et al (Org.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 51-71.

EIXO TEMÁTICO: FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL

TRANS*VERSALIZAR: CENÁRIOS, DIÁSPORAS E ABORDAGENS POSSÍVEIS DA TRANSEXUALIDADE NA ESCOLA



Franciele Monique Scoptec dos Santos (PG-UNESP)
franmonique@gmail.com

Rodrigo Pedro Casteleira (UEM)
pccasteleira@gmail.com

RESUMO: O acesso e permanência na estrutura educacional parece não se efetivar quando as pessoas manifestam suas identidades de gênero ‘diversa’ do corpo biológico ou da estrutura heterossexual fortemente marcada como natural e correta, ainda mais quando seus corpos rompem com *performances* transexuais. É necessário considerar uma reflexão sobre sexualidade que tenha uma exigência de apresentar categorias de compreensão de seus limites e manifestações. Trata-se de definir precisamente o que se entende por isto, ou seja, o conceito de sexualidade e diversidade sexual, explicitando os termos e categorias do discurso, da história e das ciências a partir de sua conformação etimológica e significação histórica contextual. Sendo assim, a proposta de nosso minicurso é convidar professoras e professores interessados em debater como, por que e quais as formas possíveis de se abordar a diversidade sexual, sobretudo a transexualidade, em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Sexual; Transexualidade; Identidade de gênero; Formação de professoras; Educação Escolar.

INTRODUÇÃO

O Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 explicita que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, além de pontuar em seu Artigo 206 que deve haver condições para acesso, permanência, liberdade de ensinar e aprender, bem como o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas. Contudo, parece haver uma incongruência entre o sistema público educacional e a permanência de pessoas transexuais e travestis nesses espaços, ou por não chegarem a ele, ou por não permanecerem. Nesse sentido, o objetivo geral de nossa oficina está para além de sensibilizar professoras nas temáticas da diversidade sexual, mas sobretudo, abordar social e historicamente a transexualidade na cultura humana, suas diásporas e cenários possíveis na educação básica, com premissas científicas e antropológicas a fim de promover em nossas professoras atitudes docentes e pedagógicas que combatam o machismo, a transfobia, o sexismo e diversas outras formas de opressões que se enraízam em nossas salas de aula.



JUSTIFICATIVA

As dificuldades enfrentadas pelas trans em uma sociedade dita ‘heteronormativa’ são patentes, e a partir desta premissa reside a justificativa a oficina, não para revelar que suas movimentações na sociedade sejam árduas e repletas de agruras, mas que o contato com a historicidade e *performances* sobre seus corpos pode orientar as dinâmicas educacionais a fim de que se minimizem os preconceitos, além de estabelecer uma relação mais humana e menos ‘exótica’ das pessoas trans. Para tanto há que se investigar e compreender este universo: o do corpo re-significado como forma de oposição ao sexo biológico de nascimento. Ou seja, há a genitália com a qual convivem, mas a postura adotada é a de um novo corpo, uma vez que a “identidade travesti está associada à fabricação de um novo corpo, do que às práticas e orientações sexuais” (BENEDETTI, 1997, p. 4).

Estes corpos fabricados revelam uma potencialidade plástica de modificações, o que traz o questionamento sobre o eixo educação e gênero como pontual, sobretudo se houver a possibilidade de traçar ainda um paralelo com dados sobre a frequência de trans que buscam o acesso e permanência nos bancos escolares, o que suscitaria outras questões.

Justifica-se ainda pela promoção da visibilidade das pessoas trans enquanto sua atuação corporal e uma reflexão motivada pela oficina, uma vez que suscitará as memórias do corpo docente frente aos espaços de trabalho com pessoas que rompem os paradigmas corporais e de gênero.

METODOLOGIA

Orientaremos nossa oficina em um primeiro momento de contextualização histórica da diversidade sexual, entendida aqui como expressão das pluralidades sexuais, a saber: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais, transgêneros, *gender-bender* dentre outras (os). No segundo momento, buscaremos abordar cenários possíveis de trabalho em sala com o debate acerca da transexualidade na intenção de promovermos um debate que se sustente além de premissas éticas pessoais e religiosas. Nossa intenção é abordar experiências



de sucesso no trabalho com a temática da diversidade sexual, sobretudo com a transexualidade, com alunas e alunos que enquadrados do nono ano ou oitava série, perpassando as três séries do ensino médio regular. Esperamos dividir nossas experiências em dois módulos, o inicial se propõe a uma exposição mais teoricamente delimitada e, sequencialmente, buscaremos abordar métodos

e técnicas que promovam debates em sala de aula que visarão em última instância à superação da homo/les/trans/bi fobias e da violência homofóbica que se apresenta fortemente em nossas escolas. Para tal buscaremos na segunda etapa de nossa oficina retomar os vídeos produzidos pelo projeto *Escola Sem Homofobia*, da *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação*. Material que consiste de um material didático, contendo cartilha, cartazes, folders e cinco vídeos educativos, que abordam temas como: homossexualidade, bissexualidade e transexualidade. Compartilhar as intenções do material e suas propostas iniciais, antes do mesmo ter sido severamente deturpado pela mídia e opositores, está no bojo de nosso segundo momento da oficina, que se encontra em consonância com os seguintes objetivos, delimitados na Conferência Nacional da Educação Básica, a saber:

- Evitar discriminações de gênero e diversidade sexual em livros didáticos e paradidáticos utilizados nas escolas;
- Promover a cultura do reconhecimento da diversidade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual no cotidiano escolar;
- Evitar o uso de linguagem sexista, homofóbica e discriminatória em material didático-pedagógico.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco; MERCADANTE, Elisabeth Frohlich. **Algumas contribuições da filosofia e sociologia na compreensão do envelhecimento e velhice de travestis**. In: Revista Portal de Divulgação, n. 11, Jun. 2011 – <http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/revista/index.php>

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Longevidade, travestis e a construção do conceito de sexualidade**. In: Revista Portal de Divulgação, n. 14, Set. 2011 – <http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/revista/index.php>



ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Travestis envelhecem?** Dissertação de Mestrado em Gerontologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2010.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. A velhice na pesquisa socioantropologia brasileira. In: VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999, p. 45-64.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Velhos e jovens no Rio de Janeiro: processos de construção da realidade. In: VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999, p.156-173.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa. Edições 70, 2008.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 2007.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 2008.

BENEDETTI, M. R. **Toda feita: gênero e identidade no corpo travesti**. Anas da II Reunião de Antropologia Del Mercosul, Piriápolis, Nov. 1997.

BENTO, B. A. M. A. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual** (Tese, Departamento de Sociologia / UnB). Brasília, Maio 2003.

BLOMMAERT, Jan. **Ethnographic fieldwork: A beginner's guide**. Education, University of London. DRAFT, November 2006.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Taad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira Ed., 2003.

CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia (coord.). Como vai o idoso brasileiro? In: **Texto para discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Edição revisada, acompanhada de posfácio (1975). Tradução de Arlene Caetano. Coleção Pensamento Crítico – Vol. 48. São Paulo: Paz e Terra, 2000.



CHIZZOTTI, Antonio. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. Revista Portuguesa de Educação, ano/vol. 16, número 002. Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2003, pp. 221-236.

DEBERT, Guita Grin. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In: VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999, p. 7-27.

FÁVERO, Maria Helena. **Psicologia do gênero: psicobiografia, sociocultura e transformações**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2ª. Ed. São Paulo: associação Editorial Humanitas, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 5ª. Edição. Ilustrações de Lula Cardoso Ayres; M. Bandeira, Carlos Leão e do autor. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora, 1977.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

MEDEIROS, Suzana. **Brasil: O que dizem os números sobre a pessoa idosa**. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

PARANÁ. Orientação Pedagógica Nº 001/2010 – DEDI/SEED. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade.

SHIMURA, Joyce M. **ANA, DULCINÉIA E EMANUELA: narrativas travestis e discursos científicos sobre a construção dos corpos na escola**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática. Maringá, 2012.

SILVA, H. Travesti. **A invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In VELHO, Otávio Guilherme (Org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1976, p. 11-25.

SIQUEIRA, Mônica Soares. **Sou senhora: um estudo antropológico sobre travestis na velhice**. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999.



WHITE, William Foote. **Sociedade de esquina = Street Corner Society: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada.** Trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro =: Jorge Zahas Ed., 2005.

ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL: ORIENTAÇÕES PARA PREVENÇÃO A PARTIR DO AMBIENTE ESCOLAR

Ana Paula Meda (G-UENP)
anapaula.meda@yahoo.com.br

Jurandir Ferreira de Paiva Júnior (UENP)
juninhoseghetto@uenp.edu.br

RESUMO: Esta oficina pretende orientar graduandos, professores, funcionários e agentes que atuam ou atuarão diretamente na Educação Básica, com o atendimento de crianças e adolescentes supostamente vítimas de violências praticadas através de Abusos Sexuais. Justificaram-se pelo dever constante da comunidade escolar o atendimento do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, pela Lei 8.069/1990, que expõe os princípios norteadores em garantia dos direitos fundamentais à população Infanto-juvenil. Nesse intuito, o tema abuso sexual infanto-juvenil se focaliza como um problema a ser discutido, principalmente no espaço escolar, devido os sintomas e características se apresentarem como consequências da evasão escolar, dificuldade de aprendizagem e negligência pela neutralidade e omissão dos fatos. A oficina contará com o apoio de estudos realizados por materiais bibliográficos e, ainda na utilização de audiovisuais para abordagem dinâmica das discussões que complementação a reflexão sobre o assunto. Espera-se, que por meio das discussões e das reflexões na oficina, o público alvo apresente uma compreensão sobre os tópicos da temática. Como também, entendam a importância do agir e de como agir, frente à conscientização para prevenção da violência sexual e do abuso sexual.

PALAVRAS-CHAVE: Abuso Sexual Infanto-juvenil. ECA. Educação.

INTRODUÇÃO

O abuso sexual é uma grave forma de violência que pode acometer crianças e adolescentes nas diversas realidades familiares e institucionais que se criam no meio social. Pode ser definido, de acordo com os ensinamentos de Clinaura Maria de Lima (2011, p.35) como a atitude de exigir, coagir, expor, instigar ou obrigar uma criança a realizar práticas sexuais com ou sem contato físico, existindo a penetração ou não, a partir de uma relação de poder entre o agressor e o agredido, de modo que possa haver ainda a exibição de material pornográfico para o menor.



Neste viés, em conformidade com as estatísticas do Ministério da Saúde em publicação *on line* intitulada “Abuso sexual é o segundo maior tipo de violência”, dados preliminares do ano de 2011 verificam que a maior incidência desse tipo de violação ocorre no ambiente familiar, tratando-se especificamente de abuso sexual intrafamiliar, comportando 64, 5% dos casos.

Isso demonstra que a violência sexual é realizada, por vezes, por aqueles que deveriam proteger as crianças e os adolescentes em primeiro lugar. Dessa forma, o assunto em questão remete a problemática para a vertente da violência doméstica, vez que essa pode acontecer de quatro formas: violência física, violência psicológica, negligência e abuso sexual. Este último, assim, passa a ter uma atenção especial neste trabalho como manifestação da violência doméstica.

Nesta ótica, as crianças e os adolescentes agredidos podem apresentar algumas características a serem observadas pelo professor, como, por exemplo, se há um “comportamento sexual inadequado com brinquedos e objetos, tem ataques de raiva, sinais físicos, como dor e feridas sem explicação nos genitais, ou doenças sexualmente transmissíveis, tem medos inexplicáveis de lugares e pessoas em particular”, entre outros efeitos emocionais como vergonha, culpa, constrangimento e hostilidade (SANDERSON, 2008, p. 203-204).

Observa-se a partir de então que o abuso sexual infanto-juvenil é uma problemática de ordem social que envolve e assola várias esferas da vida da criança e do adolescente. O ambiente escolar, desse modo, afigura-se como o local em que o ofendido pode se revelar, contar o caso de abuso ao professor, realizando um “pedido de socorro” fora do ambiente familiar (WILLIAMS; ARAÚJO, 2010, p.116), bem como é o espaço em que muitas consequências sérias e maléficas vão se manifestar, como no caso da dificuldade de aprendizagem e da evasão escolar.

Pauta-se, com isso, que os problemas a serem superados podem ser dispostos em três categorias: a primeira delas é o rompimento do silêncio relacionado com a dinâmica do abuso sexual que compõe as fases de interação sexual, de sigilo e de revelação (LIMA, 2011, p.43), sendo que a revelação pode nunca acontecer e, por conseguinte, a notificação e a possível denúncia tornam-se prejudicadas, da mesma forma que a ajuda destinada à vítima; a segunda diz respeito ao agir do professor e de todos os profissionais escolares ao se depararem com a



suspeita de abuso sexual contra crianças ou adolescente; a terceira enfrenta as consequências dessa violação no ambiente escolar, conforme supramencionado.

Neste seguimento, serão trabalhadas as formas de violência doméstica e o abuso sexual infanto-juvenil, principalmente, como manifestação desta, as características e os sintomas que as crianças e os adolescentes agredidos podem apresentar como acontece a dinâmica do abuso sexual e como denunciar. Ainda assim, será destacada a questão do projeto Depoimento Sem Dano como um exemplo de articulação entre a prática jurídica e pedagógica, as intervenções realizadas pelo NEDDIJ e a análise do documentário “A ira de um anjo” e da Campanha Nacional pelo Fim da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

A oficina, diante de todo o exposto, pretende levar orientações úteis e de cunho prático para a atividade do professor e de todos os profissionais e funcionários da área da educação básica. Objetiva-se a conscientização do público-alvo como iniciativa de prevenção e a formação de agentes atuantes que saibam como proceder e o que deve ser feito quando da suspeita ou da constatação da violência sexual, a fim de que crianças e adolescentes sejam protegidos em seus direitos mais fundamentais, como o são a dignidade e a liberdade sexual.

JUSTIFICATIVA

Os professores são os principais agentes que podem atuar na prevenção do abuso sexual contra crianças e adolescentes, pois o ambiente escolar é um espaço no qual se torna possível uma convivência próxima e direta nas relações entre educadores e educandos.

Esse contato expõe características de possíveis casos de abuso sexual infanto-juvenil. Nesse sentido, a capacitação desses futuros profissionais contribui para conscientização acerca do tema, colaborando para que estes tenham a conduta necessária diante do caso concreto.

Ainda assim, frisa-se que a norma inserta no artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe sobre a infração administrativa que comete o professor ao se portar omissivo frente às suspeitas ou casos de maus-tratos contra crianças e/ou adolescentes de que tenha conhecimento, não os comunicando às autoridades competentes.

A penalidade então aplicada observa multa de três a vinte salários mínimos, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. Percebe-se, dessa forma, que a intervenção do educador



está além de seu papel enquanto cidadão, haja vista que existe um dever profissional de atuação no rompimento da dinâmica do abuso sexual infanto-juvenil conforme preconiza a legislação pátria específica.

Por findo, justifica-se a escolha desta temática também em razão da importância que denota no contexto social de proteção às crianças e aos adolescentes, vez que o conhecimento acerca do que é o abuso sexual infanto-juvenil, das características que o perfazem e da forma como agir quando há a suspeita são imprescindíveis no enfrentamento do assunto e na minimização desta violência.

METODOLOGIA

A presente proposta de oficina tem por foco a abordagem para graduandos, professores, funcionários e agentes que atuam ou atuarão na Educação Básica, comportando até quarenta participantes dentre o público ora citado. A seguir, o recurso material a ser empregado será o aparelho data show, a fim de que seja viável a exposição por meio de slides e vídeos pertinentes ao tema tratado. Continuamente, a oficina pretende trabalhar os seguintes itens:

- As formas de violência doméstica;
- O abuso sexual infanto-juvenil;
- As características do abuso sexual que podem ser observadas pelo professor;
- Como denunciar?
- Breve explicação sobre o projeto Depoimento sem Dano;
- As práticas pedagógicas em casos de abuso sexual infanto-juvenil;
- Análise do documentário “A ira de um anjo”, bem como do vídeo referente à “Campanha nacional pelo fim da violência sexual contra crianças e adolescentes – Disque 100”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portal da saúde. **Abuso sexual é o segundo maior tipo de violência**. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/5242/162/abuso-sexual-e-o-segundo%3Cbr%3E-maior-tipo-de-violencia.html>>. Acesso em: 16 julho 2013.

_____. **Violência Faz Mal à Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.



LIMA, Clinaura Maria de. **Infância Ferida: os vínculos da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sexuais**. Curitiba: Juruá, 2011.

RIBEIRO, Marisa Marques & MARTINS, Rosilda Baron. **Violência Doméstica Contra a Criança e o Adolescente: a realidade velada e desvelada no ambiente escolar**. Curitiba: Juruá, 2011.

SANDERSON, Christiane. **Abuso Sexual em Crianças: Fortalecendo Pais e Professores para Proteger Crianças Contra Abusos Sexuais e Pedofilia**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2008.

SISTO, Fermino Fernandes; OLIVEIRA, Gislene de Campos; FINI, Lucila Dihel Tolaine (orgs.). **Leituras de Psicologia para Formação de Professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque; ARAÚJO, Eliane Aparecida Campanha (orgs.). **Prevenção do Abuso Sexual Infantil: um enfoque interdisciplinar**. Curitiba: Juruá, 2010.

EIXO TEMÁTICO: GÊNERO, SEXUALIDADE E MÍDIA

HOMOSSEXUALIDADE E A COERÇÃO SOCIAL

Mirielly Ferraçã (UENP)
miriellyferraca@gmail.com

Heitor Messias Reimão de Melo (UENP)
heitorletras@gmail.com

RESUMO: Ao prestar atenção em nossa sociedade, pode-se perceber que há sujeitos que são marginalizados por causa de suas escolhas e atitudes. Os “diferentes” são, portanto, negados e, por vezes, excluídos. São colocados à margem por não terem um comportamento “comum”, “esperado”, “desejável”, “normal”. Discursos oficiais que regem a esfera social acabam delineando o certo do errado, o que podemos e o que não podemos fazer e à família é atribuído o papel de direcionar, ou vigiar, o comportamento dos membros familiares. Com base na produção cinematográfica peruana *No se lo digas a nadie*, de 1998, dirigida por Francisco Lombardi, em cenas selecionadas da série americana *Glee* (2009), em uma entrevista realizada com um travesti, em Cascavel-PR, em 2009, e ainda a partir de trechos de entrevistas feitas com o atual Papa Francisco, a proposta desta oficina é refletir sobre os enunciados selecionados, considerando a coerção social e a repressão sexual que dela advém. Considera-se, ainda, a interferência dos discursos religioso, jurídico e familiar, determinando o que se pode dizer, o que se pode fazer. A base teórica utilizada é a Análise do Discurso de orientação francesa.



PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso; coerção social; homossexualidade.

INTRODUÇÃO

Quando o tema é a sexualidade, ou mais especificamente as práticas sexuais marginalizadas, o assunto se torna mais complexo, como afirma Foucault (1996, p. 9): “Em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política”. Os “diferentes” são negados e, por vezes, excluídos, são colocados à margem por não terem um comportamento “comum”, “esperado”, “desejável”, “normal”. Discursos oficiais que regem a esfera social acabam delineando o certo do errado, o que se pode e o que não se pode fazer. No caso do discurso religioso cristão ocidental, de uma

maneira geral, casar-se (ou mesmo ter relações sexuais) com alguém do mesmo sexo, é considerado pecado, ou seja, tal prática é encarada como a transgressão das leis de Deus; no caso do discurso jurídico, até pouco tempo era legalmente impossível que dois homens ou duas mulheres se casassem; atualmente a jurisdição brasileira aprovou a união civil entre casais homossexuais, sendo praticada em alguns Estados. Entretanto, a união civil entre pessoas do mesmo sexo foi perpassada durante séculos como proibição jurídica, sendo, dessa forma, impossível fazer o contrário.

Determinados fatos históricos perpetuam-se por anos, séculos afora. Presentes na memória social, são, muitas vezes, difíceis de serem esquecidos ou mesmo difícil de concebê-los como falsos. De tanto repetir, de tanto impor, esses dizeres se cristalizam, estão tão incorporados que os próprios sujeitos marginalizados se autoexcluem, acreditando que estão transgredindo os valores sociais, que estão pecando. O sujeito homossexual se diz ser aquilo que os outros dizem sobre ele, sustentando os valores perpassados pela língua, pela história; é o que comenta Soares (2006):

As vozes que ocupam lugares foram se sobrepondo em uma mesma direção a tal ponto que mesmo **para os sujeitos homossexuais essa memória do**



dizer ecoava no mesmo sentido. Era indiscutivelmente impossível se falar da homossexualidade do homem brasileiro, trabalhador, pai de família porque faltava lugar para esse discurso. **O sujeito homossexual se dizia a partir do que era dito sobre ele** (SOARES, 2006, p. 15 – grifos nossos).

Isso ocorre, como afirma Pêcheux (1997), porque o sujeito se identifica com a formação discursiva que o domina e este acaba proferindo em seu discurso o que está inscrito nessa formação, ou seja, “*os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito*” (p.163).

Além de esses sujeitos serem subjugados em vários sentidos por suas escolhas, inquieta-se sobre a questão familiar, pois esta acaba sendo, basicamente, fruto das indicações religiosas, principalmente a judaico-cristã que é predominante no ocidente, que prega, basicamente, a união entre homens e mulheres visando à reprodução. E, a partir disso, os pais cobram dos filhos o comportamento esperado pela sociedade, desejando que se casem com o sexo oposto e que tenham filhos.

O objetivo desta oficina é apresentar e tecer algumas considerações sobre o discurso da homossexualidade sob a perspectiva da Análise de Discurso de orientação francesa. Como *corpus*, selecionou-se diferentes materialidades: o filme peruano *No se lo digas a nadie*, de 1998, dirigido por Francisco Lombardi; uma entrevista realizada em 2009, em Cascavel-PR, com um travesti; um trecho da série americana *Glee*, de 2009, vencedora do Globo de Ouro de 2009 e 2010 como Melhor Série De Televisão – Comédia ou Musical; uma carta pública enviada pelo Papa Francisco, em 2010 antes de ser escolhido o novo pontífice da Igreja Católica, como Arcebispo de Buenos Aires, dirigida especificamente à sociedade, em que o foco são as relações homossexuais, e trechos de duas entrevistas: a primeira é uma entrevista dada aos jornalistas em um voo de regresso ao Vaticano, após a Jornada Mundial na Juventude, em julho de 2013, no Rio de Janeiro no Brasil, e a segunda é uma entrevista dada ao Padre Antônio Spadaro, na Casa Santa Marta, residência do Papa Francisco no Vaticano, em agosto de 2013.

A partir da materialidade selecionada, pretende-se na oficina: abordar a questão da homossexualidade, relacionando-a com: a) a coerção social: como a sociedade de uma maneira geral (re)afirma por meio do discurso o que pode e deve ser dito por homens e mulheres, o que se pode e o que não se pode fazer; b) a família: de que maneira a instituição



familiar interfere, frente aos “bons” costumes, na decisão dos membros familiares, julgando e punindo quando acha conveniente; c) o discurso religioso: como essa entidade delinea o certo do errado, o louvável do pecado e em que medida tais valores perpassam o discurso e a prática dos sujeitos.

JUSTIFICATIVA

A sociedade judaico-cristã ocidental se apresenta fortemente caracterizada pela imposição do poder, exigindo certas condutas e comportamentos. “É uma sociedade ainda dominada pelos homens e pela hegemonia da conduta heterossexual. Padrões de vivência sexual que não reforcem o machismo, o casal heterossexual e a família institucionalizada, são fortemente discriminados” (FURLANI, 2003, p. 159). É por isso que o discurso deve ser olhado

com cuidado, desconstruindo algumas verdades que são apenas repetidas, nunca refletidas. É necessário olhar para as diversas manifestações discursivas presentes em nossa sociedade e buscar perceber essa imposição de valores, do que se deve ou não se deve fazer, desconfiando da coerção social.

Por meio da língua e da história outras vozes ecoam nos discursos selecionados, reafirmando o conceito composicional da família, o papel cerceador dos pais, o que se diz sobre a homossexualidade e o que se espera de um homem e de uma mulher. Assim, essas atitudes esperadas são ora cumpridas, ora refutadas. Porém, por medo da coerção social sofrida por aqueles que corrompem o esperado, esses sujeitos acabam escondendo suas práticas “erradas” e demonstram estarem seguindo o comportamento tido como normal e exemplar. Por isso, esconde-se os desejos e apresenta-se à família e à sociedade um relacionamento estável com uma mulher, mesmo tendo relações extraconjugais com um homem.

A importância desta oficina está pautada, portanto, na compreensão do funcionamento do discurso, considerando os fenômenos do interdiscurso, da memória sobre a



homossexualidade, da memória que o próprio homossexual possui sobre ele mesmo, além de comprovar ou refutar conceitos e pensamentos que já existem em torno dessa prática. Assim, pretende-se compreender a homossexualidade de maneira ampla e refletir sobre a mesma, considerando que a sexualidade é um dos tabus que promovem a exclusão.

METODOLOGIA

As reflexões realizadas a partir do material selecionado estão pautadas na teoria discursiva de Michel Pêcheux (1997), principal teórico da Análise do Discurso francesa. Como autores da linha de pesquisa, utiliza-se Brandão (2004), Orlandi (2001 e 1987), Maldidier (2003) e sobre a repressão sexual utiliza-se Chauí (1984) e Richards (1993). A análise será, portanto, desenvolvida partindo dos princípios da abordagem dialética da pesquisa, que consiste em um método de interpretação da realidade, tendo como principais representantes Karl Marx e Friedrich Engels, enfocando os estudos realizados sob esta abordagem a partir do “materialismo histórico” da sociedade, desde a sua constituição, até as relações entre as classes sociais e ideologias constituídas.

Inclui-se as pesquisas exploratória e explicativa, considerando as materialidades: a produção cinematográfica peruana *Non se lo digas a nadie* (1998), dirigida por Francisco Lombardi; cenas da série americana *Glee* (2009) e trechos de entrevistas realizadas com o Papa Francisco (2013) e uma carta aberta (Argentina, 2010) divulgada pela mídia mundial, após ser eleito novo pontífice (2013).

Ainda, utiliza-se a pesquisa de campo, na qual foi feita uma entrevista semi-estruturada realizada em 2009 com um travesti, na cidade de Cascavel-PR. Em cumprimento aos preceitos éticos em pesquisa, foi fornecido o termo de consentimento ao entrevistado, especificando os riscos e o objetivo da pesquisa, bem como colhendo a sua assinatura, autorizando o uso de seu discurso para estudo. Toda a entrevista foi gravada com um gravador portátil.

REFERÊNCIAS



BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2ª edição. Ver. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual**: essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 5ª edição, 1984.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo – SP, 1996.

FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus da sexualidade humana**: subsídios ao trabalho em educação sexual. 2ªed. – Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.

MALDIDIER, Denise. **A Inquietação do Discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni P. Orlandi – Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Fontes, 3ª edição, 2001.

_____. **A Linguagem e seu Funcionamento**: as formas do discurso. 4ª edição. – 2ª reimpressão – Campinas, SP: Pontes, 1987.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. – 2ª edição – Campinas, SP: pontes, 1997.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. – 3ª edição – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. **A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)**. Niterói – RJ, 2006.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação**: as minorias na Idade Média. Trad. Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

Disponível em:

<http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/july/documents/papa-francesco_20130728_gmg-conferenza-stampa.html> Acesso dia 19 de setembro de 2014

Disponível em:

<http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco_20130921_intervista-spadaro.html> Acesso dia 19 de setembro de 2014

Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/renuncia-do-papa/leia-a-carta-do-papa-francisco-sobre-o-casamento-homossexual-na-argentina,91f7d6030566d310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>> Acesso dia 19 de setembro de 2014

EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS PÚBLICAS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE



O TRABALHO DO NEVICOM COMO ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO ARTIGO 8º, INCISO V DA LEI MARIA DA PENHA

Ana Beatriz Baggio Almeida (UEPG)
anabeatrizbaggiobaggio91@gmail.com

Carla Simone Silva (UEPG)
c_simonesilva@hotmail.com

Luana Marcia Oliveira Billerbeck (UEPG)
lmobillerbeck@hotmail.com

Maria Iolanda de Oliveira (UEPG)
maria2672@uol.com.br

Thaysa Zubek Valente (UEPG)
thaysavalente@uol.com.br

RESUMO: O Núcleo de Estudos da Violência contra a Mulher, projeto de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (NEVICOM/UEPG), surgiu da necessidade premente de criar possibilidades de implementação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) no que diz respeito ao seu caráter preventivo. Este trabalho tem sido realizado por meio de diferentes estratégias de intervenção, a fim de entrar em contato com comunidades, alcançando acadêmicos, mulheres, idosos, homens, jovens, etc., para produzir um espaço de discussão sobre os atravessamentos socioculturais pelos quais se (re)produz a violência doméstica e familiar contra a mulher e sobre os mecanismos jurídico-legais que garantem e protegem os direitos das mulheres em situação ou vítimas de violência. Pretende-se, com tais intervenções, promover a desnaturalização das relações e práticas de violência contra a mulher, bem como fazer conhecer os tipos de violência aos quais as mulheres podem estar submetidas e os direitos a elas assegurados, no que se refere à denúncia, às ações protetivas e aos serviços de assistência. Além disto, procura-se lidar com a urgência de que todos assumamos uma postura ativa no que diz respeito ao enfrentamento da violência contra a mulher.

PALAVRAS-CHAVE: violência contra a mulher, relações de gênero, Lei Maria da Penha, prevenção.

INTRODUÇÃO

“Como a ação atua sobre seres que são capazes de realizar suas próprias ações, a reação, além



de ser uma resposta, é sempre uma nova ação que segue seu curso próprio e afeta os outros. [...]; o menor dos atos, nas circunstâncias mais limitadas, traz em si a semente da mesma ilimitabilidade, pois basta um ato e, às vezes, uma palavra para mudar todo um conjunto”.

(ARENDDT, 2010, p. 238)

Tratar dos mecanismos preventivos capazes de colocar em questão: as relações sociais (e de poder) produzidas, as condutas e os modos de ser homem e mulher reproduzidos e utilizados para justificar práticas de violência, bem como visibilizar a gravidade destas na realidade brasileira, tem se apresentado, nas atividades do NEVICOM (Núcleo de Estudos da Violência contra a Mulher), como um meio efetivo para promover estratégias de enfrentamento à violência doméstica e familiar.

Sabe-se que os homens são aqueles que mais se caracterizam como autores da violência contra a mulher, o que resulta do exercício da masculinidade tradicional diretamente relacionada à agressividade. No entanto, considerando a inexistência de uma essencialidade subjetiva de homens e mulheres, é possível pensar nas suas reinvenções (BEIRAS; CANTERA, 2012).

As mulheres precisam ser entendidas sob a ótica de todas as marcações sociais nas quais estão ‘coladas’. A dependência financeira, as questões culturais que envolvem a dependência emocional, afetiva e, inclusive a questão identitária (que faz com que a mulher se re-conheça apenas no lugar social ao qual foi disciplinada a estar), são empecilhos para o seu empoderamento, autonomia e auto-determinação. Além disto, devido à prematuridade dos meios protetivos previstos pela Lei Maria da Penha, elas ainda permanecem aprisionadas e subjugadas a violências frente às quais não encontram saídas para resistir e emancipar-se.

Entendendo a produção sócio-cultural de homens e mulheres e a emergência das práticas de violência como resultantes da normatização social (FOUCAULT, 1988) imbricada nas condutas de ambos, os mecanismos preventivos podem ser apreendidos como um veículo de problematização e conscientização. Na medida em que lançam luz para as diversas expressões e, em termos jurídicos, para as tipificações da violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006), visibilizando à comunidade e às próprias mulheres que



estão em situação de violência, ou dela foram vítimas, as práticas que são naturalizadas e que, contrariamente, configuram-se como uma violação do direito e da integridade física e psicológica da mulher.

As intervenções comunitárias do NEVICOM, voltadas à prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, buscam utilizar estratégias de desnaturalização da violência contra a mulher por meio de diálogos informativos e reflexivos, que trabalhem, conjuntamente, com a perspectiva social e a perspectiva jurídica (de reconhecimento e proteção dos direitos das mulheres).

JUSTIFICATIVA

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), para além da punição, trata de medidas de prevenção, enfrentamento e erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher, o que vem disposto no seu Art. 8º inciso V, prevendo a adoção de medidas integradas como a difusão da lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não governamentais, tendo por diretrizes:

(...)

V – a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres (BRASIL, 2006).

Nesse intuito, o trabalho do NEVICOM junto às instituições de ensino superior (Universidade Aberta da UEPG e outras) e públicas em geral (CRAS, etc.), abrangendo comunidades diversas (acadêmicas/os, mulheres/mães, profissionais da saúde, profissionais



da assistência social, professores, adolescentes e jovens, idosos, etc.) proporciona momentos informativos e de discussão.

Essas ações são efetivadas por meio de palestras e oficinas a fim de mobilizar a sociedade para o encaminhamento de estratégias de eliminação da violência contra a mulher, o que se dá por meio da ampla divulgação da Lei nº 11.340/2006, permeando questionamentos e reflexões sobre questões de gênero cultural e historicamente estabelecidas entre homens e mulheres.

As intervenções realizadas nas comunidades acadêmicas e nas comunidades ligadas aos serviços de assistência social possuem técnicas de comunicação diferenciadas, uma vez que, nas primeiras, estas são efetivadas nos moldes de palestra e, as segundas, num modelo mais interativo e participativo. Quando da intervenção nas instituições de ensino superior, é distribuído material informativo de apoio bem como destinado um tempo para a interação com o público ao final da comunicação. Oportuniza-se que as(os) participantes façam questionamentos bem como compartilhem suas experiências de atuação profissional e/ou pessoais no que diz respeito ao tema.

Quanto às intervenções realizadas com as outras comunidades, dentro de uma mesma perspectiva (informativa e preventiva), estas são encaminhadas por meio de dinâmica de grupo que tem como foco central a história (fictícia) de uma mulher vítima de violência, sendo esta apresentada, de forma representativa, por meio de uma boneca. Parte-se desta história fictícia para se iniciar uma comunicação com o grupo, com esta boneca, incitamos as (os) participantes a perceberem as marcas e os indícios que esta mulher dá com relação à(s) violência(s) sofrida(s)²⁰. A partir desta, podemos discutir as violências tipificadas na Lei Maria da Penha, desconstruindo algumas ideias equivocadas, como a relacionada à consideração e visibilidade exclusiva da violência física.

Vinculamos à apresentação da referida lei e seus aspectos protetivos, punitivos e – acima de tudo – preventivos, os discursos que atravessam esta problemática social e que sustentam a manutenção das práticas de violência contra a mulher. Busca-se provocar a desnaturalização da violência contra a mulher, de modo a tratá-la como uma problemática social que decorre de uma produção histórico-cultural de homens e mulheres e dos seus

²⁰ A boneca é apresentada com marcas no corpo – indicando que a violência física é a única que se faz evidente aos olhos dos outros e, mesmo assim, pode ser escondida por estratégias.



modos de se relacionar. E, ainda, mobilizar os discursos e percepções socialmente produzidos e cristalizados sobre os lugares sociais ocupados por homens e mulheres que mantêm as práticas de violência. Procura-se discutir ideias socialmente compartilhadas sobre como os sujeitos (enquanto homens e mulheres) são disciplinados a se conduzirem (expressar as suas emoções, se relacionar, agir, etc.) e sobre como vítimas e agressores são socialmente tratados (culpabilização da mulher, desresponsabilização dos autores de violência, falta de engajamento social/comunitário no enfrentamento da violência contra a mulher, etc.).

A comunicação com estes públicos se dá orientada pela Lei 11340/2006 (Lei Maria da Penha). Percebe-se que grande parte dos participantes desconhecem os vários tipos de violência, razão pela qual sua proteção pela lei é colocada em discussão, procurando alertar para as situações que não se concretizam apenas nos casos de violência física, e alertar para o fato de que não é preciso esperar que os casos se agravem ou aconteçam mais de uma vez para que se faça a denúncia, enfatizando que qualquer tipo de violência sofrida pode ser denunciada e em qualquer momento. São levantadas reflexões sobre as dificuldades de realização da denúncia e a invisibilidade da violência que ocorre no âmbito doméstico, afetivo e familiar.

Assim, tentamos promover alguns deslocamentos nos modos de como é compreendida a situação de violência, colocando em cena os vários aspectos envolvidos na dinâmica das relações violentas, que não se referem apenas à aceitação ou não da vítima, senão também às suas vinculações afetivas e financeiras, o seu grau de dependência para com o seu parceiro, as questões socioculturais envolvidas na formação subjetiva das mulheres bem como as questões de julgamento social e familiar que podem influenciar o silenciamento bem como o constrangimento frente ao ato da denúncia, etc. Deste modo, procuramos refletir sobre a importância do empoderamento das mulheres no sentido de promover a sua autodeterminação e lançando luz às possibilidades de mudança e de reconformação das suas vidas (com ou sem o parceiro), de realizar a denúncia sem esperar que as situações de violência sejam agravadas, e de constituir redes sociais de apoio e suporte às mulheres vítimas de violência a fim de que estas possam visualizar novas possibilidades para as suas vidas.

No que se refere ao ciclo de violência como um fenômeno que (re)produz as práticas de violência entre homens e mulheres, colocamos em discussão as práticas educativas pelas quais os sujeitos têm sido produzidos, no âmbito escolar, doméstico e familiar, de modo a se



aproximarem ou distanciarem de condutas agressivas. Referimo-nos à situação agravante da violência doméstica e familiar contra a mulher no que tange à presença das/os filhas/os do casal que assistem as práticas de violência e podem, não raro, aprender a conduzir-se de modo violento nas demais relações que possui ou constituirá no futuro. Além disto, ponderamos a necessidade de se pensar e atuar interventivamente com os homens autores de violência (uma vez que são estes os que mais a cometem), compreendendo-os também como produtos de uma realidade social que os vincula, culturalmente, a práticas de violência, e de uma realidade de história de vida atravessada por estas mesmas práticas (tendo sido eles, muitas vezes, vítimas da violência de seus pais e/ou de seus pares). Consideramos que pensar esta intervenção não é desresponsabilizar os autores de agressão, senão envolvê-los também em novas formas de exercício das suas masculinidades, em novas possibilidades de pensar e agir diante de situações de conflito, intolerância, estresse, dentre outras; sendo que estes homens podem vir a se reconciliar com as suas companheiras ou constituir outros relacionamentos nos quais pode operar a mesma lógica condutual. A proposta de atuação junto aos autores de violência visa o enfrentamento da violência contra a mulher na sua complexidade, entendendo que não é possível promover mudanças efetivas sem levar em conta autores e vítimas da violência, assim como não é possível efetivar as ações protetivas endereçadas às mulheres sem atuar junto aos homens.

Por fim, fazemos o mapeamento dos serviços de atenção à mulher em situação de violência, como a Delegacia da Mulher, os CRAS e CREAS, a Casa Abrigo, etc. Situando todas e todos em relação aos caminhos que a mulher em situação de violência precisa ou pode fazer para ter seus direitos garantidos e sua integridade física e psicológica protegidas. Assim, são pontuadas as medidas preventivas e protetivas previstas na Lei Maria da Penha como mecanismos de enfrentamento à violência contra a mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, a Lei n. 11.340/2006 representou um grande avanço no enfrentamento da violência contra a mulher, não só por elevar esse debate à sua devida importância na sociedade visibilizando o que até então era resolvido com o pagamento de cestas básicas, por



força da lei 9099/95, mas, principalmente, por contemplar um caráter preventivo e assistencial. Esse microsistema visa, sobretudo a proteção da mulher no que diz respeito não só à sua integridade física e psicológica, quando trata das medidas protetivas, mas também busca formas de empoderamento dessa mulher, a exemplo do artigo 8º., inciso V e 35, inciso IV, que determinam a realização de programas e campanhas educativas de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Nesse sentido, apresenta-se o trabalho que o NEVICOM tem desenvolvido, com atividades interventivas junto à comunidade acadêmica e à sociedade em geral, como, por exemplo, as atendidas pelas redes de saúde e assistência social. Estas têm por objetivos, além de informar os direitos das mulheres, as medidas protetivas e os serviços à sua disposição, instigar as(os) participantes a perceberem a possibilidade de deslocamento de subjetividades, dos modos de ser homem e mulher, para além daquele que é imposto pela cultura patriarcal, de dominação/exploração masculina, ressaltando que essa faz vítimas não apenas as mulheres, mas também os homens que se vêm obrigados a se conformarem nessa posição de virilidade agressiva.

Essa atividade passa necessariamente pela desnaturalização da violência, pela conscientização da importância da denúncia, da criação de redes sociais de apoio à mulher em situação de violência bem como de atendimento aos homens autores de violência, e, principalmente, pela desculpabilização dessa mulher, entendendo que, para ela, sair desse ciclo de violência não está circunscrito a “gostar ou não de apanhar”, que outras questões muito mais complexas permeiam essa situação, tais como dependência emocional, econômica, medo, vergonha, cobrança em relação aos filhos, etc. Esse espaço de discussão e de debate fomentado pelo NEVICOM, para além dos objetivos diretos, já expostos, tem se apresentado especialmente como um lugar de exercício político e de auto-reconhecimento das mulheres como cidadãs e sujeitas de direito.

Referências

ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.



BEIRAS, A.; CANTERA, L. M. Narrativas Personales, Construcción de Masculinidades – Aportaciones para la Atención Psicosocial a Hombres Autores de Violencia. **Psico**, v. 43, n. 2, p. 251-259, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/10023/8035>>. Acesso em: 10 de junho de 2014.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 10 de junho de 2014.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.